

Marcos Henrique Antunes

**ENTRE “O MITO DO PIJAMA” E “O PROJETO DE SER FELIZ”:
AS REPERCUSSÕES DA APOSENTADORIA NA DINÂMICA RELACIONAL FAMILIAR NA PERSPECTIVA DO CASAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Dulce Helena Penna Soares.

Coorientadora: Profa. Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Antunes, Marcos Henrique
Entre "o mito do pijama" e "o projeto de ser feliz" :
as repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional
familiar na perspectiva do casal / Marcos Henrique Antunes
; orientadora, Dulce Helena Penna Soares ; coorientadora,
Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré. - Florianópolis, SC,
2014.

149 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Aposentadoria. 3. Família. 4. Contexto
Familiar. 5. Casal. I. Soares, Dulce Helena Penna. II.
Moré, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. IV. Título.

Marcos Henrique Antunes

Entre o “mito do pijama” e o “projeto de ser feliz”: as repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2014.



Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



Dra. Dulce Helena Penna Soares
(PPGP - UFSC - Orientadora)



Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(PPGP - UFSC - Co-orientadora)



Dra. Marilú Diez Lisboa
(PPGE - UNIPLAC - Examinadora)



Dra. Edite Krawulski
(PPGP - UFSC - Examinadora)



Dra. Maria Aparecida Crepaldi
(PPGP - UFSC - Examinadora)

Dra. Marúcia Patta Bardagi
(PPGP – UFSC – Suplente)

Este trabalho é inteiramente dedicado aos meus pais, Celso Corrêa Antunes e Cirlei Antunes, os quais, desde muito cedo, despertaram em mim o interesse pelos estudos e não mediram esforços para a concretização deste Mestrado.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação foi possível graças à cooperação e a interação com muitas pessoas. Ao encerrá-la, emergem as reminiscências do caminho percorrido.

Sou grato a Deus, presença silenciosa, porém, iluminadora.

Sou grato à minha família de origem, pela confiança e pelo incentivo no desenvolvimento dos projetos que estabeleci para minha vida, e, também, pelos recursos financeiros despendidos nesse período de estudo.

Sou grato à Dulce, professora orientadora deste trabalho, pela sua valiosa contribuição. A oportunidade de compartilhar conhecimentos contigo enriqueceu significativamente a minha trajetória profissional.

Sou grato à professora Carmen que prontamente aceitou ao convite para coorientar este trabalho, pois, a sua acolhida e as ponderações realizadas foram imprescindíveis para o desenvolvimento do mesmo.

Sou grato aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC pelas inúmeras contribuições oferecidas nas disciplinas cursadas, bem como no Projeto de Extensão no qual estive atuando.

Sou grato aos queridos amigos que me acompanharam e contribuíram de diferentes maneiras neste processo. De maneira muito especial, agradeço ao Jair, ao Félix e à Scheila, os quais, diversas vezes, ouviram e acolheram minhas dúvidas, *insights* e preocupações. E, também, à Caroline, por colaborar no levantamento de contatos de possíveis participantes da pesquisa.

Sou grato aos colegas de turma, com os quais houve trocas importantes e enriquecedoras.

Sou grato aos participantes da pesquisa, pela confiança com a qual abriram as portas de suas casas para me receber e compartilhar suas histórias familiares e trajetórias pessoais.

Por último, porém não menos importante, agradeço à CAPES pelos subsídios disponibilizados para a execução desse trabalho.

Na verdade, afinal, não proponho soluções. É uma questão de tornar-se familiar com as várias estradas e regiões para as quais elas nos levam. Nego que a estrada do norte seja, de uma maneira absoluta e sempre, melhor que a do sul; mas, sem dúvida, serve para assegurar que uma é tão boa quanto a outra. Precisamos projetar mapas, mostrando como cada estrada leva a direções genuinamente diferentes e interessantes (Fingarette, 1962).

RESUMO

A aposentadoria se caracteriza como um fenômeno complexo e multifacetado, sendo que, na contemporaneidade, é difícil a tarefa de atribuir-lhe uma definição única, tendo em vista as diferentes perspectivas que compõem a vivência deste período. Cabe destacar que a aposentadoria é uma das principais transições da vida adulta, a qual acarreta diversas modificações na vida do indivíduo e no contexto no qual ele se encontra inserido. Nessa medida, é importante considerar que a família se constitui um dos principais espaços que serão habitados pelo indivíduo aposentado e, com frequência, motivo de apreensão acerca dos desdobramentos nos padrões relacionais após a efetivação da aposentadoria. Diante desse cenário, o objetivo desta dissertação foi compreender as repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal. Para tanto, foi desenvolvido um estudo de natureza qualitativa, tendo como participantes 06 casais que encontravam-se aposentados há, pelo menos, um ano. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a Entrevista Semiestruturada e o Genograma Familiar. Os dados foram analisados seguindo os princípios da Grounded Theory, sendo que os mesmos foram organizados em um sistema composto por cinco grandes categorias de análise. Os resultados evidenciaram que os participantes compreendem a aposentadoria como um período da carreira no qual ocorre a diminuição ou cessamento das atividades profissionais, sendo que as principais ideias e expectativas manifestadas por eles, demonstram o interesse em dispor de tempo livre e dedicar-se mais à família e aos amigos. Nessa linha, identificou-se, também, as situações que foram precipitadoras do desligamento laboral, dentre elas, cita-se o cansaço relacionado às atividades profissionais e as vivências de violência social. Além disso, foi possível verificar que a organização do sistema familiar se modifica após a efetivação da aposentadoria, sendo que este aspecto diz respeito tanto aos padrões comportamentais que balizam o funcionamento da família, quanto a qualidade dos vínculos estabelecidos entre o casal e destes com seus filhos. Quanto às funções desempenhadas pelo contexto familiar no processo de aposentadoria, constatou-se que os participantes referem a acolhida e o apoio, como elementos centrais ao indivíduo que efetiva seu desligamento laboral. Verificou-se, ainda, uma série de aspectos que interferem na vivência e adaptação a este período da vida, os quais dizem respeito à espiritualidade, à influência das obrigações financeiras para com os componentes da família e a necessidade de uma comunicação aberta entre estes, além de diferenças de gênero

construídas culturalmente. Em relação às experiências de aposentadoria vivenciadas nas famílias de origem dos cônjuges, evidenciou-se que a intergeracionalidade está presente e influencia os padrões comportamentais dos participantes neste período da vida, por meio de ações ou reações aos modelos visualizados nas gerações passadas. Por fim, ressalta-se a importância de considerar o contexto relacional do indivíduo no processo de aposentadoria, sendo que este elemento possibilita uma apreensão ampla de motivações e condições que poderão facilitar e/ou dificultar o desligamento laboral.

Palavras-chave: Aposentadoria. Família. Contexto Familiar. Casal.

ABSTRACT

Retirement is characterized as a complex and multifaceted phenomenon, and, in contemporary times, is it difficult to assign a single definition, considering the different perspectives that make up the experience of this period. It is worth noting that retirement is one of the major transitions in adult life, which involves several changes in the life of the individual and the context in which he/she is inserted. As such, it is important to consider that the family is a major “space” that will be inhabited by a retired individual and often a concern about the developments in relational patterns after achieving retirement. Given this scenario, the goal of this thesis was to understand the impact of retirement on the family relational dynamics from the perspective of the couple. Thus, a qualitative study was developed, and the participants were 06 couples who were retired for at least one year. The instruments used for data collection were semi-structured interviews and Family Genogram. Data were analyzed following the principles of Grounded Theory, they were organized into a system composed of five major categories. The results showed that participants understand retirement as a career period where career or professional activities decline or cease, and the main ideas and expectations expressed by them, show interest in having free time and devote themselves more to family and friends. Along this line, were also identified situations that were precipitators of labor shutdown, among which we can refer to fatigue related to professional activities and experiences of social violence. Furthermore, we found that the organization of the family system changes after the consummation of retirement, and this aspect concerns both the behavioral patterns that guide the functioning of the family, as the quality of the links established between the couple and of those with their children. As to the functions performed by the family context in the retirement process, it was found that participants refer to acceptance and support as central elements to the person who effectives his/hers labor shutdown. It was also found a number of aspects that affect the survival and adaptation to this period of life, which relate to spirituality, the influence of financial obligation to family components and the need for open communication between them, besides gender differences culturally constructed. Regarding the retirement experiences lived in families of the spouses, it is evident that the relationship between generations is present and influences the behavioral patterns of the participants in this period of life, through actions or reactions to models shown in past generations. Finally, we highlight the importance of

considering relational context of the individual in the process of retirement, being that this element provides a wide seizure of motivations and conditions that may facilitate and / or hinder labor shutdown.

Keywords: Retirement. Family. Family context. Couple.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Caracterização dos participantes da pesquisa.....	55
Quadro 02: Sistema de categorias, subcategorias e elementos de análise	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 OBJETIVOS	22
1.1 Objetivo Geral	22
1.2 Objetivos Específicos	22
2 MARCO TEÓRICO.....	23
2.1 Apontamentos e reflexões sobre os fundamentos históricos e os aspectos etimológicos da aposentadoria.....	23
2.2 O contexto da aposentadoria: considerações sobre o trabalho, o mundo profissional e as decorrências do desligamento laboral.....	28
2.3 A dinâmica relacional familiar e a aposentadoria.....	34
3 MÉTODO	46
3.1 Caracterização do estudo.....	46
3.2 Fase exploratória	47
3.3 Preceitos éticos	48
3.4 Contexto e participantes da pesquisa.....	49
3.5 Coleta de dados	50
3.5.1 Instrumentos para a coleta de dados	50
3.5.2 Estudo para avaliação da pertinência dos instrumentos de pesquisa.....	51
3.5.3 Procedimentos para a coleta de dados.....	51
3.6 Análise de dados.....	52
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	54
4.1 Caracterização dos participantes	54
4.1.1 Síntese da vida pessoal e profissional dos casais participantes.....	57
4.2 Apresentação das Categorias, Subcategorias e Elementos de análise.....	59
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	65

5.1 Categoria 1: A aposentadoria na perspectiva do casal.....	65
6.2 Categoria 2: As mudanças no contexto familiar no processo de aposentadoria.....	85
5.3 Categoria 3: O tensionamento do Ciclo de Vida Familiar no processo de aposentadoria	98
6.4 Categoria 4: A intergeracionalidade nas experiências de aposentadoria.....	110
5.5 Categoria 5: Metáforas relacionadas à aposentadoria.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICES.....	145
Apêndice A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada	146
Apêndice B - Roteiro para coleta de informações do Genograma Familiar.....	148
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	149

INTRODUÇÃO

A aposentadoria configura-se como um dos principais eventos críticos da vida adulta, havendo diversos fatores que influenciam na vivência deste período, dentre os quais estão aspectos psicológicos, culturais, sociais e econômicos. Desse modo, abordar o tema da aposentadoria, na contemporaneidade, torna-se uma tarefa complexa e endereça a algumas reflexões acerca das condições amplas e multifacetadas nela envolvidas.

Inicialmente, cabe destacar a importância do trabalho na vida humana, visto ser uma atividade desenvolvida pelo homem na qual ele aplica sua energia física e mental e produz algo útil para si e para a comunidade. Nesses termos, considera-se que o trabalho se constitui como uma das preocupações básicas do ser humano, pois trata-se do principal meio pelo qual ocorre a sua participação na sociedade, o seu desenvolvimento, a sua realização e a obtenção das condições necessárias para a sobrevivência individual e familiar (SOARES, 2002; KRAWULSKI, 1998; ROCHA-COUTINHO, 2007).

No entanto, é importante analisar o contexto do mundo do trabalho que se institui face ao sistema socioeconômico vigente, no qual estão presentes o desemprego, a precarização do trabalho, a utilização em massa de meios virtuais, as excessivas exigências de aperfeiçoamento profissional, de produção e consumo. O trabalho se insere nessa realidade como um círculo vicioso e perverso, no qual o indivíduo precisa conviver em meio a incoerências, tais como a necessidade de qualificação contínua e o risco iminente de perda de sua atividade laboral (COUTINHO, 2006; POCHMANN; ANTUNES, 2007). Este cenário deflagra as novas tendências no mundo do trabalho e a chamada “modernidade líquida”, mencionada por Bauman (1999), cujas características de perda de consistência e tangibilidade nos vínculos e modos de organização societária acarretam graves consequências à vida humana.

A compreensão da aposentadoria não pode distanciar-se destas reflexões, pois as ambivalências evidenciadas nesse panorama implicam diretamente sobre a decisão e a efetiva experiência de aposentar-se. A aposentadoria se constitui como um fator de intranquilidade para o indivíduo, transpondo-se aos temores e preocupações normativos ao processo vital, haja vista que as perspectivas de futuro em relação à instabilidade econômica, saúde e envelhecimento são permeadas por desinformação, resignação, depreciação e estigmas. Nesse sentido, é

importante observar os diversos tabus que a sociedade mantém em relação à aposentadoria, especialmente quando correlacionada à vida idosa e à proximidade com a morte, compreensão esta que nega sua característica processual enquanto parte do desenvolvimento humano (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

Na contemporaneidade, o conceito de aposentadoria é polissêmico e, portanto, torna-se tarefa difícil atribuir-lhe uma definição única, tendo em vista as diversas condições imbricadas neste cenário. A aposentadoria é um período da carreira profissional no qual o indivíduo encerra total ou parcialmente suas atividades de cunho laboral. É possível observar diferentes perspectivas sobre o ato de aposentar-se, o qual pode significar apenas a redução da carga horária de trabalho, ou a opção por benefícios de previdência, privada ou social, ou a obrigatoriedade de se aposentar, cessando o desempenho de atividades laborais, em virtude de idade ou condições de saúde, ou, ainda, a escolha por uma segunda carreira. Esses são alguns exemplos da multiplicidade de fatores que permeiam a discussão acerca da aposentadoria na atualidade (SCHEIN, 1993; FRANÇA, 1999; CAMARANO, 2001; DENTON; SPENCER, 2009; ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010; SOARES; COSTA, 2011).

Transpondo o entendimento de senso comum, que usualmente atribui ao trabalho uma conotação meramente econômica, do qual deriva a concepção de aposentadoria enquanto passagem da vida laboral para a ausência desta, cabe considerar as decorrências subjetivas que se delineiam face ao desligamento do indivíduo de seu trabalho. Dentre os principais aspectos que podem ser evidenciados no processo de aposentadoria, destacam-se: as modificações nos hábitos e estilo de vida, a dificuldade em lidar com o tempo livre disponível e vislumbrar novas perspectivas e oportunidades, a diminuição da autoestima, as perdas financeiras, de *status*, de referências e de companheirismo (LIMA, 2010; QUICK; MOEN, 1998; FIGUEIREDO, 2005; FRANÇA, 2009).

Na medida em que a aposentadoria se configura como o último estágio no desenvolvimento da carreira profissional, é possível que o indivíduo, ao se deparar com a aproximação deste evento em sua vida, paulatinamente, diminua o envolvimento em atividades laborais, preparando-se para efetivar o desligamento. Todavia, essa afirmativa está longe de ser uma regra; em alguns casos, o indivíduo estabelece um verdadeiro embate com a aposentadoria, reagindo de maneira potencialmente defensiva ao assumir novos papéis e atribuições como

tentativa de evitar o desligamento laboral e negar a realidade (SCHEIN, 1993).

Há consenso, nos estudos sobre a aposentadoria, que a vivência desse fenômeno acarreta profundas modificações no contexto de vida do indivíduo, sendo necessário reorganizar as esferas pessoal, familiar e social. É possível evidenciar dois cenários distintos face à efetivação da aposentadoria: o primeiro deles retrata o indivíduo satisfeito com os resultados profissionais obtidos até o momento, que se ocupa da liberdade decorrente deste período para engajar-se e dedicar-se a outras atividades. Contrapondo-se ao exposto, o segundo cenário deflagra a vivência de crise mediante a aposentadoria, tendo em vista que o indivíduo sente-se inseguro e instável quando encontra-se distante de seu trabalho e não visualiza outras possibilidades de investimento pessoal (SANTOS, 1990; MOSCOVICI, 2000).

Dentre os aspectos que influenciam a vivência da aposentadoria, é pertinente ressaltar a importância das relações familiares nesse processo, pois, ao afastar-se do contexto laboral, a família passa a ser um dos principais ambientes no qual o aposentado estabelece relações íntimas e emprega seu tempo e ação. A aposentadoria, frequentemente, é considerada uma oportunidade para resgatar e fortalecer os laços familiares, de modo especial quando a carga horária de trabalho dificultava a dedicação e a convivência neste contexto. Ademais, é neste período que o indivíduo poderá intensificar sua rede de relações sociais, a qual é composta, principalmente, pelos familiares, parentes e amigos, e se constitui em uma importante fonte de apoio e bem-estar ao aposentado (MAGALHÃES, et al., 2004; AZEVEDO; CARVALHO, 2006; DUARTE; MELO-SILVA, 2009; BRESSAN, et al., 2012).

A família é o *locus* onde ocorrem as experiências mais significativas associadas ao ser humano, especialmente no que tange ao seu desenvolvimento. Na perspectiva Sistêmica, a família é compreendida como um conjunto de pessoas em interação, uma pequena sociedade, que se modifica ao longo do tempo e cujos membros estão em contato, possuem laços emocionais, padrões de interação, crenças, tradições e uma história compartilhada (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; CERVENY, 2011; MINUCHIN; COLAPINTO; MINUCHIN, 2011).

Devido a função e importância da família no processo evolutivo do ser humano, esta se relaciona diretamente com o fenômeno da aposentadoria (FRIEDMAN, 1995). Nesses termos, convém destacar o papel que a família possui em relação ao aposentado, acerca do acolhimento deste em seu lar e a retomada de vínculos e projetos que,

em função do tempo de trabalho, possam ter sido adiados ou abandonados (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010). Igualmente, é necessário compreender o impacto que a aposentadoria de um de seus membros ocasiona na família, de modo que ocorrem intensas modificações em sua estrutura e funcionamento, assim como nas relações estabelecidas quer seja pelo casal, quer seja pelos pais com seus filhos ou vice-versa (FRIEDMAN, 1995; COUTO, et al., 2008; CERVENY; BERTHOUD, 2002).

Tendo em vista a pertinência desse delineamento, algumas inquietações se sobressaem: Como o sistema familiar reage à aposentadoria de um de seus componentes? Como os diferentes membros da família compreendem a aposentadoria? Quais as repercussões que a aposentadoria acarreta nos vínculos e nas funções desempenhadas pelos membros da família? Quais as principais vivências e desafios da família face a aposentadoria? Quais os recursos utilizados pela família para lidar com este novo momento em seu percurso evolutivo?

A partir destes questionamentos o estudo sobre a interface entre aposentadoria e família se constitui instigante, e se reveste de relevância na medida em que se observam as acentuadas mudanças demográficas da população mundial, conforme dados da United Nations (2009). Em relação à realidade brasileira, o último Censo Demográfico (IBGE, 2011), demonstra que em 2010, a população era de 190,8 milhões, dos quais 42,03% correspondiam ao grupo etário de pessoas entre 0 e 24 anos de idade, 47,18% ao grupo entre 25 e 59 anos de idade, e 10,79% ao grupo com 60 anos ou mais. Analisando que no ano 2000 tais grupos etários correspondiam, respectivamente, a 49,67%, 41,76% e 8,56%, denota-se uma progressiva mudança na sua composição ao longo desta década.

Nesse cenário, evidencia-se a diminuição constante do grupo jovem e o aumento nos níveis de qualidade de vida e de longevidade, crescimento da população idosa e, conseqüentemente, do número de aposentados. Dessa forma, entende-se necessário refletir acerca das políticas públicas voltadas ao aposentado e à pessoa idosa, bem como sobre o impacto provocado nas vidas pessoal e profissional dos aposentados, na vida societária, e, em especial, no contexto familiar.

Por sua vez, destaca-se também que a aposentadoria, enquanto tema de estudo, ganhou evidência recentemente e têm adquirido espaço significativo nas produções científicas, apenas, nos últimos 20 anos (JOHSON, 2009). Embora a aposentadoria seja objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento e demande uma análise

multidisciplinar, acredita-se que a Psicologia enquanto ciência e profissão possui um papel importante nesse cenário, devido aos seus recursos teóricos e instrumentos de intervenção que oportunizam um debate abrangente, envolvendo desde atributos e características subjetivas até as questões do contexto social e atreladas à saúde do indivíduo.

Sobre a importância em realizar este estudo, é plausível considerar ainda os diversos desafios que assolam as relações familiares na atualidade. Exemplo disso são as reconfigurações dos relacionamentos humanos, as múltiplas modalidades de agrupamento familiar, a possibilidade de escolha por casar e ter filhos em um período mais tardio do desenvolvimento. Além do mais, em meio a essa realidade, cabe analisar as consequências da longevidade, a qual tem ampliado o curso do ciclo de vida, de modo que os casais tenham seu tempo de união prolongado, e a convivência e adaptação entre diferentes gerações se tornando frequente e intensificada.

Consideradas a relevância temática e social acerca da execução do estudo, verificou-se, no entanto, que a produção científica voltada para a relação entre aposentadoria e família/contexto familiar, é quantitativamente pequena e, com frequência, toma a aposentadoria e a família como temas breves e superficialmente mencionados em suas investigações. Essa afirmação ampara-se no resultado obtido em busca na literatura científica realizada entre os meses de maio e agosto de 2012, com o intuito de encontrar produções relevantes que envolvessem a temática e, para a qual, não houve delimitação quanto ao período das publicações. As bases de dados consultadas foram: Scielo.br, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi/Index Psi), Psycnet e Portal de Periódicos Capes, e para a busca de produções, foram utilizados os descritores “Aposentadoria e Família”, “Aposentadoria e Contexto Familiar” e “Retirement and Family context”.

Na busca realizada no Portal Scielo.br, utilizando-se os descritores Aposentadoria e Contexto Familiar não houve nenhum resultado, e com os descritores Aposentadoria e Família foram encontrados 11 artigos científicos. Tais artigos são produções nacionais e internacionais, advindas de diversas áreas de conhecimento, e tratam de assuntos relativos ao envelhecimento, inserindo a aposentadoria e a família em meio a discussões tangenciais que envolvem a saúde, as transformações sociais e as políticas para o idoso. Cabe ainda mencionar que, dentre os resultados obtidos, o trabalho de França (2009) é o único desenvolvido no campo da Psicologia.

Em relação ao site BVS-Psi, os resultados obtidos com os descritores Aposentadoria e Contexto Familiar e Aposentadoria e Família foram, 09 e 249, respectivamente. A análise desses resultados permitiu identificar produções nacionais e internacionais que se aproximam aos resultados das outras bases, cujas pesquisas tomam a aposentadoria e família como temas superficialmente explicitados, dentre as quais estão os 11 artigos encontrados na busca no Scielo.br. São artigos científicos desenvolvidos, em sua maioria, pela Enfermagem e Gerontologia, e entre os temas tratados, predominam: envelhecimento, saúde e qualidade de vida do idoso, prevalência de transtornos mentais, redes sociais de apoio ao idoso, voluntariado, migração, relações de trabalho, consumo e condições econômicas.

Nas bases de dados Psycnet e Portal de Periódicos Capes, em contrapartida, foi obtido um extenso número de resultados a partir do uso dos descritores correspondentes, de modo que a análise das produções não foi esgotada. Tais artigos derivam da Psicologia, das Ciências Sociais, da Engenharia Industrial e, também, estudos interdisciplinares. De modo geral, sobressaem os trabalhos de Szinovacz, Deviney e Davey (2001), Kim e Moen (2002), William e Guendouzi (2005) e Wang (2007), os quais versam sobre as obrigações econômicas na assistência familiar e sua influência sobre a decisão de aposentar-se, o bem-estar psicológico na aposentadoria relacionado à conjugalidade e as diferenças de gênero, as relações familiares de aposentados norte-americanos que residem em Casas de Repouso.

Os resultados obtidos a partir da busca por produções científicas que tratam da relação entre aposentadoria e família expressam a escassez de pesquisas publicadas sobre este tema e endossam a relevância na realização deste estudo, sobretudo, ao desenvolvê-lo na Psicologia, ciência que parece estar se mostrando timidamente frente a este contexto. Verifica-se ainda que, no Brasil, as produções sobre o tema são pouco significativas e estabelecem um debate indireto e aliado a outros aspectos, fato que se comprova pela igual escassez de publicações em livros e por não haver linhas de pesquisas cadastradas no Diretório dos Grupos de Pesquisas do CNPq com essa problemática explícita em sua descrição. Dessa maneira, cabe destacar a necessidade de estudar o tema, também, pela relevância que há em fazê-lo a partir da realidade brasileira, evidenciando e compreendendo condições inerentes ao contexto do país.

Nesse sentido, o problema de pesquisa ao qual esta dissertação se deteve foi: quais as repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal¹?

Quanto às finalidades deste estudo, acredita-se que os seus resultados podem auxiliar na compreensão do tema, em duas dimensões principais: a primeira delas, diz respeito à instrumentalização dos profissionais que atuam em Programas de Orientação para Aposentadoria, acrescentando subsídios para sua intervenção acerca da interface entre aposentadoria e família. Por sua vez, a segunda dimensão se refere diretamente aos aposentados e aos seus familiares, os quais são contemplados por meio da reflexão e da discussão dos elementos abordados neste estudo, de modo a contribuir com a preparação e a qualidade de vida nesse período.

¹ Neste trabalho, os termos “casal”, “cônjuges”, “parceiros”, “esposa” e “marido” são utilizados como sinônimos, fazendo alusão à compreensão de Fêres-Carneiro e Ziviani (2010), segundo a qual, o casal é constituído por meio de uma zona comum de interação que desvela o desenvolvimento de uma história entre duas pessoas e, ao mesmo tempo, estabelece uma identidade conjugal para os integrantes.

1 OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Analisar as experiências de aposentadoria e as concepções relativas à esse fenômeno na perspectiva do casal;
- b) Identificar as mudanças nos vínculos afetivos presentes na dinâmica relacional familiar após a aposentadoria;
- c) Descrever ações e/ou comportamentos presentes na dinâmica relacional familiar que influenciam a vivência da aposentadoria;
- d) Conhecer as experiências de aposentadoria vivenciadas pelas famílias de origem dos cônjuges.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 APONTAMENTOS E REFLEXÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E OS ASPECTOS ETIMOLÓGICOS DA APOSENTADORIA

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, ocupa-se da história de vida dos seres humanos e considera os aspectos e os eventos que compõem, influenciam, demarcam e reconstróem sua trajetória. Considera-se que um dos principais elementos nas ações em Psicologia seja buscar, na historicidade de um fenômeno ou objeto, a compreensão e a constituição de um presente e de uma realidade para, com isso, projetar e construir novos rumos e possibilidades.

O processo de desvendar aspectos históricos é, via de regra, complexo, visto que são diversos os personagens que enredam e tecem o cenário de cada período. Em relação ao presente estudo, a afirmativa é especialmente válida, uma vez que retomar a história de um fenômeno, tal qual a aposentadoria e suas interfaces com o contexto familiar, *per si*, envolvem condições bastante amplas e multifacetadas, a partir das quais é possível compreender as decisões e respectivas consequências que envolvem os adultos em seu desligamento laboral.

Ao retomar a trajetória histórica da aposentadoria, observa-se que esta possui origem recente, tendo sido introduzida, na maioria dos países ocidentais, entre os séculos XIX e XX. O primeiro país a estabelecer alguma modalidade de pensão foi a Alemanha, a partir de uma reforma das leis ocorrida em 1880. O aumento significativo da expectativa de vida foi condição essencial para estruturar um benefício aos trabalhadores, de modo que não necessitassem, obrigatoriamente, permanecer trabalhando até o final da vida (DEBERT, 2004; VERAS; RAMOS; KALACHE, 1987).

A Revolução Industrial foi, também, um marco nesse processo, especialmente no que tange às mudanças decorrentes da organização da sociedade face à consolidação do capitalismo. A partir da instalação de duas máquinas a vapor numa mina, em 1776 por James Watt, foi demarcada a mudança da extração artesanal do carvão para um modo de produção por meio da maquina-fatura. Com isso, o trabalho, que na maioria das vezes era artesanal e ocorria em contextos familiares, passou a ser de produção fabril. Entre outras consequências, o inusitado processo produtivo provocou a migração de grupos de pessoas para a cidade e o abandono de tradicionais formas de trabalho, trazendo para o

cenário necessidades diferentes das habituais, assim como novas regras e padrões a serem seguidos, caracterizando as importantes mudanças na realidade psicossocial do trabalho (SINÉSIO, 1999; PILATTI, 2007).

A criação da aposentadoria está atrelada às modificações ocorridas a partir do século XIX, de modo especial, as exigências do mercado de trabalho quanto à sua necessidade de renovação do capital humano, estabelecendo tempo e critérios para inserção, permanência e afastamento do indivíduo em suas atividades laborais. Outro aspecto que merece destaque trata da contenção das ideias socialistas, o chamado “perigo social”, uma vez que o pagamento de pensões surge, inicialmente, como uma estratégia de compensação mediante as necessidades manifestadas pelos indivíduos, e atendia com exclusividade as pessoas com mais de 70 anos ou que se encontravam incapacitadas (SALGADO, 1980; SILVA, 2006).

No Brasil, os antecedentes históricos da aposentadoria remontam ao final do século XIX. Todavia, o estabelecimento efetivo de um modelo previdenciário data de 1923, quando houve a criação da Lei Elói Chaves, a qual estabeleceu a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (SCHWARZER, 2000). A trajetória que conduz o país ao atual modelo de seguridade social reflete os diferentes momentos das esferas política e econômica do Brasil, sendo que a estrutura contemporânea desse benefício, com seus inúmeros desafios e necessidades de reformulação e adaptação, traz consigo o importante foco de busca pela democracia².

O regime previdenciário brasileiro possui como pressuposto central o equilíbrio coletivo, no qual as contribuições previdenciárias pagas pelos trabalhadores ativos destinam-se a cobrir os gastos com os benefícios dos inativos. Em certa medida, a aposentadoria pode ser considerada uma poupança forçada, visto que o dinheiro é depositado para o governo, o qual assume a responsabilidade de pagar os benefícios quando da sua efetivação. Estabelece-se, assim, uma relação compulsória, na qual o indivíduo deve poupar um valor de sua remuneração mensal, cabendo ao governo restitui-lo por meio de subsídios da Previdência Social, visando a seguridade social face ao desligamento laboral (NAJBERG; IKEDA, 1999; BERTUSSI; TEJADA, 2003).

² Conforme informações do Histórico da Previdência Social disponíveis no site do Governo: http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_12_04.asp. Acesso em 22 mai 2012.

Nesse contexto, é importante observar que existem dois sistemas distintos que compõem o regime previdenciário: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), abrangendo os trabalhadores do setor privado, e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), para os servidores públicos, tais como militares e funcionários dos níveis federal, estadual e municipal. O RGPS abarca todos os trabalhadores que exerçam uma atividade remunerada ou de geração de trabalho e renda, seja em meio urbano ou rural, desde que não esteja vinculada a um regime previdenciário próprio. Cabe ressaltar que, nesse sistema, as contribuições provêm tanto de empregados quanto de empregadores, e os benefícios são relativos à faixa de renda e ao tempo de contribuição, além da idade, em alguns casos. O RPPS, por sua vez, trata-se de um conjunto heterogêneo de regras que varia de acordo com a ocupação e a esfera do setor público na qual esta se inscreve (ZYLBERSTAJN; AFONSO; SOUZA, 2006).

A aposentadoria consiste em um direito previsto dentro de ambos os sistemas. De acordo com as especificidades de cada um deles, esse direito pode ser alcançado quando cumpridos determinados requisitos, especialmente relacionados ao tempo de serviço, tempo e valor de contribuição e idade. A aposentadoria também pode alcançar o trabalhador em casos de incapacidade permanente para o trabalho, configurando a chamada aposentadoria por invalidez.

Outro elemento importante é o valor a que o aposentado fará jus a título desse direito/benefício, que poderá ser integral ou proporcional. Assim, pode-se dizer que a aposentadoria, como direito e benefício, está prevista dentro dos dois sistemas e decorre de um conjunto de regras e fatores que definem as suas características e modalidades, de acordo com a legislação aplicada a cada situação, concretamente.

Cabe destacar que as condições políticas, econômicas e sociais presentes no panorama histórico apresentado não são esgotadas, mas retomadas para que seja possível entender o contexto no qual a aposentadoria foi instituída, bem como a relação que mantém com os diferentes âmbitos da vida do aposentado. Nessa perspectiva, é possível observar que o fenômeno da aposentadoria não parece se limitar à disposição de um benefício que visa prestigiar a qualidade de vida após um período de trabalho, mas se constitui a partir das necessidades manifestadas pelas pessoas, das lutas da classe trabalhadora pelos seus direitos, bem como em torno do inegável desejo de júbilo após a vida laboral (SOARES; COSTA, 2008).

A reflexão referente a historicidade do fenômeno aposentadoria endereça aos múltiplos entendimentos conferidos ao mesmo. Em um

Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa, foi encontrada a seguinte definição:

Aposentar – dar descanso do trabalho após longo tempo. Dervs: *aposentado* – adj. *Aposentação* – s. f. Ato de aposentar. Suf. *ção*. *Aposentador* – s. m. Aquele que aposenta, que hospeda, que alberga. Suf. *dor*. *Aposentadoria* s. f. Ato de aposentar, hospedagem. De *aposentador* + *ia*. Reforma do serviço, isenção do trabalho. *Aposentamento* – s. m. O mesmo que aposentação, aposentadoria. Suf. *mento* (BUENO, 1988, p. 295).

É importante considerar a variação de significados atribuídos à aposentadoria, os quais indicam, ao mesmo tempo, o desligamento do trabalho e a noção de hospedar ou abrigar. Sobre esse último, cabe fazer alusão a um fato do percurso histórico do Brasil que se refere à prática da aposentadoria relacionada ao exercício das funções do chamado “aposentado-mor”, o qual tinha o encargo de antecipar-se ao deslocamento do rei pelo país e escolher as residências que serviriam como morada para a corte. Na colônia, esta prática foi realizada no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, quando da presença da Família Real no país, a partir de 1808 (RIOS FILHO, 2000).

Tais apontamentos acerca da etimologia da palavra “aposentar” remetem a pensar, também, como esse fenômeno é referido em outros idiomas. Em francês o uso corrente é *la retraite*, em espanhol o termo usado é *jubilación*, e em inglês o vernáculo corrente é *retirement*. Tanto em francês quanto em inglês as palavras mantêm o sentido atribuído em português, o qual, *grosso modo*, se referem a um retirar-se, afastar-se da cena pública ou sair de cena – ao pensar em uma discussão mais ampla quanto à participação do sujeito ativo no mercado de trabalho e sua consequente aposentadoria, o que, formalmente, determina seu desligamento. Já a palavra utilizada em espanhol oferece à aposentadoria uma conotação mais positiva, que remete a um mérito, envolto por um sentimento de grande contentamento ou alegria que pode ser experienciado e manifesto (CARLOS, et al., 1999).

Por essa via, cabe observar o modo como os papéis desempenhados socialmente são identificados e representados nos espaços de produção e desempenho humanos. A título de exemplo, pode-se referir aos termos que são utilizados para denominar e demarcar as diferenças na população: em uma sociedade produtiva e ancorada em pressupostos capitalistas, os sujeitos pertencentes a ela são denominados

como “socialmente ativos” enquanto estão atuantes no mercado de produção ou, simplesmente, “inativos”, quando deixam de agregar qualquer tipo de valor, sobretudo o econômico, e são caracterizados como geradores de “custo social” (SANTOS, 1990; SALGADO, 1992; SILVA, 1999; SOARES; COSTA, 2011; ZANELLI; SILVA; TONDERA, 2013).

Seguindo essa lógica, produção e lucro tornam-se sinônimos, e ao se aposentar, o indivíduo deixa de ter valor produtivo, sendo colocado a parte da sociedade, restando-lhe o retorno para casa. A metáfora do “descarte da laranja” citada por Zanelli e Silva (1996) demonstra-se bastante oportuna para representar esta situação, pois, na medida em que o trabalho é compreendido meramente pelo viés do capital, reforça-se uma concepção negativa acerca deste, podendo significar apenas o dispêndio da energia dos trabalhadores. Concomitantemente, ressalta-se o processo estigmatizador do aposentado, tornando-o susceptível de “descarte”, uma vez que sua força e tempo de vida foram empregadas nas atividades laborais exercidas.

Soares (2002) enfatiza que o aposentado experiencia um processo de inatividade, que pode se tornar um conflito em meio ao estigma de não-ação: ele é alguém que não precisa fazer nada, o qual vê-se desprovido de um lugar, pois em seu trabalho foi substituído e em casa necessita reencontrar seu espaço, devido ao tempo em que permaneceu envolvido em atividades laborais. Cabe ainda destacar os símbolos usados pela sociedade e que denotam a concepção acerca de quem é o aposentado, na medida em que se associa à imagem de alguém que usa pijama, o que representa a ausência de compromissos, responsabilidades e funções (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

As relações estabelecidas entre os aspectos sociais e os significados etimológicos, propõem uma compreensão acerca da aposentadoria que vai além do uso linguístico corrente e provoca a pensá-la num sentido metafórico, no qual o indivíduo é apanhado da cena social, recolhe-se e limita-se ao espaço da alcova. Contudo, é importante considerar que essa apreensão não condiz com a realidade, na medida em que o indivíduo não desintegrou-se da família enquanto esteve envolvido em atividades que extrapolam o contexto familiar, como o trabalho.

Conforme assinalam Soares e Costa (2011), a sociedade possui um mundo do trabalho; todavia, não há um mundo da aposentadoria, do não-trabalho ou um espaço reconhecido para os aposentados, sendo possível concluir que estes habitam lugares não reconhecidos. Nesse sentido, torna-se pertinente questionar se a expectativa da sociedade

para com seus aposentados está representada por meio da aceção usual dos vocábulos *apostar*, *retraite* e *retirement*, ou seja, o ser humano, após encerrar o seu ciclo de trabalho, retira-se da cena social e volta-se para um espaço privado em busca de acolhida. Em meio a este contexto, o retorno do indivíduo ao lar se relaciona a um retorno às suas “bases” ou “raízes” e parece expressar a expectativa da sociedade acerca da família, designando que esta possua um ambiente harmonioso disponível para acolher e cuidar este indivíduo “inativo”.

2.2 O CONTEXTO DA APOSENTADORIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO, O MUNDO PROFISSIONAL E AS DECORRÊNCIAS DO DESLIGAMENTO LABORAL

O engajamento em atividades laborais configura-se como uma das principais preocupações do ser humano, haja vista que nos diferentes momentos do seu desenvolvimento é possível observar fantasias, expectativas, motivações e desejos relacionados ao mundo do trabalho. As crianças, por exemplo, comumente são questionadas sobre o que desejam “ser quando crescer”, isto é, sobre qual será a sua profissão. É pertinente considerar que essa indagação está impregnada de esperanças, anseios e projetos que os pais, ou outras pessoas igualmente importantes no sentido desenvolvimental, possuem sobre a criança. Entretanto, ela se caracteriza, também, como uma provocação para que os descendentes pensem desde muito cedo sobre sua inserção no contexto produtivo, condição que se reveste de importância face aos preceitos capitalistas que regem o modelo societário vigente (SOARES, 2002; LISBOA, 2004).

De acordo com Marx (1988), o trabalho pode ser compreendido como uma categoria fundamental da vida humana, por meio da qual o indivíduo media, regula e controla seu contato com a natureza, e essa ação, dotada de intencionalidade, é capaz de permitir tanto a transformação do ambiente social quanto do próprio indivíduo, que constrói seu processo civilizatório e se apropria dos meios necessários à sua sobrevivência. Essa aceção denota ainda a importância das atividades laborais face à formação do indivíduo, de modo que o trabalho é um dos principais fatores que configuram o “*status* social” e as possibilidades de participação do indivíduo na sociedade (KRAWULSKI, 1998; COUTINHO, 2006).

O trabalho constitui-se como um fator importante para o desenvolvimento de autoconceito e socialização das pessoas, e,

igualmente, acerca do estabelecimento de objetivos, aspirações e estilos de vida. É importante considerar que as atividades laborais ocupam um espaço expressivo na vida humana, tendo em vista, inclusive, que os compromissos familiares e sociais são regulados pelas obrigações profissionais. Desse modo, é oportuno enfatizar que a forma pela qual o indivíduo se vincula ao seu trabalho e estabelece finalidade e significância a ele interfere, também, em sua saúde mental (ZANELLI, et al., 2010; CODO, 1997).

No cenário contemporâneo, o trabalho tem sido investido de conotação econômica que, por sua vez, agregou a ele a função de gerador de riqueza social. Há uma série de metamorfoses transcorridas nos últimos anos, dentre as quais estão a globalização dos mercados, a intensa inovação tecnológica e as mudanças sociopolíticas e demográficas, as quais repercutiram de tal forma sobre o contexto laboral, que este se tornou precário, vulnerável e fragmentado (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007; ZANELLI, et al., 2010).

A produtividade tornou-se a ótica que baliza as relações de trabalho na atualidade. As crescentes exigências acerca da produção em qualidade e quantidade com custos reduzidos têm gerado altos níveis de sobrecarga e estresse aos trabalhadores. Destes, é esperado a máxima dedicação de tempo e energia em suas atividades laborais, de modo que não são raros os casos de deterioração das saúdes física e mental, em consequência das complexas demandas profissionais com as quais os indivíduos precisam conviver (ZANELLI, et al., 2010; ZANELLI; SILVA, 2008).

É inegável que essas modificações geraram intensas consequências ao cenário laboral, conferindo complexidade e heterogeneidade às relações estabelecidas neste contexto. A respeito disto, Antunes (2000) destaca que, embora o trabalho, na atualidade, incite um redimensionamento acerca de sua concepção, este permanece sendo central para o ser humano, tendo em vista que é inconcebível uma vida dotada de sentido e realização, sem que tais características reflitam também a qualidade do vínculo laboral.

Ao considerar os pressupostos centrados na lógica do mercado que estruturam a sociedade atual, Schein (1982) ratifica a concepção do trabalho como sendo um aspecto central na vida das pessoas. Segundo o autor, a identidade profissional é tão relevante ao ponto de ocupar um espaço significativo da identidade pessoal e, em muitos casos, a primeira se sobrepõe à segunda. Exemplo disso, é o fato das pessoas identificarem-se para os outros por meio da ocupação que possuem, o

que denota o reconhecimento do trabalhador face ao trabalho que realiza (SILVA; TOLFO, 2012).

Mediante esse panorama, a aposentadoria apresenta-se como um desafio ao indivíduo, sob o qual o contexto organizacional também possui responsabilidade. Exemplo disso são as constantes requisições, em decorrência da necessidade de produção, de modo que é possível que o indivíduo seja absorvido pelas suas atividades e ocorra um desequilíbrio entre os âmbitos de vida pessoal, familiar e social, uma vez que o trabalho se sobrepõe aos demais. Desligar-se das funções profissionais, nesse caso, pode representar a perda de seus referenciais (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010; DUARTE; MELLO-SILVA, 2009).

Em estudo realizado com executivos, França (2008) identificou que, embora tenham demonstrado expectativas em dedicar mais tempo à família e às atividades de lazer na aposentadoria, metade dos investigados atribuiu maior destaque ao seu emprego se relacionado aos demais papéis exercidos, sobretudo nas relações familiares e nos serviços comunitários. De acordo com a autora, tais executivos, frequentemente, cumprem carga horária semanal que ultrapassa 60 horas, sendo este um dos principais fatores que justificam a ambivalência de sentimentos entre como desejam empregar seu tempo e como o fazem realmente.

É pertinente observar que a carga horária excessiva de trabalho é considerada como prejudicial ao indivíduo, tanto pelas consequências que ocasiona em sua saúde quanto pela restrição de envolvimento pessoal em outros contextos. Por outro lado, o fato de alguns indivíduos estabelecerem sua rotina com longas horas de trabalho pode estar associado a algum esforço em, por exemplo, limitar suas obrigações familiares. Isto é, ao empregar o seu tempo predominantemente em atividades laborais, o indivíduo pode se eximir de tarefas que não estão relacionadas ao trabalho, tais como as de interação social ou no ambiente doméstico (BECKER; MOEN, 1999; DEVOE; PFEFFER, 2007).

A aposentadoria apresenta-se como um evento potencialmente estressante, especialmente, aos indivíduos que possuem esse envolvimento excessivo com seu trabalho. O desequilíbrio entre o tempo de vida empregado em atividades profissionais e o tempo destinado aos demais âmbitos da vida pode resultar em um sentimento de incapacidade por parte do indivíduo que, ao se aposentar, é desafiado a administrar o tempo livre de que passa a dispor. Nesses casos, aposentar-se pode resultar em uma significativa dificuldade de aceitar

novos estilos de vida com o deslocamento do tempo livre para si próprios (STEPANSKY; FRANÇA, 2008; NAHUM-SHANI; BAMBERGER, 2011).

Há um consenso entre os estudos que tratam da aposentadoria, de que esta representa uma das principais transições que ocorrem na vida adulta, especialmente se consideradas as modificações decorrentes do afastamento do contexto produtivo. Esse processo, com frequência, é gerador de intensa ansiedade no indivíduo, principalmente quando efetivado sem que ocorra a reflexão sobre o momento atual de vida e o planejamento e estruturação de como deseja usufruir de seu tempo nessa nova fase (LEÓN, 1999; FRANÇA, 2002; FRANÇA, 2009; FRANÇA; SOARES, 2009; DUARTE; MELLO-SILVA, 2009; ZANELLI; SILVA; TONDERA, 2013).

Entre os principais aspectos do âmbito profissional que influem na vivência de aposentadoria está a perda de benefícios, compensações e *status* oferecidos pelo cargo ocupado, os quais envolvem planos de saúde, adicionais de lucro, viagens, agenda cheia, poder de decisão, senso de pertencimento, dentre outros. Nesse sentido, é importante considerar ainda o modo pelo qual a aposentadoria é efetivada, uma vez que, quando esta ocorre de maneira abrupta, sem que o indivíduo pense sobre ela, parece haver uma maior incidência de estresse, separações conjugais, doenças severas e suicídios. Por conseguinte, o cargo ocupado pelo indivíduo na organização também é fator de alta influência na aposentadoria, pois, quanto maior for o prestígio da função exercida, tanto maior pode ser a dificuldade em lidar com o desligamento dela (ZANELLI; SILVA, 1996; FRANÇA, 2002; FRANÇA; SOARES, 2009).

Por essa via, é oportuno observar que a sociedade valoriza sobremaneira o papel profissional ocupado pelas pessoas, visto que esse é essencial para a manutenção de sua estrutura. A aposentadoria, nessa medida, pode se vincular a significados como inatividade ou perda da capacidade produtiva, uma vez que o afastamento do ambiente de trabalho e o estigma de não-ação são aspectos que refletem a concepção baseada em preceitos econômicos, para os quais “o aposentado não deve fazer nada” ou “não serve para nada”. Ademais, essa perspectiva retrata as perdas decorrentes do ato de aposentar-se, pois o indivíduo é desprovido do lugar que ocupou e, ao mesmo tempo, é substituído por outro profissional que possui as capacidades das quais ele precisou abdicar (SOARES, 2002; STUCCHI, 2007).

É relevante considerar que as diferenças de gênero também estão imbricadas no processo de aposentar-se, tendo em vista que os diversos

momentos históricos e os preceitos culturais estabeleceram papéis distintos para homens e mulheres cumprirem. Nesse sentido, ambos possuem histórias e experiências de vida diferentes e, por sua vez, as oportunidades de trabalho também são diferentes. As questões relacionadas ao gênero são importantes preditores acerca do bem-estar na aposentadoria e provocam a pensar nas modificações derivadas desse período, as quais podem ocasionar a inversão dos papéis ocupados ao longo da vida. Por exemplo, o homem que em sua trajetória acumulou o título de diretor de uma grande empresa e principal provedor da família, e, ao se aposentar, passa a ocupar seu tempo em atividades do lar (VELOZ; SCHULZE-NASCIMENTO; CAMARGO, 1999; KIM; MOEN, 2001; 2002; OLIVEIRA; TORRES; ALBUQUERQUE, 2009).

A partir das diversas facetas discutidas nesse tópico, é possível evidenciar que a aposentadoria configura-se como um fenômeno multidimensional, estabelecido de acordo com as características de diferentes grupos e pessoas. O desligamento do trabalho comumente envolve incertezas, preocupações e sentimentos ambíguos, delineados face à complexidade do fenômeno. Nesse contexto, é pertinente considerar as práticas voltadas à Orientação para a Aposentadoria, posto que estas se configuram em um importante meio para o desenvolvimento e a potencialização de habilidades no indivíduo, especialmente, no que tange a esse momento da carreira profissional (SOARES; LUNA; LIMA, 2010; FRANÇA, 2002).

Os Programas de Orientação para Aposentadoria caracterizam-se como práticas desenvolvidas por profissionais de diversas áreas do conhecimento, dentre as quais está a Psicologia, especialmente, em suas ações voltadas ao âmbito organizacional e à Orientação de Carreira. Sua origem é bastante recente, tendo ocorrido na década de 1950 nos Estados Unidos (SALGADO, 1980). No cenário brasileiro, o SESC de São Paulo foi o precursor no desenvolvimento desse tipo de ação, em 1980, abordando sobretudo questões relativas ao envelhecimento e aos recursos e serviços sociais disponíveis aos aposentados (MAGNANI, 1993).

Tais programas favorecem a reflexão e a tomada de consciência acerca da aposentadoria, considerando os diversos aspectos que encontram-se relacionados, tais como os contextos físico, organizacional, psicossocial, dentre outros. O processo de Orientação para Aposentadoria propõe chamar atenção dos gestores e demais trabalhadores nas organizações acerca do fenômeno, de modo a fortalecer a dimensão humana nesse âmbito, e diminuir ações perversas e injustas, dentre as quais é possível citar o tratamento de descarte dos

seus colaboradores aposentados que, ao retornarem à organização, precisam usar crachás de visitantes e comportarem-se como tais (SOARES, 2002; ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

Conforme assinala França (2002, p. 9), “grande parte da adaptação à aposentadoria irá depender do envolvimento de cada ser humano com o trabalho, da sua história de vida e como ele deseja viver seus próximos anos, suas expectativas e suas limitações”. Nesse sentido, a autora enfatiza que, um Programa de Orientação para Aposentadoria deve estimular a consciência sobre a realidade desse período, enfocando as perdas e os ganhos a serem conquistados na manutenção de interesses, na recuperação de antigos projetos ou na elaboração de um novo *script* de vida. Também deve facilitar o planejamento para a aposentadoria entre os trabalhadores da comunidade, oferecendo o intercâmbio de informações, a possibilidade da reflexão e da ampliação da percepção de futuro, estimulando a responsabilidade individual e coletiva dos pré-aposentados nesse processo (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010; ZANELLI; SILVA; TONDERA, 2013).

Para Zanelli (2000), as organizações possuem o compromisso ético de promover a preparação ou orientação para aposentadoria aos seus trabalhadores. É importante observar que, no Brasil, existem duas leis (BRASIL, 1994; BRASIL, 2003), as quais tratam dessa questão, imputando ao Estado o dever de criar e estimular a manutenção de tais Programas nos setores público e privado. Assim, é imprescindível que os servidores de ambos os âmbitos possam conhecer e fiscalizar tal legislação.

No entanto, cabe destacar que os Programas de Orientação para Aposentadoria são ainda uma prática recente, incomum e considerada um “luxo” nas organizações. A preocupação em desenvolver tais programas tem sido evidenciada, prioritariamente, em instituições estatais. Nesse contexto, a preparação ou orientação para aposentadoria, configura-se como uma prática emergente ao Psicólogo Organizacional, haja vista que estes profissionais têm se mostrado timidamente frente à esta demanda, a partir de intervenções incipientes que, na maioria das vezes, restringem-se à proximidade da aposentadoria (ZANELLI, 2000; ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010; FRANÇA, 2010).

Ainda a respeito dos Programas de Orientação para Aposentadoria, Muniz (1996) ressalta que os mesmos se configuram como um duplo investimento, abrangendo, portanto, trabalhadores e organizações. Na perspectiva dos trabalhadores que se encontram em processo de desligamento laboral, a orientação para aposentadoria denota a valorização dos gestores, mediante as suas contribuições ao

longo da trajetória profissional. Já para a organização, a ênfase recai sobre o contingente de trabalhadores que continuarão atuando, ao perceberem o cuidado e o respeito dos gestores com aqueles que se encontram em vias de se desligarem. Tal prática se configura, também, como de valorização de fatores intergeracionais, ao evidenciar a responsabilidade social da organização, preocupando-se com o bem-estar dos que nela encontram-se inseridos (FRANÇA, 2008).

De acordo com Zanelli, Silva e Soares (2010), o pressuposto fundamental dos Programas de Orientação para Aposentadoria refere-se à necessidade das pessoas serem educadas para este novo momento de suas carreiras e, obviamente, de suas vidas. De acordo com os autores, o processo de orientação se estabelece por meio de relações genuínas de ajuda, nas quais um ou mais profissionais qualificados para tal, intervêm e contribuem na construção de reflexões e respostas aos desafios relacionados ao desligamento laboral e suas decorrências.

Em relação aos aspectos do contexto familiar, considera-se que tais Programas são um importante meio para discussão da interface entre aposentadoria e família. É preciso destacar que os projetos de vida estabelecidos para este período, frequentemente, coadunam-se às configurações nos relacionamentos familiares e suas respectivas demandas. Nesses termos, ao abordar a temática e possibilitar a inserção dos diferentes membros da família nas atividades desenvolvidas nos Programas de Orientação, é possível intervir diretamente num dos principais fatores preditores de bem-estar e qualidade de vida na aposentadoria (BRESSAN, et. al, 2013).

Acredita-se que esta perspectiva de trabalho é fundamental para um redimensionamento nos significados da aposentadoria, uma vez que os preceitos sociais, usualmente, relacionam o trabalho a vigor e juventude, compreensão esta que evoca uma visão preconceituosa e distorcida em torno do fenômeno. O espaço de escuta, compartilhamento e construção coletiva, no qual se estabelecem relações de ajuda, permite aos trabalhadores, o reconhecimento e a análise acerca dos múltiplos aspectos que compõem e influenciam o processo de aposentadoria, dentre os quais se situa o contexto familiar.

2.3 A DINÂMICA RELACIONAL FAMILIAR E A APOSENTADORIA

A Teoria Sistêmica é a base conceitual na qual esta dissertação se ampara para tecer reflexões acerca da interface família e aposentadoria.

Essa teoria teve origem na metade do século XX, a partir de estudos oriundos das ciências matemáticas, físicas e biológicas, dentre os quais se destacam os trabalhos de Gregory Bateson e Ludwig von Bertalanffy, que se ocuparam em entender modelos de estrutura e funcionamento de unidades mecânicas e biológicas organizadas. O pioneirismo destes estudiosos proporcionou um modo de pensar os sistemas vivos numa perspectiva mais ampla, que se fundamenta na existência de uma rede de influência, na qual todas as coisas encontram-se organizadas em sistemas (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007; VASCONCELLOS, 2002).

O pensamento sistêmico deflagra um redimensionamento na forma tradicional utilizada pela ciência para perceber e compreender a realidade, isto é, o foco unidimensional que se pauta em relações causais e lineares. Em seus pressupostos epistemológicos, a perspectiva sistêmica ampara-se no reconhecimento da complexidade proposto por Morin (1996), segundo o qual os fenômenos precisam ser entendidos face ao seu contexto e a multidimensionalidade de elementos que constituem e influenciam sua existência. Cabe destacar que essa perspectiva não é onisciente, nem busca a explicação de todos os aspectos do objeto estudado, mas adota a construção de metapontos de vista para considerar as diversas razões imbricadas em sua ocorrência (BOING; CREPALDI; MORÉ, 2009).

Conforme explica Vasconcellos (2002), o pensamento sistêmico tem seu foco na compreensão das relações intrassistêmicas e interssistêmicas, de modo que o observador deixa de ter um fenômeno isolado e passa a considerar uma teia de fenômenos interligados. Nesse sentido, evidencia-se uma mudança paradigmática se correlacionado o pensamento sistêmico ao pensamento linear, na medida em que o primeiro considera o dinamismo inerente às relações de um sistema e destaca um caráter processual imbricado nestas, enquanto o segundo se baliza sob a ótica da objetividade.

Um estudo que se pauta na perspectiva linear se interessaria, por exemplo, em conjecturar a influência da família na experiência de aposentadoria. Isto é, seu foco seria pensar sobremaneira o modo como a família oferece acolhida e suporte ao aposentado ou como este sente e percebe os aspectos familiares mediante a vivência da aposentadoria. Por sua vez, o pensamento sistêmico conduz a discussão no sentido de compreender como as vivências do aposentado são influenciadas pela dinâmica familiar e, também, de que maneira a aposentadoria se inscreve neste ambiente e quais consequências ela confere às relações entre os membros do sistema.

A família, nessa perspectiva, é compreendida como um sistema ativo, isto é, um conjunto ou um todo integrado, com regras e funções dinâmicas, no qual as partes estão em constante relação e se transformam com o decorrer do tempo. O comportamento entre os membros do sistema familiar é interdependente, de modo que a compreensão de um fenômeno não pode ocorrer unicamente pelo entendimento de questões individuais de seus membros, e sim pensada em um contexto, no qual há uma rede de relações que se afetam mutuamente. É importante salientar que a interação recursiva³ é um fator chave para esta abordagem, pois as relações familiares são analisadas tanto entre os membros do sistema familiar, quanto deste sistema em intercâmbio com outros sistemas circundantes, num conjunto das relações sociais (ANDOLFI, 1980; CARTER; MCGOLDRICK, 1995; CERVENY, 2001; VASCONCELLOS, 2002).

As mudanças pelas quais a instituição família têm passado, influenciadas pelos fatores econômicos, culturais e sociais, causaram debates acerca do seu fim ou falência e levaram a repensar a compreensão que se mantém sobre ela, bem como seu modo de organização e funcionamento. As diversas possibilidades de arranjos e as novas configurações familiares, as quais incluem o divórcio, o recasamento, a adoção, as famílias constituídas por cônjuges do mesmo sexo, as mudanças no papel feminino, entre outros, têm evidenciado a diversidade de dinâmicas familiares possíveis, de modo que não há um padrão único ou um modelo universal para conceituar a família na contemporaneidade (ANTON, 2012; CERVENY, 2001; FÉRES-CARNEIRO; CARDOSO, 2008; BOING; CREPALDI; MORÉ, 2008; CANO, et al., 2009; WALSH, 2005).

A família enquanto um sistema de relações, se caracteriza como sendo o ambiente mais favorável e completo para fornecer o amparo necessário ao desenvolvimento do ser humano, sendo que as experiências vivenciadas nesse contexto são significativas ao processo evolutivo do indivíduo. É na família onde se estabelecem as crenças, os valores e os demais aprendizados importantes e definidores dos padrões com os quais o indivíduo estrutura sua vida e seu comportamento (MINUCHIN; COLAPINTO; MINUCHIN, 2011; WAGNER, 2002; CERVENY, 2001). Essa acepção permite compreender a família como a

³ De acordo com Vasconcellos (2002, p. 116), “recursividade se refere aos processos em que os efeitos e produtos são necessários ao próprio processo que os gera. O produto é produtor daquilo que o produz. Como num redemoinho, cada momento é produto e, ao mesmo tempo, produtor”.

bússola pela qual o indivíduo se direciona e guia ao longo dos diferentes processos que transcorrem à vida.

O papel da família e sua importância na vida das pessoas são aceitos naturalmente, o que remonta a pensar na família como a unidade básica para a sobrevivência do ser humano, na qual se estabelecem vínculos revestidos em valor e emocionalidade, dos quais decorrem as trocas e compartilhamentos fundamentais ao seu processo evolutivo. Embora a família se transforme ao longo do tempo, o desenrolar das relações familiares primordiais, seu desempenho e suas falhas, servirão como base para orientar o indivíduo ao longo de sua vida. Isso significa que as experiências vivenciadas no âmbito familiar constituem uma identidade familiar que influenciará as possibilidades e as ações do indivíduo, seja em sua conduta, suas escolhas amorosas e profissionais, e, inclusive, condições de saúde e doença (MINUCHIN, 1982; FÉRES-CARNEIRO, 1983; ACKERMAN, 1986; GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2003; WAGNER, 2002; FALCKE; WAGNER, 2005).

Os modelos utilizados pelos membros da família para interagirem são resultados da transmissão de legados que ultrapassam gerações, e trazem consigo uma perspectiva imbuída da história e da cultura característica àquele sistema. Na medida em que a família é a matriz da identidade do indivíduo, as experiências familiares desde a infância são armazenadas por este e as relações significativas construídas no ambiente familiar são de grande impacto sobre o indivíduo e estabelecem modelos que o conectam aos parâmetros de comportamentos de gerações passadas (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2003; FALCKE; WAGNER, 2005).

O processo de transmissão intergeracional, conforme postulam Boszormenyi-Nagy e Spark (2003), ocorre por meio do diálogo e do intercâmbio relacional entre diferentes gerações de uma família. A constituição histórica de cada família institui lealdades e obrigações a serem seguidas, de acordo com a disposição emocional de cada um de seus membros. Nesses termos, é possível entender que o indivíduo é um ser relacional, essencialmente ativo e reativo ao contexto no qual encontra-se inserido (MINUCHIN, 1982).

De acordo com Minuchin (1982) o sistema familiar se organiza por meio de uma estrutura de funcionamento, isto é, um conjunto invisível de exigências que estabelece padrões de interação. Tais padrões regulam o comportamento do indivíduo e da família como um todo, pois, na medida em que ditam as possibilidades de como, onde e com quem se relacionar, estão demarcando fronteiras entre os membros e designando tarefas a serem cumpridas. Cada um dos membros possui

funções para desempenhar no sistema e, portanto, participa de um ou mais subsistemas, de acordo com a sua geração, sexo, interesse ou função (MINUCHIN, 1982).

A organização do sistema familiar está disposta hierarquicamente em quatro subsistemas: subsistema individual, que se refere ao sistema constituído pelo indivíduo, o qual, por meio do seu envolvimento com o sistema familiar, desenvolve tarefas e adquire habilidades interpessoais; subsistema conjugal, que diz respeito ao casal e suas funções fundamentais ao funcionamento familiar, entre as quais se destacam questões relacionadas ao pertencimento e interdependência entre os cônjuges; subsistema parental, inaugurado a partir do nascimento dos filhos, os quais instituem aos seus progenitores as funções de pai e mãe, com tarefas bem definidas em relação ao desenvolvimento humano; subsistema fraternal, que se refere às relações entre irmãos, essencial no processo de socialização visto suas características que proporcionam às crianças a convivência e o aprendizado entre iguais (MINUCHIN, 1982; NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

As fronteiras podem ser definidas como demarcações ou barreiras invisíveis acerca das relações interpessoais, as quais possuem como função principal resguardar a diferenciação do sistema. Trata-se, portanto, de regras que instituem quais são os membros que participam de cada subsistema e quais as exigências que devem ser atendidas no papel ocupado. Nesse sentido, entende-se que as fronteiras são um elemento fundamental para a análise das relações familiares, pois evidenciam as possibilidades e dificuldades de comunicação entre os membros (MINUCHIN, 1982; NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

Conforme propõe Minuchin (1982), as fronteiras podem variar de rígidas à difusas, sendo que a primeira se caracteriza pelo excesso de restrições e por um contato limitado entre os subsistemas, promovendo contextos de independência, desligamento e isolamento, ao passo em que a segunda produz subsistemas emaranhados, nos quais há uma nítida presença de apoio mútuo, amor e atenção, o que pode favorecer a dependência e dificultar o contato externo ao sistema familiar. Cabe destacar que ambos os tipos de fronteiras são responsáveis podem gerar uma desorganização na estrutura familiar e favorecer o aparecimento de sintomas e a incidência de patologias (MINUCHIN, 1982; HALEY, 1979; NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

Embora os subsistemas devam ser protegidos por fronteiras nítidas que diferenciem seu nível de poder e funções dos demais, é importante ressaltar que os membros do sistema familiar circulam entre eles e podem pertencer a diferentes subsistemas. Isso significa pensar,

inclusive, nos papéis familiares que o indivíduo exerce ao mesmo tempo: precisa, por exemplo, estar atento às suas funções conjugais, ao passo em que se atém às demandas advindas da função parental e, ainda, de questões profissionais e particulares (MINUCHIN, 1982).

O modelo estrutural configura-se como um elemento importante para a compreensão da dinâmica das relações familiares, tendo em vista que, por meio da estrutura, é possível analisar os padrões e os processos de interação sob os quais o sistema se organiza. Nesse sentido, é oportuno considerar que o conceito de dinâmica relacional familiar diz respeito à uma apreensão ampla do sistema, em termos de como a família se constitui, como os diferentes membros interagem entre si e com outros sistemas, quais são as pautas que estabelecem os padrões relacionais embasadas nos valores, mitos, segredos, rituais e outros aspectos transmitidos entre as gerações. *Grosso modo*, a dinâmica relacional da família traduz seu funcionamento, ou seja, é a expressão da sua estrutura vista em ação (ANDOLFI, 1996; CERVENY; BERTHOUD, 1997; ANDOLFI, 2003; CARDOSO, 2006; PEDRO, 2007; CAMINHA, 2008).

Outro conceito importante a ser resgatado se refere ao Ciclo de Vida Familiar, conforme proposto por Carter e McGoldrick (1995), o qual introduz uma perspectiva do desenvolvimento humano interligado e concomitante ao desenvolvimento familiar. Essa concepção “formula problemas acerca do curso que a família seguiu em seu passado, sobre as tarefas que está tentando dominar e do futuro para o qual está se dirigindo” (CARTER; MCGOLDRICK, 1995, p. 8), ou seja, a ênfase dada ao entendimento do processo desenvolvimental se direciona a uma dimensão inter-relacional, permeada por eventos e estágios que ultrapassam os limites geracionais e envolvem diferentes membros da família extensa e ampliada.

O relacionamento entre os componentes da família se organiza por meio de estágios distintos, e, embora haja uma interdependência entre as fases e as transições experimentadas em cada família, não há um formato linear capaz de representar esse processo. A família, nesse contexto, se refere a um todo de um sistema, dotado de intensa emocionalidade, e em cada dado momento se relaciona a, pelo menos, três ou quatro gerações distintas. As transições familiares são experimentadas de diferentes maneiras em cada indivíduo e em cada geração, de modo que, esses pontos de passagem de um estágio do ciclo de vida para outro são geradores de estresse nos familiares, especialmente por demandarem adaptação ao novo contexto que se apresenta (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Em cada etapa do ciclo de vida da família, os membros vivenciam aprendizagens específicas e relacionadas ao período de transição em que se encontram e às modificações que são decorrentes. O desafio da família em adaptar sua estrutura ao longo do desenvolvimento, ocorre também em relação ao contato e a convivência entre as gerações, uma vez que demandam um ajuste constante nos padrões relacionais para que possa adequar-se aos muitos e diferentes momentos de ciclo de vida em que se encontram cada um dos seus membros da família extensa (ROSSET, 2003).

A passagem de um estágio de ciclo de vida para outro acarreta aos membros da família o desempenho de tarefas novas e habilidades diferentes das quais habitualmente se ocupavam. O período de transição entre os ciclos de vida, usualmente, causa desequilíbrio nas relações familiares e se torna fator para estresse e disfunções na estrutura da família (MINUCHIN; FISHMAN, 1990; CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Estudos realizados com famílias norte-americanas de classe média possibilitaram a Carter e McGoldrick (1995) compor a sistematização do processo desenvolvimental da família em seis estágios: 1) Emancipação do jovem adulto solteiro; 2) O novo casal; 3) Famílias com filhos pequenos; 4) Famílias com filhos adolescentes; 5) Emancipando os filhos e seguindo em frente; 6) Famílias no estágio tardio da vida. Essa perspectiva permite ainda observar variações maiores, as quais envolvem questões que, embora específicas a alguns contextos familiares, causam impacto no ciclo de vida. Tais situações se referem aos casos de divórcio e recasamento, as peculiaridades do ciclo de vida em famílias pobres, a ocorrência de mortes precoces, a casos de doenças crônicas e acidentes, e, ainda, a aspectos da história particular daquela família, tais como a cultura, etnicidade e religiosidade.

Proposta semelhante e que se atém a discutir elementos do ciclo vital das famílias face ao contexto brasileiro foi desenvolvida por Cerveny e Berthoud (1997; 2002; 2011). Para estas autoras, o processo desenvolvimental familiar ocorre em quatro fases: 1) Fase de aquisição, 2) Fase adolescente, 3) Fase madura, 4) Fase última. Em tal perspectiva, é igualmente possível observar crises comuns e previsíveis ao longo do ciclo vital da família, como também as imprevisíveis, sendo importante destacar que as fases não são rigidamente determinadas e, em muitos momentos, uma se sobrepõe à outra.

As propostas de compreensão do Ciclo de Vida Familiar de Carter e McGoldrick (1995), assim como de Cerveny e Berthoud (1997; 2002; 2011), demonstram que a família é um sistema vivo e complexo

que se desenvolve ao longo do tempo e, sendo norteado por códigos próprios, precisa evoluir para permitir o desenvolvimento de seus membros. Essa perspectiva teórica demonstra-se fundamental para o entendimento das transições que ocorrem com a família e atingem a todos os componentes do sistema. Em cada estágio ou fase do seu ciclo de vida o funcionamento familiar precisa ser reestruturado, o que implica na modificação de padrões tradicionais de interação que se constituem a partir das regras, crenças, valores, papéis e segredos inerentes a cada família.

Em relação à aposentadoria, tal perspectiva se torna especialmente válida, na medida em que conduz a discussão desse fenômeno considerando fatores de cunho relacional. Por exemplo, ao se aposentar, o indivíduo avança para um novo estágio de seu curso de vida individual, e inevitavelmente deverá fazer adaptações de sua rotina e atividades. O mesmo ocorre com sua família, a qual precisará se ajustar ao novo estágio, que inclui a aposentadoria de um de seus componentes, e ocasionará alterações nos padrões tradicionais de funcionamento do sistema familiar.

A perspectiva do ciclo de vida familiar permite identificar a aposentadoria como um evento que pode ocorrer em dois diferentes momentos do ciclo de vida da família, quais sejam: “Emancipando os filhos e seguindo em frente” e “Famílias no estágio tardio da vida”, conforme a sistematização de Carter e McGoldrick (1995), e “Fase madura” e “Fase última”, de acordo com a proposta de Cerveny e Berthoud (1997; 2011). Uma vez que ambas as autoras apresentam similaridades em seu entendimento e contribuições significativas acerca do impacto da aposentadoria no ciclo de vida, pretende-se aprofundar alguns elementos que compõem os referidos estágios e, para tanto, julga-se pertinente a utilização das duas perspectivas: a norte-americana e a brasileira.

O período do ciclo vital familiar no qual a aposentadoria se inscreve, geralmente, está relacionado a intensas mudanças na estrutura da família, as quais envolvem a vivência do “ninho vazio” em virtude da saída dos filhos de casa para casar, ou, quando isso já ocorreu, é necessária a abertura e aceitação de novos membros, tais como genros, noras e netos, e o desempenho dos novos papéis, respectivamente, de sogro/sogra e avô/avó. É um período em que são constituídas as bases para os filhos desenvolverem maior autonomia e isso demanda o estabelecimento de um relacionamento maduro com seus progenitores. Aos pais, cabe rever seu papel parental e favorecer, por meio da liberdade e da orientação, que os filhos possam estabelecer seus

objetivos e estilos de vida (MCCULLOUGH; RUTENBERG, 1995; CERVENY; BERTHOUD, 1997; OLIVEIRA; CERVENY, 2011).

No entanto, é interessante observar a existência de um fenômeno comum na contemporaneidade, ao qual Cervený e Berthoud (1997) denominam de “pais estendidos”. Sua ocorrência está relacionada aos casos nos quais os filhos, embora estejam criados, retornam a receber cuidados e assistência dos seus pais idosos ou aposentados. Dentre as situações nas quais esse contexto pode ser evidenciado estão o apoio ou o amparo oferecido pelos pais às necessidades financeiras ou emocionais dos seus filhos e, ainda, o auxílio no cuidado e na educação dos netos por parte dos avós.

É oportuno esclarecer ainda que, face à existência de múltiplas configurações de relacionamentos familiares na contemporaneidade, as quais incluem, por exemplo, a escolha por casar e ter filhos em um período mais tardio do desenvolvimento, a aposentadoria e o envelhecimento podem culminar com o período de ingresso dos filhos no Ensino Superior e exigir a permanência dos pais em seu trabalho para atender às necessidades financeiras da família. Contudo, os desafios econômicos que se apresentam na atualidade, tais como a precarização do trabalho e o desemprego, têm feito com que os pais se preocupem com a estabilidade econômica dos filhos, de modo que podem postergar sua aposentadoria para manterem-se ativos, evitando ou adiando que seus filhos tenham que enfrentar as dificuldades oriundas da autonomia financeira (OLIVEIRA; CERVENY, 2011; WALSH, 2005; BORGES; MAGALHÃES, 2009; HENRIQUES; FERÉS-CARNEIRO, 2006; SILVEIRA; WAGNER, 2006).

Conforme esclarece Coelho (2011), na realidade brasileira existem outros dois motivos que tornam comum a permanência de indivíduos no trabalho, embora tenham conquistado o direito a aposentar-se. O primeiro deles diz respeito à necessidade de complementação de renda, na medida em que o valor do benefício não é capaz de atender as demandas financeiras da família. Por conseguinte, o segundo motivo deflagra a dificuldade de perda do papel funcional e de principal provedor familiar que se refere, especialmente, aos homens, e pode ocasionar depressão e o sentimento de inutilidade.

Em relação ao casal, as últimas fases do ciclo de vida familiar impõem o desafio de repensar sua conjugalidade. É comum nessa fase o surgimento, de sentimentos ambivalentes de continuidade e finitude no casal, de modo que este precisa avaliar e renovar seu laço conjugal, encontrando o prazer de estarem juntos, uma vez que estão mais liberados das obrigações de educação e cuidado com os filhos e podem

investir em novos espaços de vida. As negociações devem ocorrer tanto no sentido de abarcar a nova realidade do sistema conjugal, por exemplo, de estarem residindo sozinhos, sem os filhos, assim como de avaliar a permanência da relação entre marido e esposa (SILVA; ALVES; COELHO, 1997; NICHOLS; SCHWARTZ, 2007; MARQUES; SOUZA, 2012; OLIVEIRA; CERVENY, 2011; PIRES, 2008).

Por conseguinte, o elevado índice de expectativa de vida tem ampliado o curso do ciclo de vida e aumentado, sobretudo, o tempo para os casais conviverem após criarem seus filhos, estarem aposentados ou idosos. Este fato impõe amplas consequências aos relacionamentos, pois os parceiros precisarão, inevitavelmente, pensar e avaliar sua conjugalidade para permanecerem, ou não, unidos por mais 20 ou 30 anos (WALSH, 2005).

Ao casal, soma-se ainda outro desafio: neste período é comum que, devido ao envelhecimento ou adoecimento da terceira geração, sejam agregadas responsabilidades e cuidados dos filhos para com estes. Especialmente no estágio tardio da vida ou fase última há, concomitantemente, a ocorrência de perdas e morte, seja da geração mais velha, de amigos ou do próprio cônjuge. Em virtude dos novos papéis e necessidades, a flexibilidade na estrutura da família torna-se fator fundamental para o seu bom funcionamento, sendo necessário inclusive explorar e aceitar novas opções e os estilos de vida comuns à contemporaneidade, dentre eles, o recasamento (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; WALSH, 1995; WALSH, 2005).

Diante desse conjunto de mudanças, o trabalho, por vezes, pode conferir certo equilíbrio à relação conjugal, na medida em que ambos os cônjuges estão ocupados com seus compromissos, sejam estes de cunho laboral ou nas funções que ambos exercem no ambiente familiar. Nesse sentido, a aposentadoria significa muito mais que uma súbita perda da profissão, uma vez que implica no repentino aumento da proximidade para o casal. Com ambos os parceiros em casa durante todo o dia, a casa pode parecer menor e o relacionamento sofrer um desequilíbrio, seja pela intensificação da convivência, seja por uma possível tentativa de exclusão do componente da família aposentado, seja por conflitos conjugais que foram silenciados anteriormente, ou ainda em tentativas de substituição de fontes de prazer por meio de relacionamentos extraconjugais (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; FRIEDMAN, 1995; NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

Os aspectos econômicos influenciam diretamente a qualidade de vida na aposentadoria. Se o casal consegue, por exemplo, ter uma renda

adequada às suas demandas de saúde e lazer, é possível que essas fases ou estágios do ciclo vital transcorram com maior tranquilidade. Paralelamente, ao receber a pensão, o aposentado pode resgatar seu papel de provedor e novamente contribuir com seus filhos e netos nas dificuldades financeiras que estes possam vivenciar (CERVENY; BERTHOUD, 1997; SANTOS; DIAS, 2008; COELHO, 2011).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à aposentadoria enquanto demarcador do afastamento do indivíduo de sua atividade laboral formal, a partir do qual o aposentado dispõe de maior tempo livre para exercer outras atividades, seus familiares podem delegar a ele o papel de solucionador dos possíveis conflitos e crises que emergem no contexto familiar. Ele pode tornar-se sucessivamente mais lembrado, na medida em que possui maior autonomia para tratar de certas questões, e, assim, passar a superfuncionar tratando dos compromissos e responsabilidades que, em princípio, eram desempenhados por outros membros da família (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; SANTOS; DIAS, 2008).

Concomitantemente, ou nos anos subsequentes à consolidação da aposentadoria, podem ocorrer mudanças nos papéis mediante o processo de envelhecimento, o qual pode se relacionar também à questões como o declínio fisiológico, adoecimento e morte. Tendo em vista o índice de longevidade, é comum que ocorra o contato direto e o prolongamento da convivência com os membros mais idosos da família. Tal acontecimento, *per si*, ocasiona diversos desafios aos relacionamentos familiares, uma vez que a interação envolve indivíduos de gerações distintas e com experiências de vida contrastantes, de modo que a geração mais velha pode se perceber inadequada ou sem espaço mediante as significativas transformações societárias (WALSH, 2005; FIGUEIREDO, et al., 2011).

Sobre o processo de envelhecimento, convém destacar que este demanda do indivíduo sua adaptação a uma nova rotina de vida, com mudanças nas atividades que eram desenvolvidas, podendo somar-se ainda a necessidade de cuidado sobre si e a dependência de outras pessoas para cumprir tarefas, desse modo, agregando a seus parentes o papel de cuidadores. No entanto, os membros mais jovens da família, os quais geralmente se tornam os cuidadores, devem permanecer valorizando os relacionamentos familiares, proporcionando espaço para que seus pais possam contribuir por meio da sua sabedoria e experiência, todavia, sem inverter os papéis ou superfuncionar por eles (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; WALSH, 1995; SILVA; ALVES; COELHO, 1997; HENRIQUES; FÉRES-CARNEIRO; RAMOS, 2011).

A partir dos aspectos discutidos, é possível observar que o fenômeno da aposentadoria se apresenta a partir de diversas facetas frente à dinâmica das relações familiares, na qual estão envolvidos os diferentes componentes que constituem o sistema familiar. Nesse sentido, cabe retomar a concepção de Friedman (1995), o qual distingue a aposentadoria de outros eventos que também atingem ao sistema familiar, tais como o casamento, a puberdade e os funerais, e a caracteriza como um ‘ponto nodal’ no ciclo de vida familiar. Isso significa que a aposentadoria é um evento de grande impacto sobre o contexto da família, uma vez que a mesma acarreta intensa transformação da estrutura familiar, ocasionando que seus membros assumam, por exemplo, papéis distintos aos desempenhados habitualmente.

A aposentadoria, enquanto parte do ciclo vital da família, representa a passagem para uma nova organização e estrutura que a própria família desconhece. Dessa forma, é possível observar a existência de uma multiplicidade de tarefas desenvolvimentais relacionadas a este estágio que ocasionarão a reestruturação da família, e isso exige que seus componentes se atenham tanto na manutenção do seu funcionamento, quanto na exploração de novos papéis familiares e sociais.

Nessa perspectiva, ao enfatizar o viés relacional imbricado no contexto familiar, denota-se a complexidade subjacente ao período em que a aposentadoria se insere no ciclo de vida da família. Ademais, tal sistematização possibilita, ainda, atentar para a variedade de configurações e dinâmicas familiares existentes na contemporaneidade, assim como identificar fatores igualmente significativos e que podem influenciar a decisão e a efetivação do desligamento laboral.

3 MÉTODO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O método de pesquisa delimita o processo pelo qual o investigador percorre seu caminho, atinge seus propósitos com o estudo e o torna uma construção científica. Ao tratar sobre a antiga polêmica que envolve os métodos quantitativos e qualitativos de investigação científica, Olabuénaga (2009) afirma que essa discussão não pode ser reduzida, apenas, à discrepância entre os procedimentos utilizados em uma perspectiva ou outra, tão pouco simplificada ao se distinguir o interesse e o uso de números pela primeira e de palavras pela segunda. A escolha por um método de pesquisa é, acima de tudo, a expressão da concepção de mundo e de homem nas quais se fundamenta o estudo, e que proporcionarão ao investigador um modo de análise e compreensão das informações concernentes ao fenômeno explorado.

Ao considerar os objetivos aos quais a pesquisa se propôs, assim como a complexidade de que se reveste o tema de estudo e a relevância em atentar para as particularidades do contexto, optou-se, em termos metodológicos, pela abordagem qualitativa. Essa perspectiva de pesquisa, conforme Olabuénaga (2009), possibilita compreender a realidade face a um processo interpretativo que reconhece e valoriza a subjetividade; seu foco de estudo está centrado no ser humano e no entendimento dos sentimentos e significados que se relacionam ao fenômeno investigado.

Uma pesquisa fundamentada em métodos qualitativos, se preocupa, essencialmente, em apreender processos, comportamentos e ações que encontram-se no campo do fenômeno estudado. A interpretação e compreensão das informações tornam-se possíveis por meio da linguagem, das narrativas e das descrições, captadas a partir de procedimentos que conferem maior flexibilidade em sua utilização, entre os quais estão a observação participante, a entrevista semiestruturada e a entrevista em profundidade (OLABUÉNAGA, 2009).

O método qualitativo de pesquisa permite compreender, com maior riqueza de detalhes, as características situacionais apresentadas pelos sujeitos participantes, isto é, comporta elementos tais como: motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Estes elementos encontram-se em um nível de realidade que não pode ser quantificado e,

igualmente, desconsiderado, devido as implicações que possui sobre qualquer fenômeno estudado (RICHARDSON, 1999; MINAYO, 2004).

Pensar qualitativamente implica em um estilo de investigação no qual se destaca a escolha cuidadosa de dados relevantes, que resultam de observações lentas e prolongadas, sistematizadas em base de notas ou por meio de gravações. De acordo com Olabuénaga (2009, p. 24):

lejos de ser una actividad unidimensional y lineal, el análisis cualitativo opera en dos dimensiones y de forma circular. No sólo se observan y graban los datos, sino que se entabla uno diálogo permanente entre el observador y lo observado, entre introducción (datos) y deducción (hipótesis), al que acompaña una reflexión analítica permanente entre lo que se capta del exterior y lo que se busca cuando se vuelve, después de cierta reflexión, de nuevo al campo de trabajo. En todo momento este intercambio de fuera a dentro y del observador al campo de observación adquiere una estructura zigzagueante en la que se impone una flexibilidad completa para cambiar, en cualquier momento, la hipótesis orientada de trabajo, la fuente de información, la línea de interpretación.

Na medida em que a perspectiva qualitativa de pesquisa atua no entendimento dos significados que circundam um evento ou situação, ela é capaz de produzir importantes descobertas sobre o fenômeno estudado, haja vista seu procedimento indutivo, que ao invés de partir de hipóteses exatas e precisas, ressalta a peculiaridade dos dados para então sistematizar e teorizar acerca de uma conjuntura. Desse modo, a pesquisa torna-se ainda mais consistente, na medida em que contém em seus pressupostos e considera devidamente, as relações entre conteúdo e contexto, bem como entre as subjetividades do pesquisado e do pesquisador (OLABUÉNAGA, 2009).

3.2 FASE EXPLORATÓRIA

A fase exploratória de uma investigação diz respeito à etapa de definição e delimitação do problema, do objeto e dos objetivos da pesquisa, o que ocorre em meio a uma intensa exploração do campo a ser estudado, das produções sobre o tema, da verificação de lacunas científicas, da construção de hipóteses e pressupostos, fundamentais ao

trabalho de pesquisa (MINAYO, 2004). Em relação ao desenvolvimento deste estudo, a fase exploratória teve início na disciplina Fundamentos Históricos e Epistemológicos em Psicologia, cursada no primeiro semestre de 2012, e perdurou até setembro do mesmo ano. Os procedimentos adotados foram: a) busca de produções sobre a interface aposentadoria e família, em bases de dados nacionais e internacionais; b) leitura, análise e sistematização dos resultados obtidos.

A realização desta etapa foi importante para o aprofundamento da pesquisa bibliográfica relacionada ao problema de pesquisa, especialmente face à verificação da relevância do estudo. Cabe destacar que o montante de informações coletadas na fase exploratória não estão esgotadas nesse trabalho, tendo em vista sua pertinência para discussão em outros contextos. Nesses termos, os dados foram estruturados e resultaram em dois artigos científicos, sendo que um deles encontra-se publicado (ANTUNES; SOARES; SILVA, 2013), e, o outro, foi submetido e aguarda avaliação para possível publicação em periódico.

3.3 PRECEITOS ÉTICOS

Após a aprovação no Exame de Qualificação, o Projeto de Dissertação foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo parecer favorável à sua execução (Parecer CEPSH/UFSC n.º 313.979, datado em 24/05/2013). Convém destacar que todos os procedimentos relativos ao desenvolvimento deste estudo foram orientados pelas regras de pesquisa com seres humanos, conforme disposto na Resolução 196/1996 (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, em todas as etapas da pesquisa, foi assegurado um tratamento cordial e respeitoso com os participantes e comprometido com os objetivos do estudo. De igual maneira, em relação aos dados coletados, o processo de tratamento e análise foi pautado pelo sigilo de identidade, preservando a integridade dos participantes. Estes foram informados e esclarecidos acerca das normas que regem este processo por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C).

Salienta-se ainda que, especificamente em um caso, foi constatada a necessidade de encaminhar a participante para um Programa de Orientação para Aposentadoria, de modo que o pesquisador intermediou o contato com os professores do LIOP

(Laboratório de Informação e Orientação Profissional) da UFSC, a fim de garantir a sua inscrição.

3.4 CONTEXTO E PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram deste estudo 06 casais, totalizando, assim, 12 pessoas envolvidas. Nesses termos, é importante mencionar que, em se tratando de uma pesquisa com abordagem qualitativa, a investigação almeja captar o conteúdo das experiências e os significados atribuídos a estas, não havendo, portanto, um critério numérico específico para delimitar a sua abrangência. A preocupação não está centrada na definição de um grande número de participantes, mas sim nas delimitações acerca da seleção e escolha dos sujeitos e na profundidade da compreensão do fenômeno em estudo (OLABUÉNAGA, 2009; KRAWULSKI, 2004).

Em relação à seleção e inclusão dos participantes que integraram a presente pesquisa, foram considerados os seguintes critérios:

- a) A composição da família estava configurada em consonância com a estrutura familiar nuclear tradicional, tendo, portanto, em sua constituição: homem, mulher e filhos;
- b) Na família, um dos cônjuges possuía Ensino Superior Completo e estava aposentado há, pelo menos, um ano. Estes critérios foram definidos com o intuito de, respectivamente, conferir maior uniformidade ao contexto socioeconômico dos participantes e estabelecer um parâmetro de tempo que possibilitasse a análise da experiência efetiva de aposentadoria relacionada ao ambiente familiar;
- c) Família com arranjo familiar estável em tempo superior ao qual o membro da família encontra-se aposentado, de modo que não tivesse ocorrido divórcio ou recasamento nos últimos anos;
- d) Famílias residentes em meio urbano;
- e) Famílias com, no mínimo, um filho/a.

Para acesso e convite aos participantes da pesquisa, foi utilizada a técnica Bola de Neve (DENZIN; LINCOLN, 2000), na medida em que essa estratégia permite ao pesquisador receber indicações de casos representativos em relação ao fenômeno que se deseja estudar. Desse modo, o contato com os participantes deste estudo ocorreu intermediado

pelas indicações da rede de relações pessoais do pesquisador e do grupo de pesquisa ao qual pertence.

3.5 COLETA DE DADOS

3.5.1 Instrumentos para a coleta de dados

A coleta de dados ocorreu mediante a utilização de dois instrumentos: entrevista semiestruturada e Genograma Familiar. Em relação à entrevista, Lakatos e Marconi (2009) assinalam que se trata de uma importante ferramenta de trabalho em pesquisa qualitativa, na qual ocorre o encontro entre duas pessoas, as quais estabelecem uma conversação de natureza profissional, travada face a face e, desse diálogo, decorrem as informações necessárias e pertinentes à investigação.

É importante atentar para o fato de que, ao contrário de outros instrumentos de pesquisa, os quais estabelecem uma relação hierárquica entre pesquisador e sujeito, a entrevista possui um caráter de interação entre quem pergunta e quem responde. A relação entre ambos precisa se pautar em confiança e respeito, sendo esperado que o pesquisador possua capacidade para dialogar e ouvir atenta e livremente o que o entrevistado deseja expressar (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

A entrevista na modalidade semiestruturada abrange os questionamentos básicos que se apoiam em teorias e hipóteses relacionadas ao tema de pesquisa. Esse tipo de entrevista se constitui de perguntas abertas, nas quais não há um condicionamento a uma padronização de alternativas e, portanto, favorece a captação imediata e corrente da informação almejada, sendo possível o entrevistador fazer o uso de correções, esclarecimentos, direcionamentos e adaptações pertinentes aos objetivos e ao contexto da investigação (TRIVIÑOS, 1987; LAKATOS; MARCONI, 2009; LUDKE; ANDRÉ; 1986).

O roteiro de entrevista utilizado na pesquisa encontra-se estruturado em três blocos temáticos: 1) Dados sócio-demográficos e de identificação, 2) A experiência de aposentadoria, e 3) A família e a aposentadoria (vide APÊNDICE A).

O segundo instrumento, Genograma Familiar, consiste de uma representação gráfica que se utiliza, basicamente, de símbolos, para retratar aspectos da composição familiar e dos relacionamentos em uma perspectiva intergeracional (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; WENDT; CREPALDI, 2008). Julgou-se importante o uso desse recurso

para identificar a relação entre histórias das gerações passadas e padrões familiares nos quais se inscrevem as experiências de aposentadoria dos participantes. Para tanto, destaca-se que a utilização do Genograma Familiar foi pautada, especificamente, pelas questões norteadoras que constam no APÊNDICE B, considerando-se a temática central do estudo.

3.5.2 Estudo para avaliação da pertinência dos instrumentos de pesquisa

Foi realizado um estudo com o intuito de verificar a sensibilidade e a pertinência dos instrumentos de pesquisa utilizados para a coleta de dados propriamente dita, o qual ocorreu no mês de Dezembro de 2012. A execução desse estudo orientou-se a partir dos preceitos éticos concernentes ao processo de pesquisa, assim como dos procedimentos estabelecidos para escolha, seleção e acesso aos participantes, conforme descrito nos itens 4.3 e 4.4 deste trabalho.

É importante mencionar que o estudo foi realizado com um único casal. Ademais, o local onde ocorreu a coleta de dados foi a residência da família e, para tal, não foi verificada nenhuma espécie de objeção.

Por meio deste estudo, foi evidenciado que, de um modo geral, os instrumentos de pesquisa atenderam aos objetivos para os quais foram desenvolvidos. No entanto, algumas das questões que compõem o Roteiro de Entrevista foram, posteriormente, revisadas, desmembradas e acrescidas de novos itens. As narrativas dos participantes do estudo geraram subsídios para responder o objetivo da pesquisa, de modo que foi possível observar a proximidade entre a realidade estudada e os elementos discutidos no referencial teórico.

3.5.3 Procedimentos para a coleta de dados

A coleta de dados ocorreu entre os meses de junho e julho de 2013 e, para tal, foram adotados os seguintes procedimentos: inicialmente, o pesquisador realizou contato, via e-mail, com pessoas da sua rede, apresentando a proposta e os objetivos de pesquisa, bem como buscando possíveis participantes. Destaca-se que, por meio desse processo, obteve-se a indicação de 11 casais.

Num primeiro momento, foi estabelecido contato via telefone com os casais indicados, visando apresentar informações acerca dos propósitos e procedimentos desta pesquisa, além de verificar se estes

atendiam aos critérios e poderia ser efetivada a sua participação. Nesse sentido, é importante salientar que 02 casais recusaram o convite, 02 casais não foram incluídos porque permaneciam com vínculo laboral após a sua aposentadoria e 01 casal desistiu de participar no decorrer do processo, devido serem os principais cuidadores de seus netos e não disporem de tempo.

Em relação aos 06 casais que aceitaram participar da pesquisa, o procedimento seguido foi agendar data, horário e local para aplicação dos instrumentos de coleta de dados. Ressalta-se que, embora tenha sido disponibilizado aos participantes uma sala nas dependências da Universidade, os mesmos optaram que o processo ocorresse em suas residências e, para tanto, não foi constatado nenhum impasse em torno da privacidade e do sigilo das informações prestadas pelos entrevistados.

Por conseguinte, acerca das entrevistas, é importante salientar que estas foram conduzidas individualmente, isto é, em momentos distintos, com cada um dos cônjuges. Cada entrevista teve a duração de, aproximadamente, 80 minutos. Cabe destacar ainda que, foi utilizado o recurso da gravação, tendo em vista que esta técnica preserva a riqueza do discurso dos participantes, além de possibilitar que o entrevistador se ocupe apenas da entrevista, sendo desnecessário anotar as respostas (BIASOLI-ALVES; SILVA, 1992).

A construção do Genograma Familiar, por sua vez, aconteceu em um momento posterior às entrevistas, no qual ambos os cônjuges encontravam-se presentes. A execução deste instrumento transcorreu em, aproximadamente, 50 minutos. Os recursos utilizados para executar o mapeamento e a representação gráfica foram, exclusivamente, papel A4 e lápis.

3.6 ANÁLISE DE DADOS

Após a etapa de coleta, os dados foram analisados qualitativamente por meio do método da *Grounded Theory* (Teoria Fundamentada Empiricamente), desenvolvida por Strauss e Corbin (2008). O processo de análise dos dados envolveu as seguintes etapas: a) interação com os dados por meio de leituras sucessivas do material coletado; b) codificação aberta, na qual os dados foram examinados, desmembrados e, posteriormente, agrupados; c) criação das categorias, as quais foram nomeadas de acordo com os aspectos nucleares evidenciados e a representação dos códigos tal como foram agrupados;

d) codificação axial, sendo este o processo de estabelecer subcategorias e elementos de análise a serem abordados em cada uma das categorias;

e) fenômeno central, o qual se refere à triangulação entre os dados coletados e a literatura, sendo possível sustentar a compreensão do fenômeno investigado neste estudo.

Ressalta-se que, no presente estudo, esse procedimento de análise de dados subsidiou unicamente a organização e o tratamento das informações obtidas por meio da coleta de dados. Dessa forma, tornou-se possível integrar os dados provenientes da aplicação dos instrumentos utilizados (Entrevista Semiestruturada e Genograma Familiar), resultando na definição de categorias e subcategorias que auxiliaram na descrição e compreensão das narrativas dos participantes.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa 06 casais, totalizando 12 pessoas, dentre as quais, 06 eram do sexo masculino e 06 do sexo feminino. A idade dos participantes variou entre 56 e 68 anos, e o nível de Escolaridade variou entre Ensino Técnico e Doutorado.

Em relação às ocupações exercidas pelos participantes, constatou-se que, com exceção de um casal no qual a esposa referiu ser “Do Lar”, em todos os demais, ambos os cônjuges desenvolveram carreiras com atividades externas ao ambiente familiar. A renda mensal do casal variou entre 10 e 40 salários mínimos, sendo a média correspondente a 18 salários mínimos vigentes. Assim, salienta-se que eram indivíduos pertencentes às classes média e média alta.

Acerca do período em que encontram-se aposentados, este varia entre 01 ano e meio e 15 anos, sendo a média de tempo de 06 anos e 01 mês. Cabe destacar que este dado se refere ao período desde que efetivaram seu desligamento laboral, cessando suas atividades profissionais. Nesses termos, observou-se que as participantes mulheres estão aposentadas há mais tempo que seus maridos, sendo que duas delas mencionaram não receber nenhum tipo de benefício.

A respeito da constituição familiar destes casais, foi verificado que todos possuem filhos, cujo número variou entre 01 e 02 filhos, com idades entre 24 e 36 anos. Reitera-se que, do total de 06 casais, 02 deles ainda convivem com os filhos na residência da família, os quais dependem dos pais, inclusive, financeiramente.

As informações relativas a cada um dos participantes, podem ser visualizadas no Quadro 01.

QUADRO 01: CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Identificação	Cônjuge	Idade	Escolaridade	Religião	Profissão exercida	Aposentado	Tempo em que se encontra aposentado	Número de filhos	Residentes na casa	Renda mensal aproximada do casal
Casal A	Marido	60	Mestrado	Evangélico	Professor Universitário	Sim	03 anos	02	Casal e ambos os filhos	18 salários mínimos
	Esposa	62	Ensino Técnico	Evangélica	Técnica de Enfermagem	Sim	11 anos			
Casal B	Marido	63	Doutorado	Ateu	Professor Universitário	Sim	1,5 anos	01	Apenas o casal	16 salários mínimos
	Esposa	68	Graduação	Católica	Do Lar	Não	Não se aplica			
Casal C	Marido	63	Especialização	Espírita	Economista	Sim	05 anos	02	Apenas o casal	40 salários mínimos
	Esposa	59	Especialização	Espírita	Microempresária	Sim	07 anos			

Identificação	Cônjuge	Idade	Escolaridade	Religião	Profissão exercida	Aposentado	Tempo em que se encontra aposentado	Número de filhos	Residentes na casa	Renda mensal aproximada do casal
Casal D	Marido	64	Especialização	Católico	Bancário	Sim	08 anos	02	Casal e ambos os filhos	15 salários mínimos
	Esposa	56	Superior Incompleto	Católica	Tesoureira	Sim	15 anos			
Casal E	Marido	58	Especialização	Espírita	Gerente na Área de Informática	Sim	02 anos	02	Apenas o casal	12 salários mínimos
	Esposa	57	Superior Completo	Espírita	Analista de Sistemas	Sim	04 anos			
Casal F	Marido	64	Superior Completo	Católico	Gerente de Área Comercial	Sim	05 anos	02	Apenas o casal	10 salários mínimos
	Esposa	59	Superior Completo	Católica	Relações Públicas	Não	Não se aplica			

4.1.1 Síntese da vida pessoal e profissional dos casais participantes.

Julgou-se pertinente apresentar uma breve descrição dos dados mais significativos da vida pessoal, profissional e familiar dos participantes desta pesquisa. Para tanto, a síntese que encontra-se abaixo, foi desenvolvida com o intuito de esclarecer alguns aspectos que compõem a história de vida dos casais, bem como a estrutura e o funcionamento das famílias às quais eles pertencem.

Casal A:

O marido tem 60 anos, atuou como Professor Universitário em uma Instituição Pública de Ensino e encontra-se aposentado há 03 anos. A esposa tem 62 anos, trabalhava como Técnica de Enfermagem em uma Maternidade e está aposentada há 11 anos. Este casal possui dois filhos, os quais ainda residiam na casa da família. A filha possui 30 anos, Ensino Superior concluído e trabalhava em uma área que não está diretamente relacionada à sua formação. Na época da pesquisa, ela estava com o casamento marcado para a semana subsequente e pretendia residir numa casa localizada nos fundos do terreno aonde moram seus pais. O filho possui 28 anos, Ensino Superior concluído e atua na sua área de formação. Todos os membros da família pertencem à Religião Evangélica e, de acordo com o relato do casal, participam ativamente das atividades da Igreja.

Casal B:

O marido tem 63 anos, atuou como Professor Universitário em Instituição Pública de Ensino e está aposentado há 08 anos. A esposa tem 68 anos, é graduada em Pedagogia e exerceu atividades nesta área, apenas, nos primeiros anos do casamento. Nessa época, também desenvolveu, de maneira autônoma, algumas atividades na área de Artes Plásticas. Desse modo, não possui vínculo empregatício há mais de 30 anos e não recebe benefício previdenciário. Ambos os cônjuges são naturais de São Paulo e residem em Florianópolis há cerca de 26 anos. O casal possui um filho, o qual têm 33 anos, reside em São Paulo/SP e é independente financeiramente de seus pais. O marido relatou ser Ateu e a esposa pertencer à Igreja Católica, porém, não praticante.

Casal C:

O marido tem 63 anos e, embora sua área de formação seja Economia, atuou em diversas atividades numa empresa de grande porte. Está aposentado há 05 anos, porém, no primeiro ano de sua aposentadoria retornou para a empresa, à convite da mesma, para desenvolver um projeto específico, cessando suas atividades há 03 anos atrás. A esposa tem 59 anos, atuou como Microempresária e está aposentada há 07 anos. O casal possui dois filhos, os quais já adquiriram independência financeira e não residem com seus pais. A filha tem 31 anos, é casada e, na época da pesquisa, realizava Doutorado em São Paulo. O filho tem 29 anos e atua na área de sua formação. O casal declarou participar ativamente de atividades em Centro Espírita.

Casal D:

O marido tem 64 anos, atuou como Bancário e encontra-se aposentado há 08 anos. A esposa tem 56 anos e atuou, durante sua infância e adolescência, na agricultura juntamente com os demais membros da sua família de origem, e, após se casar, veio residir no meio urbano, passando a trabalhar como Tesoureira em uma empresa de grande porte. Possui Ensino Superior Incompleto e, inclusive, ressalta que, concluir o Curso de Graduação em Ciências Contábeis é um dos seus maiores sonhos. Aposentou-se há 15 anos, quando possuía 42 anos de idade, devido obter a validação do período em que trabalhou na agricultura. Após sua aposentadoria, buscou a reinserção no mercado de trabalho, porém relata não ter obtido êxito nesse sentido. O casal possui 02 filhos, os quais são solteiros e residem na casa da família. A filha tem 29 anos e o filho tem 27 anos e ambos estão cursando Ensino Superior e não trabalham. De acordo com o relato do casal, são de Religião Católica, porém não praticante.

Casal E:

O marido tem 58 anos, trabalhou em diversas atividades na área de Informática e está aposentado há 02 anos. A esposa tem 57 anos, atuou como Analista de Sistemas e está aposentada há 04 anos. Desde a sua aposentadoria, a esposa tem desenvolvido trabalhos manuais em uma Oficina estruturada por ela nas dependências da residência da família. Ambos os cônjuges participam do Centro Espírita e atuam como voluntários em palestras e outras atividades neste local. O casal possui

dois filhos, sendo que um deles é falecido há 14 anos. O outro, tem 26 anos, Ensino Superior completo, trabalha na área de sua formação e reside sozinho.

Casal F:

O marido tem 64 anos, trabalhou durante um longo período em uma empresa multinacional e, posteriormente, estruturou um negócio próprio. Encontra-se aposentado há 05 anos. A esposa tem 59 anos, é formada em Relações Públicas, tendo atuado nesta área, apenas, nos primeiros anos do casamento. Posteriormente ao nascimento dos filhos, permaneceu por, aproximadamente, 10 anos envolvida no cuidado destes. Mais tarde, também estruturou uma empresa própria, na qual atuou até 05 anos atrás. Não é aposentada e nem recebe benefício previdenciário. Ambos os cônjuges são naturais de São Paulo e residem em Florianópolis desde que o marido efetivou sua aposentadoria. O casal possui dois filhos, os quais são independentes financeiramente, atuam em suas áreas de formação e residem em São Paulo/SP. Na época da pesquisa, o filho mais velho estava se preparando para casar.

4.2 APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS, SUBCATEGORIAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE

O conjunto de dados obtidos a partir das Entrevistas e do Genograma Familiar possibilitou a elaboração de cinco categorias de análise, com as respectivas subcategorias e elementos de análise. Cabe destacar que esta organização emergiu por meio dos dados levantados e pretende demonstrar a singularidade e a riqueza das vivências em torno do fenômeno de estudo.

A seguir, será apresentada a descrição dos aspectos norteadores que compõem cada uma das cinco categorias, sendo que os mesmos serão discutidos em profundidade no Capítulo 6.

A Categoria 1, denominada “A aposentadoria na perspectiva do casal”, integra aspectos que revelam vivências e situações em torno da experiência de aposentadoria, os quais se referem tanto ao período anterior à sua efetivação, quanto ao momento em que houve a consolidação do desligamento laboral. Foram identificadas, ainda, as concepções relacionadas à aposentadoria na perspectiva dos casais participantes, possibilitando uma melhor contextualização desse processo.

A Categoria 2, intitulada “As mudanças no contexto familiar no processo de aposentadoria”, aborda aspectos da estrutura e do funcionamento familiar em dois momentos distintos: o primeiro deles se refere ao período em que ambos os cônjuges permaneciam trabalhando e, o segundo, à aposentadoria. Nesse sentido, são também destacadas as modificações que ocorrem nos relacionamentos conjugal e parental.

A Categoria 3, denominada “O tensionamento do Ciclo de Vida Familiar no processo de aposentadoria”, trata das novas demandas que se instalam no contexto familiar face à efetivação da aposentadoria. Desse modo, são discutidos os aspectos que influenciam na adaptação à esse período, bem como as tarefas e funções familiares mediante o mesmo.

A Categoria 4, nomeada “A intergeracionalidade nas experiências de aposentadoria”, apresenta as vivências que compõem as experiências de aposentadoria na história das famílias de origem dos cônjuges. Nessa perspectiva, são também abordados os comportamentos e reações que tais situações acarretam no relacionamento familiar dos participantes.

A Categoria 5, intitulada “Metáforas relacionadas à aposentadoria”, discorre acerca de algumas expressões e analogias utilizadas pelos participantes para se referir à experiência da aposentadoria, as quais carregam uma simbologia significativa para a compreensão do fenômeno.

O Quadro 02 foi elaborado com a finalidade de sintetizar as informações contidas na totalidade das categorias, subcategorias e elementos de análise a serem examinados neste trabalho.

QUADRO 02: SISTEMA DE CATEGORIAS, SUBCATEGORIAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE

Categorias	Subcategorias	Elementos de análise
<p data-bbox="121 583 336 669">Categoria 1: A aposentadoria na perspectiva do casal</p>	<p data-bbox="371 365 587 512">1.1 Vivências e expectativas relacionadas à aposentadoria antes de sua efetivação</p>	<p data-bbox="639 320 1318 557">1.1.1 Experiência dos amigos, colegas de trabalho e cônjuge se aposentando. 1.1.2 Cansaço relacionado às atividades laborais. 1.1.3 Diminuição das obrigações financeiras com a família. 1.1.4 Vivências de violência social. 1.1.5 Ter tempo livre para curtir a vida. 1.1.6 Dedicar mais tempo para a família. 1.1.7 Desligamento parcial das atividades laborais.</p>
	<p data-bbox="371 611 555 692">1.2 Vivências na efetivação da aposentadoria</p>	<p data-bbox="639 583 1414 731">1.2.1 Rompimento gradual do vínculo laboral. 1.2.2 Rompimento abrupto do vínculo laboral. 1.2.3 Período de adaptação ao ambiente familiar. 1.2.4 Retomada de antigos vínculos e estabelecimento de uma rede com novos amigos.</p>
	<p data-bbox="371 798 555 879">1.3 Concepções relacionadas à aposentadoria</p>	<p data-bbox="639 770 1158 918">1.3.1 Estar liberado das atividades profissionais. 1.3.2 Dar lugar aos trabalhadores jovens. 1.3.3 Um novo momento da vida. 1.3.4 “Projeto de ser feliz”. 1.3.5 Perdas.</p>

Categorias	Subcategorias	Elementos de análise
<p data-bbox="119 460 338 605">Categoria 2: As mudanças no contexto familiar no processo de aposentadoria</p>	<p data-bbox="370 244 587 381">2.1 Sobre a organização da família no período em que os cônjuges ainda trabalhavam</p>	<p data-bbox="641 288 1166 337">2.1.1 Divisão de papéis no contexto familiar. 2.1.2 Equilíbrio na divisão das tarefas familiares.</p>
	<p data-bbox="370 404 539 505">2.2 Sobre a organização da família após a aposentadoria</p>	<p data-bbox="641 432 1145 482">2.2.1 Mudança na rotina. 2.2.2 Compartilhamento de tarefas domésticas.</p>
	<p data-bbox="370 527 544 628">2.3 Sobre o relacionamento conjugal após a aposentadoria</p>	<p data-bbox="641 555 1230 605">2.3.1 Melhora no relacionamento. 2.3.2 Demandas individuais <i>versus</i> demandas do casal.</p>
	<p data-bbox="370 678 596 785">2.4 Sobre o relacionamento com os filhos após a aposentadoria</p>	<p data-bbox="641 695 1114 773">2.4.1 Aproximação no relacionamento. 2.4.2 Filhos financeiramente dependentes. 2.4.3 Filhos financeiramente independentes.</p>

Categorias	Subcategorias	Elementos de análise
<p data-bbox="118 396 341 542">Categoria 3: O tensionamento do Ciclo de Vida Familiar no processo de aposentadoria</p>	<p data-bbox="373 258 603 404">3.1 As tarefas relacionadas ao ciclo de vida familiar no período da aposentadoria</p>	<p data-bbox="639 286 1114 372">3.1.1 Envelhecimento e Autocuidado. 3.1.2 Obrigações com a geração mais velha. 3.1.3 Apoio aos filhos.</p>
	<p data-bbox="373 428 596 540">3.2 As funções desempenhadas pela família na aposentadoria</p>	<p data-bbox="639 460 1018 516">3.2.1 Acolhida e apoio. 3.2.2 A esposa “prepara o terreno”.</p>
	<p data-bbox="373 566 560 678">3.3 Aspectos que interferem na adaptação à aposentadoria</p>	<p data-bbox="639 555 1374 695">3.3.1 Envolvimento do aposentado com a família. 3.3.2 Falar sobre a aposentadoria para os membros da família. 3.3.3 Espiritualidade. 3.3.4 Participação em Programas de Orientação para Aposentadoria. 3.3.5 Assistência financeira à pessoas da família extensa.</p>
<p data-bbox="118 759 341 904">Categoria 4: A intergeracionalidade nas experiências de aposentadoria</p>	<p data-bbox="373 742 592 888">4.1 Visualizando a aposentadoria na história das famílias de origem dos cônjuges</p>	<p data-bbox="639 773 1267 857">4.1.1 Viver para trabalhar. 4.1.2 Adoecimento após o rompimento do vínculo laboral. 4.1.3 Dificuldades no relacionamento conjugal.</p>
	<p data-bbox="373 936 603 986">4.2 Comportamentos e reações</p>	<p data-bbox="639 936 1098 986">4.2.1 Sentir-se incomodado. 4.2.2 Fazer diferente da família de origem.</p>

Categorias	Subcategorias	Elementos de análise
		4.2.3 Injeção de ânimo. 4.2.4. Dar exemplo aos filhos.
Categoria 5: Metáforas relacionadas à aposentadoria	5.1 Metáforas expressadas pelas mulheres	5.1.1 Homem de pijama. 5.1.2 Debaixo da figueira.
	5.2 Metáforas expressadas por ambos os cônjuges	5.2.1 “Morreu trabalhando”.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 CATEGORIA 1: A APOSENTADORIA NA PERSPECTIVA DO CASAL

Nesta categoria estão integrados os aspectos que revelam vivências e situações em torno da experiência de aposentadoria, os quais se referem tanto ao período anterior à sua efetivação, quanto ao momento em que houve a consolidação do desligamento laboral. Foram identificadas, ainda, as concepções relacionadas à aposentadoria na perspectiva dos casais participantes, possibilitando uma melhor contextualização desse processo.

A subcategoria “Vivências e expectativas relacionadas à aposentadoria antes de sua efetivação” (1.1), congrega um conjunto de elementos que foram precipitadores do desligamento laboral, os quais envolvem tanto o aposentado quanto o conjunto de suas relações familiares e sociais. Nesse sentido, cinco participantes relataram que a experiência dos amigos, colegas de trabalho e cônjuge se aposentando (1.1.1) foi um fator que demonstrou a aproximação desse período em suas vidas, bem como proporcionou contato com o tema e evidenciou a necessidade de preparação. Estes aspectos podem ser observados no seguinte relato⁴:

Pois olha, vou te dizer que a aposentadoria é uma coisa que a gente não pensa muito antes de acontecer. E olha, isso vale tanto pra mim quanto pros meus amigos. Eu, por exemplo, quando chegou a hora, só me dei conta disso porque vi o fulano se aposentando, o cicrano também. Dai primeiro fica aquele vazio na empresa porque eles não tão mais lá. Mas tem, também, o fato de tu te dar conta que logo não estará lá também. E teve uma noite que um amigo dos velhos tempos ligou aqui em casa e me contou que tinha passado o dia na praia. Dai eu pensei ‘pô, o cara era quase um workaholic e tá na boa agora’. Ai que tu começa ter uma luz que deve se preparar também (Marido, casal D, 64 anos).

⁴ As narrativas dos participantes que serão apresentadas neste trabalho, foram transcritas de forma literal e sem correções gramaticais.

Este aposentado, ao analisar o contexto da empresa em que trabalhava e as experiências de pessoas significativas, percebeu a proximidade da aposentadoria em sua vida. Dessa forma, seu relato permite verificar que a aposentadoria de pessoas da rede de relações do indivíduo possibilita a visualização das vivências do outro e, sendo estas positivas, podem servir como modelo e, inclusive, estimular o desligamento do trabalho. Ademais, este caso denuncia a ausência de conhecimento e preparação em torno desse período, o qual deveria ser alvo de reflexão ao longo de todo o processo de desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo, conforme mencionado por França e Soares (2009).

Nessa perspectiva, constatou-se ainda que a aposentadoria do cônjuge se constitui um aspecto influenciador na decisão, conforme o relato a seguir:

Ele se aposentou depois de mim, então eu já tava em casa quando ele encerrou suas atividades. Mas assim, eu confesso que eu influenciei isso (risos). Porque, num primeiro momento, a aposentadoria foi um impacto na minha vida. Eu sai de um trabalho que me consumia até 14 horas por dia e me vi no vácuo. No início eu ficava muito louca e sabe o que eu fazia? Ia pra empresa onde ele trabalhava e ficava lá esperando (risos). Eu pensava 'então você vai passar mais tempo aqui do que comigo? Então tá, vou ficar aqui também'. Mas é claro que ficar esperando ele trabalhar não dá, eu sei disso. E acho que ele se deu conta também, porque logo depois desse tempo se aposentou (Esposa, casal C, 59 anos).

A narrativa desta participante evidencia dificuldades na sua adaptação à aposentadoria e convoca a pensar como estas podem interferir no processo de desligamento laboral do parceiro. Embora o cônjuge não tenha relatado nada a esse respeito, é possível questionar quais foram os efeitos da atitude da esposa na decisão de aposentadoria do marido. Isto é, chama a atenção o fato de como o interesse e a persistência do parceiro, podem tornar-se fatores precipitadores do rompimento do vínculo de trabalho, pressionando para que isto ocorra, sem que reflita, necessariamente, a escolha do próprio indivíduo.

Estes dados permitem considerar a importância do desenvolvimento de projetos de futuro na aposentadoria, sendo que estes

devem atender tanto as necessidades de âmbito individual quanto conjugal, respeitando as respectivas decisões e desejos. Nesse quesito, convém ressaltar o estudo desenvolvido por França (2009) com “top” executivos brasileiros e neozelandeses, no qual verificou-se que, especialmente no caso dos brasileiros, os executivos cujos cônjuges influem positivamente na decisão de aposentar-se, há uma maior percepção de ganhos em relação à esse período.

O cansaço relacionado às atividades laborais (1.1.2) foi destacado por três participantes, os quais perceberam que esta situação influenciou a definição pela aposentadoria, conforme constam nos relatos a seguir.

Eu tava um pouco de saco cheio de certas coisas da vida acadêmica, tipo relatórios, reuniões, alcançar um determinado número de publicações, probleminhas de departamento e ter que se envolver em discussões políticas que nunca levam a nada. Eu sempre gostei da sala de aula, de ministrar aulas e dos alunos, mas não suportava mais a parte chata que também precisa ser cumprida (Marido, casal B, 63 anos).

É como eu sempre digo que a aposentadoria, pra mim, foi um processo. Nos últimos anos de trabalho, eu percebi que a docência estava ficando cansativa pra mim. Até porque, meu amigo, pra você encarar uma sala de aula você precisa ter, não só o conhecimento, mas vontade e garra. E quando eu me vi sem paciência, especialmente, pra aquelas coisas penosas que tu deves saber muito bem que a gente precisa cumprir de departamento, eu percebi que era hora de parar (Marido, casal A, 60 anos).

Nestes depoimentos, percebe-se que a aposentadoria surge como uma alternativa quando o trabalhador encontra-se fatigado mediante as suas demandas profissionais. Constatou-se que este aspecto pode estar relacionado, sobretudo, às exigências formais e de ordem burocrática da atividade que executavam e da Instituição na qual estavam atuando.

Dessa maneira, convém retomar que a ótica da produtividade sob a qual se estabelecem as relações laborais na contemporaneidade, pode ser geradora de sobrecarga e estresse nos trabalhadores (ZANELLI, et al., 2010). Assim sendo, é possível questionar sobre os efeitos que a busca excessiva pela produção ocasiona na trajetória profissional do

indivíduo, uma vez que a definição pela aposentadoria pode se associar à elementos tais como a insatisfação com o ritmo de trabalho ao qual encontra-se submetido.

A diminuição das obrigações financeiras com a família (1.1.3) foi citada por seis participantes, os quais destacaram este fator como sendo relevante em sua decisão pela aposentadoria. Abaixo seguem os relatos que tratam sobre esta questão.

A minha vida inteira eu trabalhei focado nas questões financeiras e eu acho que é assim que acontece com todas as pessoas. Você precisa construir um patrimônio que permita ter uma vida tranquila, você precisa dar conta das necessidades dos filhos, da esposa e das tuas, também. Eu investi financeiramente em tudo que foi possível enquanto estava trabalhando. Mas aí, nos últimos tempos, comecei a perceber que não havia mais esse tipo de necessidade. Você já construiu uma segurança pra viver agora e pra velhice, os filhos já não dependem mais de você pois estão ganhando bem. Esse pensamento me fez dar conta que eu poderia sossegar. Pensei: 'agora a missão é aproveitar a vida' (Marido, casal F, 64 anos).

Aqui em casa sempre foi dito pros filhos que eles precisavam trabalhar, ter casa para morar e um salário pra viver. Os dois, desde cedo, já trabalham, se bancam, e fazem o que querem com o dinheiro que é deles. A gente sempre ajuda eles com uma coisinha ou outra, conforme pode e porquê quer. Mas eles já tem a vida deles, tem um emprego bom e garantido. E isso foi importante pra que pudéssemos parar, porque a gente faz o que faz, mas é por opção e não mais por obrigação. Se num mês desses a gente quiser gastar em bobice, a gente gasta. Não tem aquela preocupação de que vai fazer falta pra eles comerem, por exemplo (Esposa, casal A, 62 anos).

Nossa história meio que se resume assim: uma vida inteira acordando cedo, aí leva filho pra escola, corre pro trabalho, busca filho pra

almoçar, leva não sei aonde... leva e trás... e trabalho. O momento em que eles precisavam da gente, até economicamente, a gente sempre estava ali. No momento em que eles conseguiram se fazer, se formarem, viver a vida deles, a gente começou a se retirar para viver a nossa vida. Retirar e se libertar para viver a vida da gente. Ai veio a aposentadoria (risos) (Esposa, casal C, 59 anos).

Estes depoimentos apontam, sobretudo, o lugar do trabalho na garantia dos meios de subsistência individual e familiar. Ademais, este resultado corrobora o que havia sido identificado por Szinovacz, Deviney e Davey (2001), ao referirem que as obrigações econômicas com a família influenciam diretamente na definição pelo rompimento do vínculo laboral. Nessa medida, observa-se que a avaliação das demandas e dos recursos financeiros disponíveis nesse período da vida, podem se configurar em importantes preditores de satisfação no processo de aposentadoria.

As vivências de violência social (1.1.4) foram mencionadas por um casal como uma condição que permeou a definição pelo desligamento laboral. Cabe destacar que este casal possuía negócios particulares no momento anterior à sua aposentadoria, sendo que tanto a empresa quanto seus proprietários sofreram diferentes formas de violência, tais como assalto e perseguição.

Nossa aposentadoria foi acontecendo e não aconteceu, assim, de repente (...). Digo isso porque aconteceram uma série de situações que nos levaram a ir terminando com os negócios. Pra você ter uma noção, eu tive uma série de assaltos, inclusive, a mão armada, até que eu disse chega, basta. Tinha-se um monte de negócios, até que eles foram diminuindo por conta desse tipo de situação, até que ficamos com uma coisa pequena e nós falamos 'agora acabou, fecha tudo, não queremos mais passar por isso de novo' (Esposa, casal F, 59 anos).

Provavelmente minha mulher contou pra você do nosso 'natal inesquecível'. Imagine você, o que é trabalhar na véspera de natal até muito tarde e quando você sai da empresa tem o carro furado

de bala. Nós estamos vivos porque não era nossa hora. Essa circunstância nos levou a parar com tudo. Eu acho que foi uma das melhores decisões que tomamos, a partir do que aconteceu, foi fechar as empresas. Não tem dinheiro que pague a segurança (Marido, casal F, 64 anos).

As experiências sobre as quais discorreu este casal demonstram o sofrimento relacionado à insegurança e desproteção social que interferem no contexto do trabalho. Neste caso, a necessidade de um estilo de vida mais satisfatório está representada por meio do cessamento das atividades profissionais, sendo que a aposentadoria parece se vincular à busca por um novo modo de organização.

Os seus relatos sinalizam a necessidade de uma compreensão ampla dos motivos e motivações imbricados na decisão pela aposentadoria, sendo importante considerar as diversas condições presentes no cenário social, dentre as quais estão as situações de violência. A esse respeito, é pertinente destacar que não foi localizado na literatura a discussão que trata da relação entre tais fatores.

Entre os participantes deste estudo, seis enfatizaram que sua principal expectativa acerca da aposentadoria se referia à ter tempo livre para curtir a vida (1.1.5). Tal perspectiva pode ser verificada nas seguintes narrativas:

Há anos atrás quando eu ouvia alguém falar em aposentadoria, eu imaginava tardes de sol, na praia, sabes? Pra mim sempre era uma coisa, assim, de viver melhor, viver mais, viver em harmonia. Sempre imaginei isso, de me dedicar ao lazer, à aquilo que gostasse de fazer, passear... (Esposa, casal D, 56 anos).

Meu sonho era ter tempo para curtir a vida. Eu nunca soube o que era isso, pois comecei a trabalhar com 16 anos e segui até me aposentar. Então minha ideia era sempre ter tempo... ter tempo... ter tempo... compreende? Pequenas coisas como ir pra praia pescar, eram meu sonho de consumo, inclusive (Marido, casal F, 64 anos).

É importante observar que, embora estes relatos se referem à expectativa de executar atividades prazerosas e vinculadas ao lazer na aposentadoria, há algumas questões a serem consideradas. No primeiro

relato parece haver uma percepção mais idealizada desse período, representada na analogia das “tardes de sol na praia”. Por sua vez, o relato seguinte, denuncia uma possível dificuldade de conciliação entre o tempo destinado aos interesses pessoais e as obrigações profissionais.

Observa-se que a aposentadoria pode se configurar em um momento oportuno para experiências que extrapolam o contexto laboral, pois, conforme postulam Soares e Costa (2011), os projetos relacionados ao futuro, em grande medida, são estabelecidos em consonância com o modo pelo qual o indivíduo estabeleceu seu vínculo laboral. Nessa medida, é importante destacar dois aspectos: o primeiro deles se refere à aposentadoria como sendo um período no qual há uma potencialização das possibilidades de ampliar as fontes de satisfação existentes. Já o segundo aspecto retrata o desafio de usufruir do tempo livre, especialmente, para indivíduos que tiveram o trabalho como foco central de suas vidas, os quais podem, inclusive, manifestar ideias e desejos incompatíveis com a realidade.

Outro aspecto destacado por cinco participantes se refere à expectativa de dedicar mais tempo para a família (1.1.6), conforme os relatos abaixo.

A aposentadoria, pra mim, representava viver melhor, especialmente, com a família. Ter a companhia do marido, ter mais cumplicidade nas nossas relações, sabes? Nós éramos próximos um do outro, mas nos víamos pouco... (Esposa, casal D, 56 anos).

Um dos meus objetivos estava ligado à me envolver ainda mais com as coisas da família. Por exemplo, a gente via tão pouco nosso filho que mora em São Paulo, agora vamos pra lá com mais frequência. Por causa do trabalho, não era possível ir frequentemente. E nós dois, aqui em Floripa, passamos mais tempo juntos também. Era assim que eu pensava que deveria ser (Marido, casal B, 63 anos).

As falas retratam o contexto familiar como sendo alvo de atenção e interesse na aposentadoria, reiterando a importância dos vínculos estabelecidos nesse âmbito. Além do mais, observa-se nos relatos que, a percepção do tempo e da convivência com o cônjuge e filhos, encontra-se permeado pelas exigências profissionais. Nesses termos, constata-se

que o tempo destinado às relações em outras instâncias da vida, comumente, é controlado pelo envolvimento no trabalho, cabendo notar que a aposentadoria é um período no qual é possível potencializar tais relações (ZANELLI; SILVA; TONDERA, 2013).

O estudo desenvolvido por França (2009) com “top” executivos brasileiros e neozelandeses, evidenciou que, entre os preditores sociais de maior influência sobre as atitudes de aposentadoria, estão as relações familiares e de amizade. Resultados semelhantes foram encontrados nas pesquisas realizadas por França, Menezes e Siqueira (2012) e Magalhães et al (2004), as quais demonstram que a aposentadoria é compreendida como um recomeço nos diversos âmbitos da vida e o relacionamento familiar possui lugar de destaque nos projetos estabelecidos para esse período.

Por fim, dois participantes ressaltaram que a aposentadoria representava o desligamento parcial das atividades laborais (1.1.7) conforme ilustra o relato abaixo:

Quando eu pensava na aposentadoria, primeiramente, eu imaginava em diminuir o tempo que eu me envolvo com o trabalho. É aquela coisa, você está sempre dando o melhor de si em tudo. Então, o que eu pensei era me desligar, mas sempre continuar com algo, por exemplo, participar de bancas de defesa, ministrar palestras, dar alguma aula eventualmente (Marido, casal B, 63 anos).

Do depoimento deste participante, convém destacar, sobretudo, o uso do termo “sempre” para se referir à permanência do envolvimento laboral após a aposentadoria. Nessa perspectiva, duas reflexões se sobressaem: primeiramente, é oportuno considerar que a manutenção do vínculo com o trabalho pode ser compreendida por diferentes vieses, dentre os quais, se situa a concepção que enfatiza as decorrências subjetivas envolvidas na transição para a aposentadoria, sendo que a definição pela ruptura ou pela continuidade, impõe a resolução de um conflito psíquico no qual está presente a necessidade de pertencimento e o medo de tornar-se inútil e se perder (SELIG; VALORE, 2010).

Por sua vez, o segundo aspecto a ser ponderado retrata elementos do cenário social contemporâneo, no qual a aposentadoria se configura como um fenômeno em mutação e de difícil conceituação, de modo que a manutenção do vínculo laboral pode ser considerada uma das formas de vivenciar esse período (DENTON; SPENCER, 2009). Questões tais

como a elevação nos índices de longevidade e qualidade de vida da população mundial, bem como as transformações no contexto das relações de trabalho, acarretaram a ampliação do ciclo de vida e mudanças na estrutura dos benefícios previdenciários e, igualmente, se constituem fatores precipitadores da permanência no trabalho. Vale ressaltar que, embora os dois aspectos tenham sido discutidos separadamente, é necessário observar a relação entre eles, visto que ambos podem interferir mutuamente na experiência de aposentadoria.

Ainda a esse respeito, destaca-se que a perspectiva do desligamento parcial das atividades laborais foi observada também na fala dos demais integrantes da família, conforme exemplifica o relato a seguir:

O dia que ele chegou em casa falando que tinha visto dos papéis pra se aposentar, eu pensei que ele tava brincando. Meu filho até riu e disse 'duvido mãe que o pai realmente pare de trabalhar, tu sabes como ele é, tá sempre ligado a mil, pensando em fazer algo, no máximo vai achar outra coisa para fazer' (Esposa, casal A, 62 anos).

Neste depoimento, é possível perceber que a concepção de aposentadoria está relacionada à inatividade, uma vez que a ação é compreendida como a permanência no desempenho de atividades profissionais. Ao considerar as reações que a esposa e o filho tiveram mediante a informação que o marido e pai, em breve, estaria se aposentado, questiona-se em que medida as expectativas e apreensões dos componentes da família podem estar interferindo na manutenção parcial ou total dos compromissos profissionais.

A subcategoria 1.2 “Vivências na efetivação da aposentadoria”, apresenta as situações e as experiências relatadas pelos participantes no período em que houve a consolidação do desligamento laboral. Nessa perspectiva, o rompimento gradual do vínculo laboral (1.2.1) foi o modo vivenciado por sete entrevistados.

O caso de professor universitário é diferente, né. Mas minha aposentadoria foi basicamente assim: oficialmente, eu me aposentei em dezembro de 2005. Porém, em março do ano seguinte eu entrei como professor voluntário e permaneci até 2011. Só aí que eu entreguei minha sala, deixei meus

livros lá para o pessoal ocupar. Então, a interrupção mesmo foi recente (Marido, casal B, 63 anos).

Na empresa onde eu trabalhava, eu tinha que viajar o Estado inteiro para implantar Sistemas. Eu estava cansada disso e resolvi mudar. Sai da Informática e estruturei um negócio meu aqui no Norte da Ilha. Dai fui me preparando, até que eu senti que chegava (Esposa, casal E, 57 anos).

É pertinente esclarecer que, nesta discussão, compreende-se o rompimento gradual do vínculo laboral em relação às condições disponibilizadas ao indivíduo para vivenciar o desligamento do trabalho de maneira processual, ou seja, em meio à um conjunto de vivências relacionadas ao fenômeno, as quais podem ser proporcionadas tanto por ele quanto pela Instituição na qual está inserido. Os relatos dos participantes apontam que este tipo de desligamento confere um maior limiar de escolhas e favorece a preparação para a efetivação da aposentadoria. Assim, percebeu-se que esta perspectiva parece se vincular estreitamente com a adaptação ao período, visto que o indivíduo dispõe de meios favoráveis para o enfrentamento às transformações decorrentes do mesmo.

Confirmando estes resultados, constatou-se que três participantes relataram vivenciar o rompimento abrupto do vínculo laboral (1.2.2) e, nestes casos, há a expressão de uma maior dificuldade em lidar com o desligamento do trabalho e as repercussões na vida do indivíduo.

Meu caso foi diferente do meu esposo, porque eu não tive um tempo, assim, de me preparar. Quando vi já era hora de sair e pronto. Eu era Técnica na Maternidade, então lá a gente trabalhava muito, andava muito e conversava com muita gente. Ai, de repente, me vi em casa sozinha e com os filhos e o esposo trabalhando. Foi uma época difícil. Eu não sou muito de falar, então eu fico mais quieta. Mas algum lugar vazou, que foi no meu peso, porque eu engordei mais de dez quilos (risos) (Esposa, casal A, 62 anos).

Eu não tinha a intenção de me aposentar naquele momento. Ela surgiu de repente e em vinte dias eu tive que... (chora). Fui praticamente demitida. Eu

estava jovem ainda, feliz no trabalho, fazendo faculdade, tudo estava caminhando. Eu me criei no interior, na roça e queria averbação da minha aposentadoria. Quando reivindiquei isso, já recebi o papel dizendo que eu estava aposentada. Tinha fechado os tais 29 anos de trabalho. Eu pensava que não era o momento, mas a grande maioria me incentivou para aceitar (Esposa, casal D, 56 anos).

As narrativas mostraram que o rompimento das relações de trabalho, principalmente, quando ocorre de maneira inesperada, ocasiona decorrências em todo o contexto de vida do aposentado, envolvendo aspectos de saúde e dos vínculos profissionais, familiares e sociais. Convém destacar que, a participante do segundo relato se aposentou aos 42 anos de idade, e, neste caso, é possível questionar em que medida ocorre uma intensificação do impacto da aposentadoria quando o indivíduo encontra-se em uma fase ainda jovem. Sua fala revela, sobremaneira, a impotência sentida mediante a definição desse processo, bem como o temor relacionado à continuidade dos projetos que ainda estava executando.

Observa-se que, para além do término da carreira ou de uma etapa desta, as condições precipitadoras do desligamento laboral precisam ser devidamente analisadas, uma vez que fatores de ordem objetiva, burocrática e emocional encontram-se diretamente associados aos significados atribuídos à esta vivência. Desse modo, é importante refletir sobre as circunstâncias e as características envolvidas na decisão e na efetivação da aposentadoria, posto que estas podem interferir tanto na adaptação quanto na satisfação ao momento. Estes resultados ratificam o que foi observado por Zanelli, Silva e Soares (2010), para os quais a interrupção abrupta e/ou alienadora do trabalho pode resultar em prejuízos para a qualidade de vida do trabalhador, causando sentimentos de desamparo e desequilíbrio nos âmbitos pessoal e social de sua vida.

Ainda em relação às vivências na efetivação da aposentadoria, foi verificado no relato de seis participantes que estes vivenciaram um período de adaptação ao ambiente familiar (1.2.3), conforme ilustrado nos seguintes casos:

Os primeiros tempos foi estranho. Eu coordenava a área administrativa da empresa com mais de 200 funcionários e quando me aposentei precisei encontrar um espaço aqui. Na verdade, esse

espaço já existia, sempre existiu. Mas tive que reforçar ele. Num primeiro momento, eu não sabia no que me envolver e no que não me envolver. Não sabia, eu confesso (Marido, casal E, 58 anos).

No começo eu achei que a gente fica meio perdido, e causa problema pro companheiro e pros filhos. Aquele período de adaptação trouxe consequências pro relacionamento de família, porque tu fica meio ajojado, não quer fazer nada. Então tem que se localizar de novo, tu não tens vontade de fazer nada no começo, só ver televisão, ficar sozinho... (Marido, casal D, 64 anos).

As vivências expostas pelos participantes retratam um importante momento na transição para a aposentadoria, o qual se refere à intensificação do envolvimento no contexto familiar e, de acordo com o que foi destacado na primeira fala, pode ser experimentado com certa estranheza. Nesse sentido, salienta-se que o desligamento do trabalho envolve a mudança do ambiente no qual o indivíduo estava habituado a empregar grande parte do seu tempo e demanda o estabelecimento de uma nova rotina de vida. A esse respeito, destaca-se que tais decorrências também são observadas no comportamento dos demais componentes da família, conforme demonstram os relatos abaixo.

Eu já estava em casa quando meu esposo se aposentou. Ele teve uns dias que ficou meio pra baixo, meio agitado, troteou, fazia um pouco disso e daquilo. Parecia que não se encontrava em nada do que fazia, não sei. Teve um dia que pegou meio firme com o filho, que ficou chateado, mas daí pediu desculpas e disse que tinha feito isso por causa da aposentadoria e que tava cansado de ficar em casa e não sei o que. Esse tempo foi meio difícil pra todos, na verdade. Eu precisei várias vezes dizer ‘calma homem, calma’. Por isso que eu digo que acho que o pior já passou (Esposa, casal A, 62 anos).

Como eu parei primeiro, quando ele parou precisei refazer a minha rotina. Quando ele sentiu o impacto da parada, meio que eu reformei a

minha aposentadoria também. Acho que eu senti junto, novamente. Tudo precisou ser revisto mais uma vez. Se você me pedir se teve uns estranhamentos, vou te dizer que sim, mas superamos (Esposa, casal C, 59 anos).

Os relatos sinalizam que a efetivação da aposentadoria acarreta modificações, também, no modo pelo qual os cônjuges haviam estruturado suas vivências relacionadas ao período, bem como nos projetos estabelecidos para este. Ademais, constatou-se que a acolhida e o aumento da proximidade do aposentado com sua família provoca tensões no relacionamento com o parceiro e com os filhos, produzindo, assim, um período de crise no sistema familiar.

A análise deste elemento possibilita vislumbrar algumas dificuldades concernentes à transição para a aposentadoria, evidenciando as demandas e tarefas que, notadamente, atingem a família. Reitera-se que, conforme discutido por Carter e McGoldrick (1995), a aposentadoria é um evento estressor horizontal no ciclo de vida familiar, isto é, está previsto no processo desenvolvimental da família. Para tanto, entende-se que a iminência deste período é responsável por desencadear a reorganização do sistema familiar, o qual culmina no desempenho de novos papéis e funções por parte de seus componentes. Assim sendo, percebeu-se que o processo de adaptação a este evento, envolveu desde um momento no qual foram manifestados sentimentos de inadequação, seja do aposentado ou de seus familiares, até a aceitação e conseqüente adaptação à nova condição.

Outro aspecto relatado pelos participantes trata da aposentadoria como um momento para a retomada de antigos vínculos e estabelecimento de uma rede com novos amigos (1.2.4), conforme expressam os comentários que seguem.

Quando a gente trabalha, o tempo que a gente tem livre é dividido entre muitas coisas. A gente não tem um tempo assim, específico, para os amigos. Então, quando nós nos aposentamos, uma das primeiras coisas que procuramos fazer é resgatar velhas e boas amizades. Então veio todo um resgate de ir atrás, ver o que eles tavam fazendo, entrar nos grupos, se identificar, escolher quais tu gosta mais e quer realmente entrar. Essa é uma alternativa boa que nós achamos (Esposa, casal C, 59 anos).

Eu senti a necessidade de buscar os amigos. Claro, que isso aconteceu, porque agora tenho tempo para ligar, saber deles e tudo mais. Mas assim, isso tem sido muito importante nesse momento. Ainda há poucos dias, estive em São Paulo e encontrei meus colegas do tempo de Graduação e saímos comer uma pizza, conversar, lembrar dos velhos tempos. A conversa fluiu muito bem, até porque uns estão se aposentando, outros aposentados, então acho que a gente se identifica (Marido, casal B, 63 anos).

Uma das coisas que eu senti foi a mudança nas amizades. Primeiro porque eu não sei se existem amigos no trabalho... existem, sim, colegas de trabalho, entende? A partir do momento que tu sai da firma, tu morreu. Até te ligam nos primeiros seis meses, mas depois... não lembram mais. Então, a questão foi cultivar outras amizades. E eu digo, hoje eu tenho muito mais amigos, até porque hoje em dia eu saio, converso com as pessoas, posso rir a vontade com elas. E mais importante: hoje meus amigos são as pessoas que eu quero ter por perto e aquelas que eu gosto e não com quem eu sou obrigado a sair por conta do trabalho (Marido, casal F, 64 anos).

A esse respeito, foi possível observar que a retomada dos vínculos, conforme apresentado no relato dos participantes, está associado à dois aspectos principais: o primeiro deles, diz respeito à possibilidade de estabelecer e reforçar as relações interpessoais, haja vista que há mais tempo disponível para isso. O segundo aspecto, se refere à necessidade e o interesse em realizar este movimento, pois, com a efetivação da aposentadoria pode ocorrer uma diminuição nos relacionamentos sociais, especialmente, quando os mesmos estavam firmados por meio das relações laborais.

Estes resultados coadunam-se à algumas das constatações de Azevedo e Carvalho (2006), para os quais, o sistema de relações instituído pelo aposentado leva em conta a busca pelo pertencimento e a seleção de pessoas, de acordo com seu interesse de convivência. Ainda nesse sentido, vale destacar que, dentre os aspectos psicológicos imbricados na experiência de aposentadoria, a qualidade dos

relacionamentos estabelecidos neste período, constitui-se um elemento importante nas vivências que procedem do mesmo, uma vez que reflete diretamente na autoestima do indivíduo (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

A subcategoria “Concepções relacionadas à aposentadoria” (1.3), destaca os diversos significados atribuídos a este período. Nesses termos, três participantes mencionaram que a aposentadoria se refere a estar liberado das atividades profissionais (1.3.1), conforme ilustrado nos exemplos.

Aposentadoria para mim é a conclusão de um tempo de trabalho, somado ao tempo de contribuição com a sociedade e ao tempo de experiência. Se havia algum tempo, do ponto de vista legal, que eu deveria trocar minha força de trabalho em determinado local e por um determinado período, está cumprido. E do ponto de vista profissional, também, porque eu concluo o tempo de me envolver com atividades de trabalho (Marido, casal A, 60 anos).

Para mim é não ter um emprego regular que você precisa acordar todos os dias, de segunda à sexta e ter um montante de compromissos para cumprir. Você se libera dessa rotina de estar empregado e pode decidir o que vai fazer. Liberdade de tempo, é isso (Marido, casal C, 63 anos).

O relato destes participantes denota a compreensão da aposentadoria vinculada ao término das responsabilidades laborais, e, nesse sentido, corrobora um dos achados da pesquisa desenvolvida por Bressan, et al. (2012). Ademais, é oportuno enfatizar que a conclusão da carreira, conforme exposto, diz respeito à integração de aspectos de ordem legal, burocrática e, também, subjetiva, sendo que o novo momento da vida é dotado de autonomia de escolha sobre como será usufruído. Esta perspectiva foi apontada por Santos (1990), e, segundo essa autora, a aposentadoria assume o significado de liberdade na vida dos indivíduos que conseguem agregar vivências positivas durante sua trajetória profissional, os quais podem se sentir satisfeitos e buscar outros meios de inserção social.

Outra concepção relacionada à aposentadoria, diz respeito a dar lugar aos trabalhadores jovens (1.3.2), conforme as narrativas abaixo.

Eu acho que é dever cumprido, porque você já deu a sua contribuição e agora tem o direito de se envolver em outras coisas e o dever de passar o bastão pras gerações novas. Essa sensação de que eu fiz algo e tá na hora de outros continuarem isso, sabes? (Esposa, casal B, 68 anos).

Nada é estanque, mas eu conclui uma etapa. Posso sair na certeza que eu deixei um legado. Os que vão ficar poderão se beneficiar da experiência que eu construí, que é uma experiência profissional, experiência propedêutica e experiência tácita. Então eu posso sair na certeza que posso dar passagem para os outros mais novos que estão chegando (Marido, casal A, 60 anos).

Estes relatos parecem retratar a percepção dos diferentes momentos que compõem a carreira profissional de um indivíduo, na medida em que abordam a finitude de uma etapa e a construção das experiências proporcionadas por esta. Cabe destacar as expressões “dar passagem” e “passar o bastão”, uma vez que denotam a preocupação com os trabalhadores mais jovens, os quais, por um lado, necessitam de espaço no mercado de trabalho e, por outro, podem se beneficiar das vivências que compuseram a trajetória daqueles que os precederam.

No entanto, é plausível examinar em que medida esta concepção pode estar associada aos preceitos capitalistas que balizam a estrutura social, segundo os quais, os trabalhadores são divididos entre ativos e inativos, e, nesse sentido, parece haver um estímulo para que os trabalhadores mais velhos se aposentem e cedam seu lugar aos jovens que estão iniciando a vida laboral (CINTRA; RIBEIRO, 2009). Ainda nesse quesito, Skinner e Vaughan (1985), descrevem que uma abordagem possível é o incremento no sistema de pensões, sendo esta uma estratégia utilizada por algumas empresas para tornar os benefícios mais atraentes, o que, por sua vez, pode ocorrer em detrimento do salário dos trabalhadores jovens e acarretar pressão e dificuldades no relacionamento entre ambos.

Também foram verificadas concepções que retratam a aposentadoria como um novo momento da vida (1.3.3) e a denominam como o projeto de “ser feliz” (1.3.4). Estes aspectos encontram-se ilustrados nos relatos abaixo.

Eu diria que é um momento de levar tudo numa 'light'... tudo 'light'. É um novo momento da minha vida. Agora eu não preciso mais lutar para ter mais do que tenho, a vida fica mais tranquila e o relacionamento ficou mais tranquilo. É um momento que você tem que aproveitar a saúde que você tem e não correr feito doido para dar conta de compromissos. Isso já foi, é passado. Que Deus me dê mais 30 anos assim (risos) (Esposa, casal F, 59 anos).

Pois é, o que vou dizer... eu acho que é uma outra vida, se é que isso é possível de ser dito. A aposentadoria é uma outra vida, mas dentro da mesma vida (Marido, casal D, 64 anos).

Aposentadoria pra mim é uma espécie de 'projeto de ser feliz'. A gente batalha muito na vida. Eu mesma quando comecei a trabalhar, era professora em escola rural, daí precisava que meu pai me levasse pra rodoviária e eu pegava ônibus para fazer 50 kms. Na volta não tinha ônibus, tinha que esperar por carona. Então é uma história assim de muita luta. Quando tu tá no trabalho, o foco era outro. Eu tava enorme de gorda, não cortava cabelo, não me maquiava, não me preocupava comigo. E, agora, eu digo que o projeto é ser feliz, porque eu posso ver do meu corte de cabelo, vou emagrecer, vou pra academia (Esposa, casal C, 59 anos).

Um dia um amigo pediu pra um fulano americano como era esse negócio de se aposentar e ele respondeu que era como 'morrer e acordar no paraíso'. Essa frase parece que foi feita pra mim. Eu me sinto assim. Veja, se amanhã eu não quisesse fazer mais nada do que eu faço, eu acharia outras coisas pra preencher meu tempo. Isso não significa que iria procurar trabalho. Mas tem tanta coisa prazerosa que eu quero investir. Eu sabia que eu podia iniciar uma nova fase e ir além do que já havia feito (Marido, casal B, 63 anos).

Embora estas concepções foram apresentadas em dois elementos distintos de análise, optou-se por discuti-las em conjunto, uma vez que encontram-se amplamente relacionadas. De acordo o relato dos entrevistados, a aposentadoria se constitui um novo ciclo da vida no qual não há mais os compromissos do trabalho e, portanto, a ênfase está no indivíduo, na atenção para consigo, seus relacionamentos e anseios. A análise desse aspecto exige, *a priori*, considerar que essa compreensão da aposentadoria está pautada no contexto socioeconômico de vida dos participantes, posto que em classes sociais baixas é possível que não ocorra o cessamento de atividades laborais em virtude das necessidades financeiras relativas à conquista de meios para a subsistência individual e/ou familiar.

Além do mais, chama a atenção a utilização das expressões “projeto de ser feliz” e “outra vida na mesma vida”, as quais podem representar tanto dificuldades ou insatisfações em torno da ocupação exercida, assim como a primazia e o direito de gozar da felicidade neste período do ciclo vital. Desse modo, a discussão parece se direcionar para o que foi abordado no aspecto 1.1.5 (Ter tempo livre para curtir a vida), reiterando uma possível dificuldade dos participantes em conciliar as demandas profissionais com diferentes esferas da vida.

Convém ainda destacar que o modo pelo qual o indivíduo construiu sua trajetória de trabalho implica diretamente na apreensão e nas vivências relacionadas à aposentadoria. A análise dos elementos que permearam a definição por uma determinada profissão, tais como o momento histórico e do desenvolvimento pessoal em que houve a escolha, bem como questões contextuais que ratificam a permanência nesta, dentre as quais é possível citar a influência familiar e a conquista da autonomia financeira, são importantes preditores de como o indivíduo estabeleceu sua identidade profissional e pode se sentir satisfeito com seus projetos de vida (SOARES, 2002; LISBOA, 2004).

As perdas (1.3.5) decorrentes do desligamento laboral também foram destacadas por uma participante.

Eu acho que eu perdi muito me aposentando. Eu morri para o mundo. Eu me anulei como pessoa de todas as maneiras. Virei introspectiva. Eu perdi o contato com as pessoas, a evolução, o desenvolvimento. Pra mim a aposentadoria é perda. Eu fui me anulando. De repente, tudo se resumiu estar dentro de casa, cumprindo trabalhos domésticos e resgatar o restante tá difícil. Eu gostaria de estar ocupando hoje o

*espaço que eu ocupo, mas não posso dizer isso
(Esposa, casal D, 56 anos).*

Este relato sinaliza algumas das modificações decorrentes do processo de desligamento laboral, as quais foram retratadas pela participante com um certo pesar, de tal modo que, no decorrer da entrevista ela chorou diversas vezes. Nesse sentido, constatou-se que a reação às perdas por ela referidas não se resumiram ao período em que houve a efetivação da aposentadoria, mas podem ser também percebidas no momento atual face às suas dificuldades em reorganizar a vida.

Para tanto, é importante analisar que a aposentadoria se configura como um período do desenvolvimento humano no qual ocorrem mudanças que atingem diretamente a identidade do indivíduo e podem conduzi-lo à vivência de um luto, sendo exemplos disso a perda do trabalho e do local onde este era desempenhado, o afastamento dos colegas de trabalho, a diminuição do contato com pessoas que se beneficiavam da atuação profissional (ANTUNES; PARIZOTTO, 2012). Observa-se que estes elementos envolvem tanto questões emocionais quanto objetivas e, portanto, integram aspectos do desenvolvimento do indivíduo que são proporcionados por meio do trabalho, bem como condições que estruturam a sua vida e rotina.

De acordo com Arcuri (2006), se o significado de uma vida está baseado em uma profissão ou em um relacionamento e este é perdido, de certa forma, morre a forma pela qual o indivíduo se reconhecia até então. Nessa linha, verifica-se a necessidade de dar atenção ao modo pelo qual o vínculo do trabalho é compreendido pelo indivíduo, e, igualmente, ao contexto das perdas decorrentes do rompimento deste, visto que tais aspectos podem implicar diretamente na vivência do seu luto e no processo de adaptação à nova realidade.

Tomando o conjunto de elementos discutidos na Categoria 01, a qual procurou discutir as vivências e concepções relacionadas à aposentadoria, foi possível constatar a diversidade de fatores e situações que encontram-se imbricados nessa experiência. Distante de ser um processo linear no qual o indivíduo simplesmente encerra suas atividades profissionais e realiza a passagem para um novo momento de sua carreira, a aposentadoria envolve uma série de ideias, expectativas e condições que retratam o seu cenário de vida. Dessa maneira, torna-se evidente que a aposentadoria é um fenômeno complexo e sua análise e compreensão necessitam, via de regra, serem executadas face ao contexto no qual o indivíduo encontra-se inserido.

Ao considerar as experiências que enredam o desligamento laboral dos participantes, cabe reiterar a importância que o trabalho possui no desenvolvimento humano, posto que este se constitui uma das esferas mais significativas da vida do indivíduo. Esta afirmativa têm como base, especialmente, as narrativas que expressam a carga emocional em torno do vínculo laboral, as quais retratam tanto reações que buscam a manutenção de algum nível desse vínculo, assim como dificuldades na efetivação do rompimento e no enfrentamento das respectivas decorrências.

De maneira correlata, foi possível observar que o engajamento com as atividades profissionais ocupa um largo espaço no tempo de vida e, inclusive, regula o desempenho do indivíduo no cuidado consigo, com suas relações familiares e de amizade. Assim, uma das principais compreensões vinculadas à aposentadoria, trata deste período como sendo um momento oportuno para o resgate e o investimento nos âmbitos da vida que não receberam atenção suficiente, ou, ainda, para a ampliação das fontes de satisfação e felicidade do indivíduo.

Diante desse cenário, reitera-se a importância da família no processo de aposentadoria, a qual foi apontada em diferentes momentos, constituindo-se um elemento que orienta tanto a definição pelo desligamento laboral, quanto algumas expectativas e intenções de conquistar mais tempo e se dedicar aos relacionamentos estabelecidos nesse contexto. Ademais, é plausível destacar a constatação de que a família não permanece imune às decorrências da aposentadoria; isto é, sua estrutura e funcionamento sofrem modificações que interferem tanto na adaptação do aposentado, quanto na organização dos demais componentes do sistema.

Outro elemento merecedor de destaque nesta análise, se refere às vivências de violência social que foram precipitadores do desligamento laboral de dois participantes. É importante enfatizar que a relação entre aposentadoria e situações de violência parece ser pouco explorada, não tendo sido encontrada em outros estudos na área. Para tanto, ressalta-se a importância de pensar as particularidades do contexto e considerar a diversidade de fatores que podem motivar e interferir na definição pela aposentadoria.

Por fim, verificou-se, também, que alguns participantes não receberam informações e preparação para a aposentadoria. Este é um aspecto já abordado em outros estudos, porém, chama a atenção o fato de que, nestes casos, a percepção da aproximação desse período da vida ocorreu por meio do reconhecimento das experiências de pessoas da rede de relações do indivíduo. Nessa linha, é importante analisar que

este tema ainda carece de visibilidade e discussão nos cenários laboral e social, visto que parece haver uma certa negação em torno do fenômeno da aposentadoria, a qual pode interferir diretamente nas vivências e na adaptação à esse momento.

6.2 CATEGORIA 2: AS MUDANÇAS NO CONTEXTO FAMILIAR NO PROCESSO DE APOSENTADORIA

Nesta categoria, são abordados aspectos da estrutura e do funcionamento familiar em dois momentos distintos: o primeiro deles se refere ao período em que ambos os cônjuges permaneciam trabalhando e, o segundo, à aposentadoria. Ademais, são também destacadas as modificações que ocorrem nos relacionamentos conjugal e parental nesse processo.

A subcategoria 2.1 “Sobre a organização da família no período em que ainda trabalhavam”, trata de aspectos em torno do funcionamento e dos vínculos afetivos presentes na dinâmica relacional familiar no momento em que os cônjuges ainda encontravam-se envolvidos nas suas atividades laborais. Nesses termos, foi observado que a divisão de papéis no contexto familiar (2.1.1) retrata diferentes modos de participação e desempenho de tarefas entre homens e mulheres, conforme os relatos a seguir:

Uma coisa que a gente sempre procurou quando a gente fez essa casa era tá perto do trabalho e perto do local de estudo, pra facilitar esses polos. Mas, mesmo assim, a gente que é mulher se divide entre muitas tarefas. A gente tinha sempre aquela rotina de levar e buscar filhos aqui e ali. Então sempre tivemos uma Secretária do Lar que sempre ajudou a fazer as coisas da casa, porque meu trabalho era aqui na parte debaixo da casa, tá? Então era uma atribuição, porque eu precisava atender os meus clientes, mas, ao mesmo tempo, precisava ir ao supermercado, levar no dentista, aquelas coisas todas de cuidar da família inteira... (Esposa, casal C, 59 anos).

Teve um tempo que eu cheguei à trabalhar 18 horas por dia, imagine você o que significa isso. Na época, a gente não tem consciência do que tá fazendo, eu acho. Então, o foco era o trabalho,

embora que a família era um segundo plano importante. Era um ritmo frenético de trabalho e a gente tinha que aproveitar os 'breaks'. No começo do nosso casamento, a gente ainda estudava e trabalhava, então conciliava tudo. Depois quando os filhos nasceram, ela trabalhou mais um pouco até o segundo filho nascer. Ai ela cuidou mais da casa, da rotina da casa, e eu, trabalhando. Eu sempre tentei fazer algo pra estar aqui dentro, sabe? Então, às vezes, mesmo tendo que ir jantar com cliente, eu passava em casa para ver eles ou dava uma beliscadinha na janta em casa para sentar com eles na mesa. Mas é aquela coisa, como eu era gerente de multinacional, mesmo que ela quisesse falar comigo, nem sempre conseguia. Às vezes, nem no mesmo país a gente estava. Então era aquela coisa dela dar conta de algumas coisas sozinha. Quando eu chegava em casa, à noite, era que eu ficava sabendo 'teu filho tá lá em cima com a perna quebrada' ou 'hoje precisei ir na escola porque tinha acontecido algo lá' (Marido, casal F, 64 anos).

Nestes relatos, nota-se que a organização das famílias conferia às mulheres um lugar central no cumprimento das demandas familiares, uma vez que tais atividades eram executadas simultaneamente aos compromissos profissionais ou, ainda, ocasionaram o abandono destes. Inclusive, no primeiro caso, destaca-se que a participante faz referência ao trabalho realizado por sua Secretária do Lar como sendo de ajuda, o que demonstra que ela mantinha sobre si as principais funções a serem desempenhadas. Diante desse cenário, percebeu-se que os homens estavam mais liberados das obrigações com a família e, assim, podiam se dedicar integralmente ao trabalho.

As narrativas provocam a reflexão em torno das diferenças de gênero que são estabelecidas culturalmente e atribuem diferentes papéis a serem cumpridos pelas pessoas nas suas respectivas famílias. Sobre este assunto, Ariès (1981) esclarece que, tradicionalmente, foram circunscritos espaços a serem ocupados por homens e mulheres, cabendo ao primeiro vincular-se em atividades externas, tais como o trabalho, e, ao segundo, a preocupação preponderantemente com as questões emocionais e de intimidade da família. Observa-se que essa dicotomia histórica reforça a visão da mulher como “rainha do lar” e

favorece a divisão sexual do trabalho, de acordo com o contexto em que ele é exercido.

Para Souza-Lobo (1991), a assimetria nas relações homem-mulher é uma construção social calcada no machismo e que designa, prioritariamente, as mulheres a função reprodutiva, tornando-as subordinadas à esfera da produção. Tendo em vista esses apontamentos, considera-se que a perspectiva sexista é capaz de gerar acordos que não são explícitos no casal, os quais determinam expectativas e padrões de comportamento, bem como as particularidades do funcionamento familiar.

Por outro lado, três participantes relataram aspectos que denotam o equilíbrio na divisão das tarefas familiares (2.1.2), conforme ilustra o exemplo.

Ele sempre esteve presente. Eu nunca precisei reclamar ou falar pra ele que estava sentindo distante. Ele sempre se dedicou aos compromissos com a Universidade e cumpria horários, mas também sempre esteve muito aqui em casa. Por exemplo, nós dois gostamos muito de ler, então sentávamos por aqui e eu lia meu livro e ele fazia algo do trabalho dele. Mas não é só isso, nós sempre fomos muito próximos em tudo, na atenção com o filho, nas compras do supermercado, na divisão das atividades da casa, nas idas ao cinema. Nós dois colaboramos muito um com o outro e eu acho justo isso (Esposa, casal B, 68 anos).

Este relato demonstra um certo equilíbrio no envolvimento dos cônjuges com as atividades profissionais e familiares, sendo este um aspecto que parece favorecer a proximidade e a convivência do casal. Nesse contexto, as tarefas são desenvolvidas à título de cooperação entre os parceiros, não havendo hierarquia ou uma definição rígida dos papéis desempenhados por eles. Assim, observa-se que as responsabilidades são divididas, seja no cuidado com o filho ou com o local onde vivem.

Este aspecto corrobora os resultados do estudo executado por Amazonas, Vieira e Pinto (2011), no qual evidencia-se que as configurações familiares contemporâneas têm apresentado uma ampliação da participação dos homens nas questões familiares e, principalmente, na função parental. Destaca-se que, nessas condições, a organização da família possibilita aos seus membros uma maior

autonomia no cumprimento dos papéis, de modo que as responsabilidades não permanecem concentradas ou, ainda, sobrecarregando apenas um indivíduo.

A subcategoria 2.2 “Sobre a organização da família após a aposentadoria”, apresenta aspectos que retratam as modificações transcorridas no funcionamento familiar mediante o cessamento das atividades laborais. Nesse sentido, seis participantes relataram que houve mudança na rotina (2.2.1), conforme encontra-se ilustrado nos exemplos.

Bom, antes era aquela rotina de vai pra cá, vai pra lá, atende coisas da casa, do trabalho, dos filhos. Dai quando eu me aposentei, eu precisei fazer outra rotina. Assim, primeiro, a organização ficou uma meleca, uma bagunça generalizada (risos). Isso porque você pode fazer as coisas todo o tempo que quiser e não tem momentos específicos, entende? Não é mais aquela coisa de ir correndo ao supermercado e voltar com o porta-malas lotado de comida. Como estamos apenas nós dois, o consumo é menor, a necessidade é menor. Então você tem mais tempo e precisa criar uma agenda, decidir algumas coisas mais especificamente para se organizar (Esposa, casal C, 59 anos).

Essa narrativa demonstra que ao afastar-se do trabalho, a organização de vida do indivíduo sofre mudanças significativas e as atividades a serem desenvolvidas são dispostas de uma maneira diferente da qual eram cumpridas anteriormente. Por meio da fala da participante, observa-se que este não é um processo linear, no qual ocorre, apenas, a passagem para uma nova rotina, sendo que este aspecto está representado na expressão “a organização ficou uma meleca”. Tal apontamento parece demonstrar a falta de clareza sobre quais são as suas tarefas diárias e como estas poderiam ser executadas neste momento.

Nesse sentido, verifica-se que o estabelecimento da nova rotina envolve um período de desorganização na vida do indivíduo, o que irá culminar em uma estruturação do tempo e dos afazeres que é diferente da qual estava habituado. Esse processo torna-se evidente, na medida em que a participante conclui seu relato descrevendo a necessidade de tomar decisões e pensar uma agenda para o tempo que dispõe. Para

tanto, ressalta-se que o aproveitamento do tempo livre do trabalho demanda a execução de um planejamento para o pós-aposentadoria, a partir do qual o indivíduo deverá organizar a sua vida e o espaço atribuído à cada atividade desempenhada, incluindo, por exemplo, o lazer e os cuidados de saúde, conforme propõe Soares e Sarriera (2013).

Por conseguinte, considera-se que a percepção das mudanças vai além da perspectiva individual e diz respeito, também, ao momento do ciclo de vida familiar, cabendo destacar que, neste caso analisado, não há mais a presença dos filhos em casa e as demandas situam-se no relacionamento conjugal. Para McCullough e Rutenberg (1995), a vivência desse estágio difere para cada família, porém, os casais que possuem conflitos não resolvidos e as mulheres que centraram suas vidas no cuidado com os filhos, podem apresentar maior dificuldade. Assim, reitera-se que a mudança na rotina não é um elemento isolado do processo de aposentadoria, mas precisa ser ponderada face ao contexto de vida do indivíduo e o estágio de desenvolvimento familiar.

Observou-se, ainda, que a aposentadoria do cônjuge também ocasiona mudanças na rotina, seja na vida daquele que já estava aposentado ou na organização familiar, conforme acusam os relatos abaixo.

Eu já tinha tudo programadinho porque estava aposentada há uns 7 anos quando ele se aposentou. Eu não sei qual a opinião dele, mas eu achei que essa época foi horrível. Eu tinha tudo arrumado dentro de casa, com os filhos, eu saía. E, com ele em casa, tudo mudou. Eu me voltei pra dentro de casa, eu tenho mais trabalho em todos os sentidos. Antes eu fazia qualquer comidinha pra mim e pros filhos. Depois que ele se aposentou, não é mais assim (Esposa, casal D, 56 anos).

Como eu já estava aposentada, eu e os filhos criamos uma rotina nossa. A gente sentava para ver TV e tínhamos gostos muito parecidos. O marido tava incluído em várias coisas da rotina, mas era diferente (risos). Ele tava menos tempo por aqui. Um dia, a gente se deu conta de uma coisa. Estávamos sentados os três para ver TV e ele chegou e quis assistir um outro programa. Ninguém falou nada, mas de um em um fomos indo para a cozinha. Ele ficou sozinho aqui. Isso

aconteceu algumas vezes, até que ele reclamou de ficar sozinho. Ele chegava e a gente saía. A gente precisou rever isso daí, porque não era algo por mal, mas a gente tava acostumado à presença só dos três (Esposa, casal A, 62 anos).

Essas narrativas demonstram que, com a aposentadoria, ocorre a ampliação da presença e da participação dos cônjuges no ambiente familiar. Destaca-se que, tais vivências foram verificadas no relato das esposas, as quais se aposentaram antes que seus parceiros. Isto ocorre, especialmente, em virtude das normas que regem a Previdência Social, posto que estas preveem que, pelo quesito da idade, as mulheres têm a possibilidade de se aposentarem antes dos homens.

Nesse sentido, emergiu o seguinte questionamento: em que medida as mulheres casadas são duplamente atingidas pelos desdobramentos da aposentadoria? Isto é, primeiramente quando efetivam seu desligamento laboral e, novamente, quando o marido realiza este movimento.

Observa-se que a mudança no cotidiano envolve todos os membros da família, cabendo ressaltar que, nestas falas, estão inclusos os filhos, os quais passam a conviver com a experiência de ter ambos os pais em casa e em tempo integral. Tomando o segundo relato, é possível considerar que os filhos estavam habituados à presença da mãe em casa, porém, com a aposentadoria do pai, ocorre uma desestabilização na dinâmica relacional, a fim de que esse membro possa participar efetivamente do contexto. Este aspecto coaduna-se com o que foi discutido por Soares, Costa, Rosa e Oliveira (2007), segundo os quais, a aposentadoria ocasiona modificações na rotina dos integrantes da família, sendo necessário repensar a configuração desta para conferir espaço ao aposentado.

Desse modo, foi possível constatar que a mudança na rotina abrange condições tais como a reestruturação do tempo de convivência direta entre os componentes da família, das atividades desenvolvidas e dos espaços ocupados por estes. Com isso, são estabelecidas novas demandas na organização familiar, as quais provocam uma reformulação do cotidiano e dos costumes já estabelecidos.

Outro aspecto salientado pelos participantes diz respeito ao compartilhamento de tarefas domésticas (2.2.2), ou seja, o envolvimento de ambos os cônjuges na execução de atividades no contexto familiar.

Olha, a gente tem uma divisão de coisas da casa para cada um fazer, mas agora eu participo mais. Questão de faxineira, roupa, essas coisas são muito com ela. Eu faço as coisas mais burocráticas, com relação ao carro e tal, mas também sempre lavo a louça. Eu gosto de cozinhar, então tô sempre fazendo isso. O supermercado, por exemplo, nós fazemos juntos. Aliás, quase tudo a gente faz juntos e, agora, com mais tempo (Marido, casal B, 63 anos).

Nesta fala, verifica-se que as tarefas relacionadas ao contexto da família são desenvolvidas mediante a participação de ambos os cônjuges. Em relação à este caso, já havia sido referida uma divisão equilibrada dos afazeres no casal antes da aposentadoria. Todavia, essa prática parece ter sido ampliada nesse período, contando com um maior envolvimento do marido.

Outros participantes também falaram sobre o compartilhamento das tarefas após a aposentadoria, porém, demonstrando ambivalências e dificuldades sobre este aspecto do funcionamento familiar.

Ele (o marido) tem contribuído em várias atividades. Porquê não, né? Ajuda a fazer o almoço, a arrumar algo seja dentro ou fora de casa. Inclusive, uma das coisas que ele faz e eu tenho dito para ele parar é de ir no mercado, porque ele estoca comida em casa... Pelo amor de Deus! (risos). Mas eu sei que é uma questão dele aprender, é um tempo, ele nunca fez nada disso antes de se aposentar (Esposa, casal F, 59 anos).

Neste relato, observa-se que o compartilhamento das tarefas entre o casal, começou a acontecer depois da aposentadoria do marido. Ademais, a fala da participante denota uma certa ambivalência, especialmente, em relação à participação de seu parceiro na execução das atividades domésticas. Esse fato pode estar relacionado à questões de gênero, expressando uma possível dificuldade da esposa em perceber a inserção do marido no espaço que pertenceu exclusivamente à ela, bem como ao assumir funções de cuidado com a casa, atividade geralmente atribuída às mulheres.

Além disso, verificou-se que esse processo pode desencadear o tensionamento da relação conjugal, conforme encontra-se demonstrado na narrativa abaixo.

Eu sempre cuidei do jardim, de cortar a grama, essas coisas. E nós estamos sem empregada e a mulher tem assumido tudo dentro de casa e ela me cobra ajuda. Mas, as vezes, a gente não tá com aquela vontade de fazer algo que tu não gostas, então dá atrito. É difícil você ficar dentro de casa e as pessoas te cobram atividade que tu não gosta, mas tem que fazer porque tu tá ali. E não é só isso... as vezes, tô ali sentado e vem ela pedindo para ir na venda, na padaria. As vezes tô ali pensando no que posso plantar, como posso arrumar o jardim, aí vem ela pedindo algo e já corta o pensamento (Marido, casal D, 64 anos).

Neste caso, chama a atenção como os ajustes na dinâmica relacional familiar após a aposentadoria podem ser geradores de conflito no casal. Enquanto trabalhava, esse participante ocupou um cargo que exigia constantes viagens, o que lhe mantinha distante de casa por um tempo significativo. Ao se aposentar, percebe o desejo da esposa em dividir algumas funções do ambiente familiar, sendo que esse tipo de envolvimento não havia ocorrido até então.

A partir do que foi exposto, observa-se que com a efetivação da aposentadoria ocorre um redimensionamento das esferas ocupadas pelos cônjuges no sistema familiar. O tensionamento das relações transcorre em virtude da transição para uma nova etapa do ciclo de vida, a qual exige que os componentes da família desempenhem papéis diferentes dos habituais. Esse aspecto havia sido apontado por Walsh (1995) e, segundo a autora, é necessário que o casal faça negociações em torno dos campos de influência e atividade nos quais os parceiros estavam envolvidos, estabelecendo fronteiras que possibilitem a diferenciação entre eles.

Na subcategoria 2.3 “Sobre o relacionamento conjugal após a aposentadoria”, são discutidas as mudanças percebidas na relação do casal nesse período. Dos doze participantes, sete referiram uma melhora no relacionamento conjugal (2.3.1) após a aposentadoria, conforme consta nos exemplos abaixo:

A gente sempre conviveu bem, mas, depois que ele (marido) se aposentou, eu diria que melhorou muito. Não é que agora esteja muito diferente do que fizemos a vida inteira, sabe? A grande questão é que agora temos mais tempo e isso tem

feito toda a diferença, porque esse tempo é dedicado um ao outro (Esposa, casal B, 68 anos).

Sem a menor dúvida, a principal mudança foi no nosso relacionamento, porque agora podemos prestar atenção nas coisas que a gente gosta, fazer elas juntos e com mais tranquilidade. Antes da aposentadoria, se fazia também, mas era mais tentativas na verdade, porque era pouco tempo para dedicar ao outro e a si. Tu interage mais, no caso, com ela (esposa) (Marido, casal E, 58 anos).

Nestes relatos, nota-se que a percepção da melhora no relacionamento está intrinsecamente relacionada à uma ampliação do tempo disponível para interagir e realizar atividades em conjunto no casal. Na medida em que os cônjuges têm mais possibilidades de voltarem-se para a relação conjugal, é possível que ocorra o fortalecimento de aspectos que não estavam recebendo tanta dedicação e, assim, melhorar a qualidade do seu vínculo. Desse modo, reitera-se o que havia sido apontado por Oliveira e Cervený (2011), segundo as quais, o relacionamento do casal adquire proeminência nesta fase do ciclo de vida da família, tendo em vista que se somam condições para que os parceiros possam ressignificar e remodelar a relação.

Nessa perspectiva, as demandas individuais *versus* demandas do casal (2.3.2), evidenciam a necessidade de estabelecer os campos nos quais os cônjuges estarão inseridos após a aposentadoria.

No começo, assim, eu queria que ele fizesse X, Y, Z coisas. Eu queria que ele fizesse meu Pilates porque sabia que ia fazer bem pra ele, que fosse pro Centro Espírita na hora em que eu estou lá. Ai tivemos alguns conflitos. Depois vimos que as coisas foram se ajeitando, quando passamos a fazer de acordo com o que queríamos. Esse é o segredo, tá? Ele teve um tempo pra ele, de um ano, pra descansar, cuidar das plantas, se organizar... e agora eu diria que ele tá muito bem inserido. Ele tem as atividades dele, eu as minhas e temos algumas que são as nossas. Como casal, assim, melhorou bastante (Esposa, casal E, 57 anos).

Nós aprendemos que o casal é a somatória de duas pessoas que precisam ser ouvidas nas suas vontades. Por exemplo, eu faço ginástica, ele faz Tai chi chuan. Ele tem uma cabeça de cientista e eu não tenho. Então, quando a gente viaja, ele quer visitar o museu e eu quero ir pela décima naquela loja. Cada um vai pra um lado e a gente se reencontra no hotel. Mas isso tudo é só pra dizer pra você que a gente ouve um ao outro. Cada um tem seus amigos, mas também temos amigos em comum. Desde o café da manhã, ele come um tipo de cereal com leite e eu outro tipo com laranja. Quer dizer, a gente se respeita muito e eu não tenho dúvidas em dizer pra você que isso ajuda agora que estamos mais tempo juntos (Esposa, casal B, 68 anos).

As falas supracitadas denotam a importância de estabelecer espaços que incluam tanto os interesses individuais, quanto aqueles que pertencem ao casal. Observa-se que tais espaços não são, necessariamente, comuns à ambos os cônjuges, havendo, portanto, a necessidade de respeitar os desejos que são próprios de cada parceiro.

No primeiro relato, destaca-se que o posicionamento da esposa em ajustar seu parceiro à rotina que ela estabeleceu para si na aposentadoria, foi capaz de gerar conflitos na relação. Tendo presente que este é um período do ciclo de vida no qual ocorre uma intensificação da convivência entre os cônjuges, levantou-se a hipótese de que as dificuldades que podem emergir no relacionamento nesse processo, estejam também associadas às negociações que deverão ser realizadas em torno dos campos e atividades nos quais irão se inserir.

Este aspecto corrobora o que foi discutido por Soares, Costa, Rosa e Oliveira (2007) e Oliveira e Cerveny (2011), demonstrando que, na aposentadoria há uma redescoberta do relacionamento conjugal, cuja relação precisa ser reavaliada e reconfigurada para adequar-se aos anseios apresentados por ambos os cônjuges. Por meio destes dados, é possível inferir que, na medida em que os cônjuges conseguem equilibrar suas demandas individuais e conjugais, adquirem maior liberdade para realizar suas escolhas, o que interfere tanto na adaptação e satisfação à aposentadoria, quanto na qualidade da relação conjugal.

Na subcategoria 2.4 “Sobre o relacionamento com os filhos após a aposentadoria”, são discutidos aspectos da relação parental nesse período. Nesses termos, seis participantes descreveram uma

aproximação no relacionamento (2.4.1), conforme exposto nos relatos abaixo.

Depois de aposentado, a relação com os filhos ficou muito boa. A gente se liga a qualquer hora, coisa que antes nunca pudemos fazer porque eu estava focado no trabalho. Então a gente se fala mais, e pode fazer isso a qualquer hora e sobre qualquer coisa. Nos aproximamos e somos muito mais amigos do que já fomos em qualquer outro momento da vida. A gente tem contato direto. Por exemplo, se estou na praia e tá um dia lindo, eu pego e tiro uma foto e mando por Whatsapp pra eles (risos). Na hora a gente já se fala, ri junto. Ficou mais intenso e isso me ajuda muito na aposentadoria (Marido, casal F, 64 anos).

Uma das melhores coisas da aposentadoria é que ficamos mais juntos, como família temos mais tempo. Nunca tínhamos feito algumas coisas com os filhos e que agora dá para fazer. Às vezes, estamos os quatro na academia ou na Igreja. Às vezes a filha leva o noivo dela pro encontro de casais na Igreja, aí vamos juntos também. Pra praia, também somos acostumados a ir juntos. Tá difícil de separar essa família (risos). Eu diria que a família tem se unido mais (Esposa, casal A, 62 anos).

Estas falas permitem considerar que, na aposentadoria, a convivência entre pais e filhos pode aumentar e gerar maior aproximação na relação entre eles. Observou-se que isso ocorre tanto em termos de realizar atividades juntos, quanto pela utilização da tecnologia. Ademais, destaca-se que este aspecto está sendo apresentado como uma das mudanças satisfatórias que ocorreram após o cessamento das atividades laborais, enfatizando que, nesse período, as condições para interação se ampliaram consideravelmente.

Sobre o relacionamento parental após a aposentadoria, foram verificadas algumas diferenças entre os participantes que possuem filhos financeiramente dependentes (2.4.2) e os que possuem filhos financeiramente independentes (2.4.3).

Os filhos ainda não se encaminharam, não são independentes, não tem a própria vida, dependem tanto da gente. Eu tenho muitas dúvidas a esse respeito, porque eles (filhos) estão dentro de casa e eu sou muito do tipo mãezona, ajudo em tudo que eles precisam. Eu vejo eles ainda indecisos, nada definido. Minha filha tem 30 anos, ainda é estudante, é bolsista. O filho, da mesma forma, já está na terceira faculdade diferente e ainda não decidiu se gosta. Pelo menos agora tá estudando na Federal, daí alivia um pouco. Mas a gente ainda não sabe o que vai acontecer com eles. Isso faz com que eu não me sinta confortável em estar aposentada. Eu tenho filhos pequenos, parece ainda. É como se eles dependessem da gente da mesma forma que quando tinham 15 anos (Esposa, casal D, 56 anos).

Neste caso, a participante demonstra que o funcionamento do sistema familiar está alinhado para fornecer assistência direta aos membros mais jovens que estão, ainda, desenvolvendo sua escolhas profissionais. Em sua fala, verifica-se a apreensão em relação ao futuro dos filhos, os quais permanecem dependentes e morando na residência da família. Este aspecto reflete a discussão sobre o fenômeno dos “pais estendidos” apresentada por Cerveny e Berthoud (1997), denotando que, na contemporaneidade, embora os filhos estejam criados, é comum que estes permaneçam carecendo do amparo financeiro e emocional de seus pais.

Além disso, chama a atenção que a participante expressa não se sentir “confortável” em estar aposentada e, nesse sentido, questiona-se em que medida o fator da dependência dos filhos é capaz de influenciar na adaptação e satisfação do indivíduo com sua aposentadoria. Para tanto, alerta-se que tal processo é gerador de estresse no contexto da família, pois acarreta que o tempo livre do trabalho seja empregado em ações voltadas para atender as necessidades dos filhos.

Por sua vez, os relatos que encontram-se abaixo, demonstram outra realidade, na qual os filhos já conquistaram certa autonomia de suas famílias de origem.

O filho tá empregado numa empresa boa, mora sozinho e está estudando pra concurso da Receita Federal. A filha já é casada e tá acabando o doutorado. Então, com eles a gente não tem mais

aquela preocupação. Na verdade, agora são mais expectativas, coisas que eles devem fazer acontecer, porque a gente não pode fazer por eles (Marido, casal C, 63 anos).

Assim, eu sempre digo que agora eu posso curtir. O filho tá em São Paulo morando, trabalha lá, logo vai casar. Ele tem a vida dele lá e a nossa é aqui. Se a gente quer ir ou ele vir, fazemos isso. Nessa fase, a gente pode se dar o luxo de fazer as coisas que quer. Eu tenho apartamento pago, carro pago, filho único e independente. Então o meu salário dá conta de tudo pra nós dois (casal) (Marido, casal B, 63 anos).

Nestes relatos, é possível analisar que os filhos possuem maior autonomia dos seus pais, uma vez que já estão empregados e contam com maiores condições econômicas e emocionais para administrar suas vidas. Constata-se que a relação parental está direcionada mais ao cuidado e convivência do que, necessariamente, em atender as obrigações econômicas com os filhos. Assim, conforme propõe McCullough e Rutenberg (1995), é estabelecido um relacionamento mais maduro com os progenitores, baseado na liberdade e na orientação.

Considerando o exposto nesta categoria, averiguou-se que a aposentadoria ocasiona desdobramentos no contexto familiar e que estes afetam à todos os seus integrantes. Ficou evidente que as crenças culturais machistas e patriarcais ainda estão presentes nas relações conjugais, circunscrevendo espaços e funções a serem desempenhados por homens e mulheres. A esse respeito, observou-se que com a efetivação da aposentadoria é possível que esses valores sejam questionados e o ajustamento da dinâmica relacional familiar comporte um maior equilíbrio na divisão de tarefas entre os cônjuges.

Destaca-se que a nova condição altera os papéis usualmente cumpridos pelos componentes da família, modificando os campos de influência e atividade nos quais se inseriam. Percebeu-se que esse movimento ocorreu de maneira processual, visto que a rotina de vida e os padrões comportamentais foram revistos e reformulados na medida em que cada um dos cônjuges efetivou a sua aposentadoria. Nessa linha, constatou-se que a reorganização da família contou com um período de tensão e crise, exigindo a negociação do funcionamento habitual para abarcar a presença e participação de ambos os cônjuges no lar.

Ademais, cabe ressaltar as mudanças que transcorreram na dinâmica das relações conjugal e parental no processo de aposentadoria. No casal, evidenciou-se que a maior disponibilidade do parceiro aposentado para realizar atividades em conjunto, culmina numa melhora no relacionamento. Sobre a relação com os filhos, os dados demonstram que a organização do contexto familiar na aposentadoria pode variar, inclusive, de acordo com as demandas apresentadas pelos componentes nesta etapa do ciclo de vida.

Por fim, analisa-se que os elementos discutidos nesta categoria se afetam recursivamente, sendo que tanto o aposentado como os seus familiares agem e reagem às decorrências desse período. Isto é, na medida em que a família sofre os desdobramentos da aposentadoria de um de seus membros e precisa organizar-se face à nova condição, também este movimento influencia na adaptação e satisfação do aposentado em relação ao período, desencadeando, portanto, um processo recursivo.

5.3 CATEGORIA 3: O TENSIONAMENTO DO CICLO DE VIDA FAMILIAR NO PROCESSO DE APOSENTADORIA

Esta categoria trata das novas demandas que se instalam no contexto familiar mediante a efetivação da aposentadoria. Desse modo, são discutidos os aspectos que influenciam na adaptação à este período, bem como as tarefas e funções familiares dele decorrentes.

A subcategoria 3.1 “As tarefas relacionadas ao ciclo de vida familiar no período da aposentadoria”, evidencia quais são as tarefas do curso de desenvolvimento individual e familiar que estão sendo cumpridas pelo casal. O envelhecimento e a necessidade de autocuidado (3.1.1.), foram destacados por três participantes.

Eu tenho vivido pensando no meu bem-estar, né? Os filhos estão com 20 anos, então tem toda a vida pela frente. Eu tô com mais de 60 e, pô, isso significa que em atividade, mesmo, mais uns 10 né. Porque a gente se vê envelhecendo e vê que depois dos 70 é uma decadência em termos de saúde. Mudanças bem radicais eu diria. Na verdade tu vais observado que hoje já não é aquela disposição, não tem mais o mesmo físico. Então nessa fase da aposentadoria eu tenho certa tranquilidade né... eu assumi um estilo de vida

diferente pra mim. Eu me priorizo, me priorizo (Marido, casal D, 64 anos).

O que acaba criando uma certa ansiedade é pensar que vai chegar um dia que talvez você não tenha mais independência que tem hoje, no sentido do envelhecimento. Quando a gente tem só um filho é complicado e a gente não quer ser um peso para ele. Então, uma preocupação é com relação a isso, o risco de perder a possibilidade de se movimentar para onde você quer. A única medida efetiva que estamos tomando com relação a isso é cuidar da alimentação, fazer exercícios e tudo mais (Marido, casal B, 63 anos).

Estes relatos permitem considerar que, neste período do ciclo de vida, há a percepção da proximidade do envelhecimento e o indivíduo passa a pensar sobre o estilo de vida que possui. Especificamente no segundo caso, observa-se que o processo de envelhecimento promove a reflexão sobre as relações familiares, haja vista que, com o declínio físico, é possível que o idoso careça do apoio das gerações mais novas para cumprir algumas de suas atividades. Dessa forma, os participantes referem mudanças em suas rotinas, as quais são efetivadas mediante a demanda de atenção e cuidado consigo.

Sobre esse assunto, julga-se pertinente problematizar que a aposentadoria e o envelhecimento não podem ser considerados como processos análogos, tendo em vista que alguns indivíduos se aposentam ainda jovens. Inclusive, conforme mencionam Camarano e Pasinato (2004), na contemporaneidade, é importante relativizar os parâmetros utilizados para definir quem é idoso, pois, um limite etário não é suficiente para traduzir a diversidade de aspectos biológicos, psicológicos e culturais envolvidos nesse processo.

Assim sendo, o que se pode afirmar é que a aposentadoria é um período da vida no qual há uma maior proximidade com o envelhecimento. Além do mais, cabe destacar que a partir da efetivação da aposentadoria é possível que o tempo livre do trabalho seja empregado em práticas que favoreçam o autocuidado e, consequentemente, um envelhecimento saudável.

Também foram verificadas narrativas que retratam as obrigações com a geração mais velha (3.1.2), conforme encontra-se ilustrado abaixo:

Tá, a maior a preocupação é a minha sogra, que tá longe e tem uma certa idade. Inclusive, amanhã estaremos fazendo mil quilômetros para ir visitar ela. Ela é viúva, mora sozinha. A gente tem que ajudar com empregados, organizar tudo mesmo de longe. Ela dá bengalada na empregada, manda empregada embora, a gente é que tem contratar empregada nova. Isso aí tá bem complicado. A irmã mais velha do meu esposo tem muitas brigas com a mãe, então somos nós quem temos que cuidar disso. É uma preocupação bem grande (Esposa, casal C, 59 anos).

Tem algumas situações de doença na família e isso é uma coisa que facilitou o fato de eu estar aposentada. Pude me dedicar mais, de sair mesmo. Minha mãe teve fases bastante longas dentro de hospitais, eu passava o tempo lá com ela e vinha pra casa botar em ordem e na segunda já estava lá de volta. E meu pai também teve que fazer algumas cirurgias, e até hoje eu ainda me dedico a ele, sempre que precisa. Então esse é um fato positivo de estar aposentado. Tem alguém doente, eu posso me dedicar (Esposa, casal D, 56 anos).

Evidencia-se nessas falas que o cuidado com a geração mais velha ocupa um espaço significativo do tempo e das atividades desenvolvidas pelas participantes, sendo esta uma das principais tarefas relacionadas à Fase Última do Ciclo Vital Familiar, conforme foi apontado por Coelho (2011). No entanto, é importante observar que a aposentadoria está descrita como um aspecto que ampliou as condições de dedicação aos membros idosos da família, uma vez que após a sua efetivação os indivíduos estavam mais liberados para tal.

Ressalta-se ainda que estes relatos foram realizados pelas participantes mulheres, as quais assumiram as responsabilidades de cuidado com os componentes da família extensa, tais como pais e sogros. Tal situação corrobora o que foi mencionado por Walsh (1995), segundo a qual, tradicionalmente, o papel de cuidador dos membros idosos recai sobre as mulheres, podendo ocasionar sobrecarga de funções e estresse.

Outra tarefa do ciclo de vida, apontada por quatro participantes, se refere a oferecer apoio aos filhos (3.1.3).

A educação dos filhos é uma constante, nunca acaba. Até porque eles trazem uma coisa lá de fora e a gente tem que se adaptar aqui dentro de casa. A gente sempre teve muito medo das drogas, então é aquela coisa de dar apoio sempre. E o futuro deles, porque a gente vê assim que, estudar não garante tudo. A gente não sabe como vai ser daqui pra frente pra eles, em termos profissionais, financeiros e até de saúde (Esposa, casal D, 56 anos).

Hoje em dias são os meus filhos que estão no ritmo que eu estava. Então, se eles precisam de mim, nos falamos e eu resolvo o que eles precisam. Um deles vai casar, comprou apartamento e precisava reformar, daí eu fui pra São Paulo e fiquei uns dias lá, cuidando disso pra ele. Eles saem de manhã e voltam à noite, tem que dar uma mão, até porque eles tem, mais ou menos, a vida que eu tinha quando estava no trabalho (Marido, casal F, 64 anos).

Com base nestes relatos, constata-se que, embora os filhos estejam crescidos, os progenitores permanecem preocupados com a sua formação e atentos às suas demandas. É importante destacar que a maneira de oferecer apoio aos filhos está relacionada às questões do ciclo de vida que eles estão tentando enfrentar e manejar. Este aspecto fica evidente no segundo relato, tendo em vista que o auxílio prestado pelo pai é justificado por meio das obrigações profissionais que o filho possui, as quais dificultam que ele atenda sozinho suas necessidades.

Nessa linha, enfatiza-se que a relação entre pais e filhos na aposentadoria pode ter características de solidariedade e ajuda, especialmente, pelo fato dos progenitores contarem com maior autonomia para cumprir certas atividades. Contudo, problematiza-se esta questão, pois, ao assumir os compromissos dos filhos, é possível que o aposentado passe a superfuncionar para tratar das responsabilidades de outros membros da família, deixando de usufruir do tempo livre que dispõe.

Diante dos elementos discutidos nesta subcategoria, observa-se a importância de compreender o desenvolvimento humano interligado ao desenvolvimento familiar, sendo que, nessa medida, são reconhecidos os diferentes fatores que permeiam as vivências em cada estágio do ciclo

de vida. Além do mais, o posicionamento dos participantes em torno das tarefas familiares a serem cumpridas na aposentadoria, permite considerar como questões culturais e intergeracionais podem influenciar os ajustamentos a serem realizados pelo indivíduo e pela família nesse período, indo ao encontro do que havia sido sinalizado por Carter e McGoldrick (1995).

Na subcategoria 3.2 “As funções desempenhadas pela família na aposentadoria”, são abordadas as vivências dos aposentados no contexto familiar, as quais se traduzem importantes na adaptação à este período. Nesses termos, oito participantes salientaram que a acolhida e o apoio (3.2.1) da família são aspectos fundamentais do processo.

Isso eu não tenho dúvidas: a família é quem recebe o aposentado. Eu acho que uma pessoa sozinho não deveria jamais se aposentar, porque a família dele são os colegas de trabalho, a casa é a empresa e a melhor saída é continuar trabalhando. Pra quem tem uma família, casa e tudo, pretende e pode fazer outras coisas além de trabalhar, eu acho que tem que aposentar. A família é muito importante, porque sozinho na aposentadoria você não consegue fazer nada. Acho que é isso, acho que a família ajuda a estruturar o tempo do aposentado, ele tem com quem conviver (Marido, casal C, 63 anos).

A família é imprescindível, porque... ahn... se tu não tens família, não tem estrutura. Quando você trabalha, tem outra estrutura. Ai você quebra com essa do trabalho, se tu não tem família, tá fudido. Tu tem amigos e tal, mas eles tem família e tu não ter essa rotina de família é complicado. Eu acho que pira. Então a família dá suporte, é o que vai ficar para o resto da vida, tu tem aonde te apoiar, tem onde viver (Esposa, casal C, 59 anos).

Os relatos permitem vislumbrar que a família ocupa um lugar central na vida do aposentado, tornando-se uma das suas principais referências e espaços de pertencimento neste período. Inclusive, cabe destacar as expressões que definem a família como “estrutura”, “suporte” e “viver”, demonstrando que as relações familiares recebem ênfase na aposentadoria e influenciam tanto nas emoções quanto no estabelecimento de projetos para o futuro. Este aspecto reitera o que foi

mencionado por Zanelli, Silva e Soares (2010), sobre a aposentadoria ser um período oportuno para o indivíduo resgatar seus vínculos familiares e, assim, construir novos sentidos para estes.

Nesse sentido, ressalta-se ainda que uma participante retratou como a acolhida da família auxilia, também, quando o indivíduo não está satisfeito com sua nova condição de aposentado, conforme consta abaixo:

Olha, a família é muito importante em tudo isso. Um dá apoio ao outro, não tenha dúvidas, principalmente quando você está dentro de casa e não está satisfeita, como é o meu caso. Por que tem diversas maneiras, por exemplo, quando você está aposentada e você curte isso ali, a família deve ser bastante importante. Outro ponto é você não estar feliz com sua aposentadoria, porque você está sempre buscando alguma coisa, então a família nesse momento também é importante nesse sentido. É importantíssimo ter eles. A família hoje é meu porto seguro e eu busco apoio neles. No momento que a gente precisa, eles estão aqui nos acolhendo (Esposa, casal D, 56 anos).

Neste depoimento, destaca-se a expressão “porto seguro”, a qual demonstra que a família é percebida como suporte para o aposentado enfrentar a nova realidade de vida. Desse modo, é possível inferir que a acolhida no contexto familiar não está relacionada apenas ao movimento de “reinserção” de um componente, mas ao acompanhamento das demandas que permeiam o processo de aposentadoria.

Sobre a questão da acolhida, é importante dizer que já havia sido mencionada por Walsh (1995), haja vista que a incorporação do aposentado na família é uma das principais tarefas do casal nesta etapa da vida. Nesse sentido, a reflexão que se apresenta diz respeito às contingências do contexto familiar que irão delimitar as condições para que ocorra o acolhimento do aposentado. Isto é, o modo como esse processo será vivenciado se relaciona diretamente à qualidade dos vínculos presentes na dinâmica relacional da família, sendo possível que, em virtude de excessivas demandas ou expectativas emergjam dificuldades e/ou conflitos.

Outra função apontada por três participantes retrata um posicionamento no qual a esposa prepara o terreno (3.2.1) para a aposentadoria do marido, conforme relatos a seguir:

Eu acho que é papel da mulher reintegrar o homem aposentado na sociedade. Precisamos encaminhar, incentivar para o social, para a família. A gente meio que prepara o terreno pra eles. É até nossa obrigação eu acho. De um modo em geral, o homem, quando se aposenta, fica perdido. Eles ficam fora do ritmo depois do trabalho. Então, eles tem que achar a luz no fim do túnel, mas precisa de alguém que ajude (Esposa, casal F, 59 anos).

Quando ele (marido) se aposentou, já tava tudo pronto. Como eu sei antes, eu fiz todo esse meio de campo antes dele sair. Quer dizer, de ir buscar os amigos, de saber sobre os grupos que as pessoas tavam inseridas. Então, quando ele saiu, ele já tinha isso pronto. Eu não, eu tive que ir atrás (Esposa, casal C, 59 anos).

Evidencia-se nestas narrativas que as esposas assumem a função de organizar a vida do aposentado e intermediar os seus contatos com a família e a sociedade. Este achado corrobora a discussão de Carter e McGoldrick (1995), sobre como a construção social da mulher confere a ela a atribuição de principal cuidadora dos membros da família nos diferentes momentos do ciclo vital. Entretanto, é importante refletir que esse posicionamento pode influenciar a concepção de quem é o aposentado e quais são as condições que os homens possuem para se adaptar à nova condição de vida, pois, reforça a ideia do homem como sendo o provedor da família e tendo dificuldades de inserir em contextos além do trabalho, indo ao encontro do que foi discutido por Rodrigues (2001).

Cabe salientar que esse aspecto pode estar associado ao fato das mulheres se aposentarem antes que seus maridos, conforme já foi discutido neste trabalho. Além disso, questiona-se em que medida o posicionamento da esposa que “prepara o terreno” está interligado aos significados etimológicos da aposentadoria (“retorno ao lar”) e, portanto, resulta de expectativas advindas da sociedade sobre as mulheres assumirem o cuidado do aposentado.

Na subcategoria 3.3 “Aspectos que interferem na adaptação à aposentadoria”, são apresentadas as situações e as vivências que influenciaram a dinâmica das relações familiares no processo de

aposentadoria. Nessa perspectiva, três participantes consideraram importante o envolvimento do aposentado com a família (3.3.1), conforme exemplificam os seguintes relatos:

O cara não pode ficar alheio à sua família, sabes? Se você me permite dizer, algo que eu acho imprescindível é que o aposentado tem que mostrar interesse pela família. Você tem que se integrar, fazer parte. Se ficar apenas esperando, as coisas não acontecem. Depois de me aposentar, eu tô bem mais disponível para eles (familiares). Eu sempre mostro para eles que estou disponível para fazer, ajudar (Marido, casal A, 60 anos).

Eu diria o seguinte, você não pode se deixar ser um inútil, você tem que ser um cara que mete a mão. Eu gosto de fazer as coisas em casa, me sinto bem em ver que arrumo, organizo, cuido aqui. Desde trocar uma lâmpada, entende? Veja, se eu estivesse jogado no sofá ou, sei lá, me deprimindo nos cantos, não seria bom nem pra mim, nem pra eles (familiares). Eu arrumei um monte de outras coisas pra fazer depois de aposentado e acho isso importante, porque eles (familiares) veem o marido, o pai, como alguém atuante aonde ele está (Marido, casal F, 64 anos).

Os depoimentos demonstram a importância do aposentado manter um posicionamento ativo, sendo este um aspecto que facilita sua acolhida e participação no ambiente familiar. Constata-se que a percepção dos membros da família torna-se relevante para o aposentado pensar sobre sua nova condição de vida e sentir-se pertencente à este grupo. Dessa maneira, evidencia-se que o indivíduo é um ser relacional, essencialmente ativo e reativo ao contexto no qual está inserido, conforme mencionado por Minuchin (1982).

Quatro participantes destacaram que falar sobre a aposentadoria para os membros da família (3.3.2), se constitui um aspecto facilitador no processo de adaptação.

A gente tem que se preparar antes porque um dia vai chegar a aposentadoria. Mas eu acho que é algo que envolve a família toda. Então, aqui em

casa, a gente sentou e conversou. Você tem que explicar, né? Eu já estava aposentada, meu marido falou que tava pensando em se aposentar e falamos sobre como vai ser essa situação, como é que vai passar a viver daquele momento em diante. Tem que explicar, eu diria assim. Porque aqui em casa ninguém é dependente de ninguém, mas ai como tu ficas muito mais em casa, ai tu tens que contar pras pessoas que estão fora. Eles devem estranhar porque eles estão fora e tu dentro de casa. Se tu não falares, acho que deve ser mais difícil deles entenderem o que está acontecendo (Esposa, casal A, 62 anos).

Quando eu sai da empresa, nós paramos os dois pra falar da aposentadoria. Na verdade, nos últimos tempos, nós temos feito mais isso de conversar um com o outro sobre as decisões que precisam ser tomadas. E acho que pra aposentadoria foi muito bom, porquê falamos sobre outras frentes, outros projetos que cada um queria tomar partido. Falamos até de poder dormir mais, descansar, mudar a rotina mesmo (risos). Pra entrar numa rotina boa na aposentadoria, o casal tem que se falar e ir se adaptando, porque é diferente de antes (Marido, casal E, 58 anos).

O posicionamento de conversar sobre a aposentadoria entre os cônjuges e deles com os demais membros da família, se caracterizou como uma maneira bem sucedida de abordar o assunto e compartilhar ideias e perspectivas relacionadas à este período da vida. Observa-se que o diálogo proporciona um padrão de interação funcional na família, tendo em vista que a comunicação facilita a acomodação das mudanças, as quais passam a ser consideradas uma oportunidade para o crescimento, conforme mencionaram Nichols e Schwartz (2007). Ressalta-se, portanto, que esse mecanismo pode apresentar-se efetivo para uma melhor compreensão do tema por parte da família e, também, para a negociação da nova rotina de vida, uma vez que as dificuldades decorrentes do processo de adaptação à aposentadoria possam ser tratadas diretamente entre os integrantes deste grupo.

A espiritualidade (3.3.3) também foi um aspecto destacado por seis participantes.

Teve momentos que foi difícil como te contei, ele andou alterado. De vez em quando ainda dá as dele (risos). Mas acho que ele já aceitou e se acalmou com a aposentadoria. E a gente é uma família unida, a gente conhece a Palavra de Deus e isso ajuda muito. Acho até que ajuda muito ele, porque ele é o que mais lê a Palavra de Deus. Aqui em casa todo mundo conhece o que diz a Palavra de Deus. Claro que não conhece tudo, mas o pouco que a gente conhece já ensina pra gente. Quando a gente sai fora, lembra que a Palavra de Deus diz assim, assim e assim. E aí tenta rever como estava agindo (Esposa, casal A, 62 anos).

Eu acho que o trabalho no Centro Espírita nos ajudou muito nesse momento. O apoio, o esclarecimento que tivemos lá. Nossas relações familiares melhoraram muito depois de irmos lá. Antes era muito delicado, até mesmo pela nossa criação. Nosso amadurecimento espiritual nos ajudou muito. Tem gente que se aposenta, não faz nada e não quer fazer, só reclama da vida e atrai doenças, né! Lá (Centro Espírita), a gente fala pra prestar atenção com isso. Inclusive, repassamos para nossos amigos. Então a gente aprende a utilizar essa energia que tá aí circulando e que precisa ser melhor aproveitada (Marido, casal E, 58 anos).

Estes depoimentos permitem observar que a espiritualidade emerge como um ponto de referência e apoio para o enfrentamento das dificuldades relacionadas ao desenvolvimento individual e familiar. Em relação à aposentadoria, evidencia-se que a espiritualidade é tomada como um elemento importante e que proporciona a orientação para a família lidar com os ajustamentos que se fazem necessários neste período.

Este achado corrobora o que foi apontado por Walsh (2005), a qual destaca que as crenças fundamentais na vida de um indivíduo baseiam-se na religião e na espiritualidade, sendo que estes aspectos influenciam nos significados e, conseqüentemente, nos comportamentos mediante as dificuldades e os desafios que se sobrepõem à cada experiência vivenciada. De acordo com a autora, a espiritualidade pode

ser considerada uma peça chave para a potencialização da resiliência na família, facilitando o enfrentamento das situações estressantes do desenvolvimento humano.

Outro ponto abordado por quatro participantes foi a participação em Programas de Orientação para Aposentadoria (3.3.4), conforme ilustrado nos relatos abaixo.

Uma coisa que eu achei importante é o curso que meu marido fez na empresa dele, antes de se aposentar. Eu também fiz uma parte do curso, porque os familiares da pessoa também eram convidados se quisessem ir. Então lá se falou sobre os medos que as pessoas têm e o risco da pessoa se deixar, se entregar, sabe? Então, nós fomos treinados para se aposentar, nós sabíamos o que podia vir pela frente (Esposa, casal E, 57 anos).

Na Universidade, eu participei de um Programa de Preparação para Aposentadoria que me ajudou a abrir a cabeça para várias possibilidades. Quer dizer, o pai é muito legal quando tá fora, mas quando tá em casa direto é outra coisa. Isso é uma das coisas que se trata lá: como a família vai ver você aposentado? E como você vê a sua família? Isso depende muito do feeling de cada um, mas é apontado nessa direção. As tuas relações mudam dependendo de como você se coloca nelas. Então eu achei muito legal essa participação, porque despertou meu olhar para ver que eu poderia ser um estranho ali, ao retornar para o ninho (Marido, casal A, 60 anos).

Nestes relatos, contata-se que a participação em Programas de Orientação para Aposentadoria favorece o reconhecimento de algumas vivências relacionadas à este período. Nesse sentido, verifica-se que os participantes trataram tanto de questões individuais como familiares, enfatizando as mudanças que podem ocorrer no processo de aposentar-se e as possibilidades de lidar com elas.

Destaca-se ainda que, no primeiro caso, a participante refere ter frequentado atividades desenvolvidas pela empresa na qual seu marido atuava, cabendo enfatizar que a inclusão da família nestas atividades

demonstra-se importante para que os seus integrantes possam obter informações e preparar-se para os desdobramentos ocasionados pela aposentadoria. Estes apontamentos coadunam-se com o que foi exposto por França (2002), sobre os Programas de Orientação para Aposentadoria serem um espaço privilegiado para trabalhar a percepção do indivíduo em torno das suas relações familiares e, também, proporcionar a conscientização da esposa e dos filhos acerca do processo vivenciado pelo aposentado.

Por fim, dois participantes destacaram que a assistência financeira à pessoas da família extensa (3.3.5), também é um fator que interfere na vivência da aposentadoria.

A maior preocupação hoje é com os parentes que gastaram a vida inteira, não economizaram e hoje estão velhos. Não podemos deixa-los na mão, sabe? Então, eu tenho que ajudar meu irmão e meu sogro, mas, isso é tudo no aspecto financeiro, sabe? Então esses parentes sugam aqui e ali e demandam da gente ajuda financeira. Eu não posso deixar ninguém morando debaixo da ponte, mas é foda ter que ficar ajudando eles, porque a gente precisa pensar pra não faltar aqui e nem lá. As vezes, até limita algumas coisas que a gente poderia fazer estando aposentado. Ainda bem que com os filhos tá tudo bem e eles ganham bem (Marido, casal F, 64 anos).

De acordo com o relato do participante, as necessidades financeiras apresentadas pelo irmão e pelo sogro, configuram-se como uma das suas principais preocupações nessa etapa do ciclo vital. Este achado permite identificar que os membros da família extensa podem manifestar demandas, especialmente de origem econômica, cujas decorrências restringem a execução dos projetos estabelecidos para a aposentadoria. Por esse viés, verifica-se a necessidade de uma compreensão ampla da estrutura familiar, pois, conforme apontam Carter e McGoldrick (1995), a família é um sistema emocional que não se reduz ao grupo nuclear, mas envolve uma história intergeracional e, em cada momento do desenvolvimento, sofre a influência de relacionamentos passados e atuais.

Tomando o conjunto de dados discutidos nesta categoria, verifica-se que a mesma revelou a interconexão entre aspectos individuais e do contexto familiar na vivência da aposentadoria.

Identificou-se que nesta etapa do Ciclo de Vida o indivíduo está lidando com mudanças subjetivas, tais como a proximidade com o envelhecimento e a busca por um maior autocuidado, e, à estas somam-se as demandas advindas da família nuclear e extensa, o que pode gerar sobrecarga de funções. Ao considerar estes aspectos, é possível inferir que o tensionamento do Ciclo de Vida congrega a mudança de *status* nos relacionamentos e nos papéis desempenhados na trama das relações estabelecidas numa perspectiva intergeracional.

Constatou-se que a família ocupa um lugar privilegiado na vida do aposentado, sendo que a sua incorporação no ambiente familiar e as relações estabelecidas nesse contexto são entendidas como elemento estruturante para as ações que o indivíduo irá se envolver. Assim sendo, considera-se que a análise da qualidade dos vínculos presentes na dinâmica familiar é fundamental para a apreensão de possíveis decorrências no processo de aposentadoria, pois, deste fator resultam as condições de acolhida e apoio que, de acordo com as narrativas dos participantes, são caracterizadas como primordiais para a adaptação à este período.

Além disso, foram identificados outros aspectos que podem facilitar e/ou dificultar a vivência da aposentadoria. Dentre eles, julga-se pertinente ressaltar que a participação em Programas de Orientação para Aposentadoria e a Espiritualidade se constituem importantes meios para o reconhecimento e enfrentamento das adversidades que podem se fazer presentes na passagem para este período. Para tanto, destaca-se a necessidade de uma leitura abrangente do fenômeno, a qual possibilite analisar a sua complexidade, bem como os elementos envolvidos de maneira conectada (e/e), conforme propõe Morin (1996).

5.4 CATEGORIA 4: A INTERGERACIONALIDADE NAS EXPERIÊNCIAS DE APOSENTADORIA

Esta categoria apresenta as experiências de aposentadoria na história das famílias de origem dos cônjuges. Nessa perspectiva, são também abordados os comportamentos e reações que tais situações acarretaram no relacionamento familiar dos participantes.

Na subcategoria “Visualizando a aposentadoria na história das famílias de origem dos cônjuges” (4.1), são descritas as situações e experiências que enredam a história familiar neste período do ciclo vital. Assim, foi possível averiguar no relato dos participantes a percepção que seus antepassados possuíam um vínculo estreito e de muita

dedicação com as atividades laborais. O viver para trabalhar (4.1.1) foi um aspecto mencionado e que retrata as experiências de membros da família que nunca se aposentaram.

Minha mãe e quase todas minhas tias foram rendeiras. Trabalhavam com a costura, às vezes faziam pra casa, pros filhos, sabes? Viveram pra trabalhar mesmo. Primeiro cuidando dos filhos, da casa e, depois, quando podiam parar, continuaram trabalhando sempre. Sempre inventavam algo (Esposa, casal A, 62 anos).

Se eu tiver que te falar do meu pai aposentado, eu não sei falar. Eles não se aposentavam naquela época. Ele nunca parou, nunca parou. Ele tinha o valor que recebia da Previdência, mas nunca parou (Marido, casal E, 58 anos).

Essas narrativas apresentam histórias de envolvimento laboral que não foram interrompidas, mesmo havendo a possibilidade de se desvincular do trabalho. Nesse sentido, é importante destacar que alguns participantes relataram que nem todos os seus familiares obtiveram o recebimento de benefício previdenciário, sendo que esta situação reforçou a continuidade no desempenho de suas ocupações, de modo a garantir os meios necessários para a subsistência.

Cabe observar que, embora estes participantes da pesquisa estejam aposentados, eles não reconhecem em suas famílias de origem modelos de aposentadoria que estejam associados ao término das obrigações laborais. Problematicando esta questão, é possível inferir que a vivência da aposentadoria, enquanto rompimento do vínculo laboral e passagem para um momento no qual o indivíduo pode usufruir do tempo livre, configura-se como um desafio e uma aprendizagem para estes indivíduos, uma vez que estes podem escrever novos rumos para a sua história individual e, conseqüentemente, familiar.

Outro aspecto apontado se refere à situações em que ocorreu o adocimento após o rompimento do vínculo laboral (4.1.2), conforme consta nos relatos a seguir.

Meu tio trabalhou a vida inteira no SESI em São Paulo e quando ele se aposentou foi um horror. Ele não tinha um hobby, não tinha outros amigos que se não os do trabalho e nem outros assuntos. Foi um horror. Meu tio ficou uns 50 anos

trabalhando no SESI (risos) e saiu meio empurrado, sabe? Dai ele teve todas as doenças que a gente puder imaginar. Mais tarde teve um Alzheimer, que possivelmente tenha também relação ai com a aposentadoria. Na minha família a gente sempre comenta que ele ficou perdido depois que se aposentou (Esposa, casal B, 68 anos).

Meu pai é uma dessas pessoas que se acomodaram com a aposentadoria. Ele era ativo, batalhador na vida. Era do Exército pra ti ter um parâmetro. E se aposentou e se acomodou. O que aconteceu? Começou a adoecer de tudo (Esposa, casal C, 59 anos).

Você veja o caso do meu sogro, o cara era administrador e advogado. Agora que tá aposentado, tá parado, sem objetivos, não quer fazer nada. Só fala em remédios, dor aqui, dor ali (Marido, casal E, 58 anos).

Nestes relatos, é possível verificar as dificuldades vivenciadas pelos componentes da família extensa ao efetivarem seu desligamento laboral, sendo que o adoecimento expressa o modo como foram sentidas as repercussões desse processo. Inclusive, nota-se que os participantes fazem uma diferenciação da postura e dos comportamentos dos seus familiares, antes e após a aposentadoria.

Em relação ao primeiro caso, destaca-se que o tio da participante é referido em conversas da família como um modelo de profissional que não conseguiu vivenciar a aposentadoria de maneira satisfatória, tendo em vista a sua história de envolvimento com o trabalho. Por meio do relato, é possível observar que as redes sociais significativas deste indivíduo estavam associadas ao contexto laboral, as quais o confirmavam como alguém produtivo enquanto permaneceu desempenhando suas atividades profissionais, sendo que após desligar-se do trabalho as mesmas sofreram uma ruptura.

Por essa via, convém analisar que é nessas tramas sociais que o indivíduo desenvolve sua identidade profissional, sendo esta uma parte importante da identidade total, e, na medida em que é efetivado o desligamento laboral, o rompimento da rede pode dificultar a visualização de potencialidades ou possibilidades para lidar com esse momento do estágio vital. Este aspecto corrobora o que foi mencionado

por Zanelli (2012), segundo o qual, os indivíduos habituados a preencher seu tempo de vida com afazeres laborais podem apresentar maior dificuldade no ajustamento e na interação social em sua aposentadoria.

Por conseguinte, também foram descritas dificuldades no relacionamento conjugal (4.1.3) as quais decorrem do rompimento do vínculo laboral.

Minha mãe tá com Alzheimer e meu pai nega isso, tanto é que ele tem 90 anos e se aposentou há um ano e está pior do que ela. Ele só parou de trabalhar aos 89 anos e o declínio foi brutal. E isso deixou mais tensa as coisas lá na casa deles. Meu pai não sabe ficar em casa. Ele nasceu trabalhando e sempre fez isso durante 89 anos. Ele nunca teve parada. Curtir a vida pra ele é um mistério. Ele acha que a vida, depois da aposentadoria, ficou sem emoção (risos). Não tá fácil pra eles manejarem essa relação deles. A gente ajuda ou, pelo menos, tenta. Porque tem horas que vê que a coisa não fica fácil. Mas eles são o dono da bola, não posso fazer muito (Esposa, casal F, 59 anos).

Meu pai quer minha mãe sempre perto. Recentemente ela teve depressão e eu acho que tem a ver com a aposentadoria dele, porque depois que ele se aposentou ele queria que ela acompanhasse ele em tudo que vai fazer na chácara. Ela é ativa, sabe? Às vezes, vai até o supermercado e encontra uma amiga e ficam conversando. Quando chega em casa, ele já pergunta porquê demorou (Esposa, casal B, 68 anos).

De acordo com as falas supracitadas, verifica-se a existência de conflitos no casal de pais após a aposentadoria e, novamente, o adoecimento emerge como expressão da dificuldade dos cônjuges realizarem negociações em suas relações nesse período. Esses resultados coadunam-se com a discussão de Nichols e Schwartz (2007), segundo os quais, a adaptação à aposentadoria reflete mais que a perda da profissão, mas um repentino aumento da proximidade para o casal, sendo possível que os parceiros percebam “o ambiente da casa menor” devido à sua

maior disponibilidade para estar presente e participar da rotina estabelecida no contexto familiar.

Ademais, é importante analisar que, no segundo relato, o pai da participante interfere no cotidiano da esposa e busca envolvê-la em atividades que parecem estar mais relacionadas à seu interesse particular que de ambos os cônjuges. Conforme já foi discutido neste trabalho, considera-se que esse posicionamento pode tensionar o vínculo conjugal, na medida em que é capaz de impossibilitar o desenvolvimento de projetos individuais, os quais não necessariamente são comuns ao casal.

Na subcategoria 4.2 “Comportamentos e reações”, são evidenciadas as repercussões produzidas pelas experiências de aposentadoria das famílias de origem do casal. Nessa linha, sentir-se incomodado (4.2.1) demonstra o posicionamento dos participantes mediante à maneira pela qual os familiares vivenciam este período da vida.

Faz 30 anos que meu pai está aposentado e eu vejo ele sem objetivos na vida. Parece que a vida se resumiu à deixar o tempo andar e isso me incomoda muito (Esposa, casal E, 57 anos).

Na família é difícil dizer de alguém que se deu bem na aposentadoria. Na família do meu pai, quase todos tinham um trabalho, assim, mais braçal. Quase todos ficaram doentes depois que ficaram velhos. É tão ruim pensar nos meus tios da infância e como eles estão hoje em dia (Esposa, casal D, 56 anos).

Segundo estas narrativas, as vivências dos familiares após estarem aposentados são uma situação elencada como negativa e gera um sentimento de incômodo nos participantes. Cabe observar que o adoecimento e a dificuldade em construir projetos de vida para este período, aparecem, novamente, como elementos que compõem as experiências de aposentadoria.

Acerca do segundo caso, é importante salientar que, ao longo da entrevista, a participante referiu diversas dificuldades em adaptar-se à aposentadoria, tendo, inclusive, vivenciado um episódio depressivo após desligar-se do trabalho. Considerando o seu relato, levantou-se a hipótese de que tais decorrências estejam relacionadas, também, à reprodução dos padrões comportamentais da família, pois, de acordo

com Boszormenyi-Nagy e Spark (2003), a repetição de modelos se constitui um fator de lealdade que conecta o indivíduo à história da sua família de origem. Dessa maneira, analisa-se a influência do curso intergeracional nas vivências do tempo presente, sendo este um processo que reforça o pertencimento ao grupo familiar e torna possível o compartilhamento de papéis e funções dentro do mesmo.

Outra evidência pautada nas questões intergeracionais, foi a constatação de que os participantes buscam fazer diferente da sua família de origem (4.2.2) sobre as vivências na aposentadoria.

Ter vindo morar em Florianópolis é, assim, o marco que a gente passou a se considerar realmente aposentado. A vinda pra cá foi em função das questões que aconteceram de assaltos que eu já te contei, mas, também, queríamos construir uma vida diferente nessa fase, pensando no bem-estar e cuidar da gente. Claro que teve uns questionamentos da família: vão pra lá fazer o quê só os dois? Mas a vontade de sair de lá era muito grande e a gente queria fazer novos amigos, viver essa fase diferente. Quer dizer, mudar o foco. Ficar lá em São Paulo, talvez, a gente estaria até hoje levando a vida como todos fazem, aquela coisa de trabalhar e trabalhar (Marido, casal F, 59 anos).

Viver tranquilamente é a nossa meta. Às vezes, parece que estamos andando na contramão, porquê enquanto uns da família estão preocupados em trabalhar, eu tô preocupado com o ser. Eu quero investir meu tempo no ser. Meu grande sonho é conhecer Natal, então, ano que vem, se Deus quiser, vamos pegar o avião e vamos pra lá. A minha praia agora é olhar em volta e ver que tudo está bem (Marido, casal A, 60 anos).

Os depoimentos demonstram que os participantes buscam proceder de maneira diferente das suas famílias de origem, realizando, especialmente, atividades que estejam voltadas para o lazer, o convívio social e a satisfação pessoal. Dessa forma, o rompimento do vínculo laboral significa um avanço em relação às experiências de aposentadoria observadas nas histórias das famílias que foram apresentadas

anteriormente. Além do mais, este aspecto sugere que os participantes conquistaram um nível de autonomia em relação à influência dos padrões relacionais instituídos pela família, indo ao encontro do que foi mencionado por Bowen (1998).

No primeiro caso, destaca-se que o participante retrata a reação dos familiares à sua definição de residir em outra cidade, os quais questionam esta mudança, cabendo considerar que a mesma diz respeito à busca por usufruir da vida na aposentadoria, diferentemente do que foi efetuado pelos outros componentes. Nessa linha, é possível compreender que o processo de individualização envolve certa reatividade emocional por parte da família, pois, na medida em que um membro executa modificações em seu comportamento, são abertas novas perspectivas para a história familiar e, conseqüentemente, o funcionamento habitual do sistema precisa ser revisto (BOWEN, 1998).

Por outro lado, a injeção de ânimo (4.2.3) demonstra um posicionamento das esposas em relação à experiência de aposentadoria de seus cônjuges, evidenciando que as vivências do passado podem influenciar no comportamento atual do casal, conforme ilustram os seguintes relatos:

Se eu resolvo ficar um dia de pijamas, isso não vai me afetar, porque no dia seguinte eu vou botar uma roupa colorida e vou sair na boa. Mas com ele, eu tô sempre preocupada com isso. Eu acho que é sempre importante ficar de olho e, às vezes, é preciso dar uma injeção de ânimo. Parece que o homem se fecha no casulo quando se aposenta, como aconteceu com o meu pai que não soube fazer outra coisa além de trabalhar. Então, aqui em casa não dou espaço para o 'homem de pijama' (risos). Eu trabalho nele (marido) uma relação meio dura pra ele não ficar de 'nhê, nhê, nhê'. Não dá pra cair nessa coisa de aposentado que é velho e inativo (Esposa, casal F, 59 anos).

Eu acho que as mulheres tem várias vantagens em relação ao homens, porque a gente faz trabalhos manuais e conversa, conversa, conversa (risos). Os homens são mais trancados. Lá na Associação que a gente participa mesmo, tem vários casos de adoecimento depois da aposentadoria. Eu tenho medo que isso aconteça com ele (marido), entendeu? Então eu tô sempre precisando incluir

ele, convidar pra isso e pra aquilo (Esposa, casal C, 59 anos).

Estes relatos assinalam, novamente, a presença de questões de gênero, por meio das quais são observadas diferenças no comportamento de homens e mulheres na aposentadoria. Nessa perspectiva, torna-se possível entender que as esposas assumem um papel de cuidadoras de seus maridos nesta etapa do ciclo de vida, o que, possivelmente, é consequência do processo de socialização das mulheres, como já foi discutido neste trabalho.

Todavia, é interessante analisar que o modelo relacional das participantes é gerado em famílias nas quais as experiências masculinas de aposentadoria eram permeadas pela dificuldade de reinserção e convívio social ou, ainda, adoecimento. Especialmente no primeiro caso, observou-se que o pai da participante efetivou seu desligamento laboral apenas aos 89 anos e, após isso, reagiu com certa acomodação à este evento e emergiram conflitos na relação de casal.

Considerando estes aspectos, é possível inferir que a “injeção de ânimo” e os cuidados com o marido, são posicionamentos das esposas que conectam-se às experiências anteriores vivenciadas em suas famílias de origem, as quais são reeditadas por meio do temor que o marido reproduza os comportamentos dos seus pais. Nessa medida, levantou-se a hipótese que dependendo das respostas que os maridos oferecerem, é possível que o tensionamento dos vínculos seja maior e ocasione conflitos no casal. Constata-se, portanto, que a intergeracionalidade permite uma compreensão da organização da família, considerando como os vínculos e o funcionamento dos componentes podem estar correlacionados à história de suas famílias de origem, conforme menciona Andolfi (2003).

Assim sendo, nota-se que a intergeracionalidade tem um impacto decisivo na constituição da dinâmica atual da família, influenciando diretamente na maneira como os relacionamentos são estabelecidos no momento da aposentadoria. Para tanto, reitera-se o que foi apontado por Bowen (1998), em torno da necessidade de diferenciação de histórias, para que o indivíduo não permaneça aprisionado e respondendo à uma realidade do passado em suas vivências atuais.

Por fim, outro aspecto abordado diz respeito a dar exemplo aos filhos (4.2.4), conforme exemplificado nos relatos a seguir:

A gente sempre se preocupou que os filhos tivessem uma visão positiva do trabalho, então

sempre incentivou para trabalhar. A gente tinha isso sempre. Eu sempre fui de falar pra eles viverem esse momento, não percam essa oportunidade, porque tudo isso passa. Sempre incentivei para que sejam bons, sejam honestos, num bom emprego, sem prejudicar ninguém. Dou graças à Deus porque eles aprenderam isso e meus filhos são tudo certo no trabalho. Eu nunca fui de enrolar, de dar atestado, essas coisa. E eles também não são e isso eu agradeço à Deus, porque eles aprenderam com a gente. A gente aprendeu com os pais e fala pra eles. Pra um dia, quando chegar mais velho, não ficar com aquela sensação de quem não foi bom, não foi honesto. Se tu se aposenta, dependendo do comportamento no serviço, as pessoas ficam até contente que saísse (Esposa, casal A, 62 anos).

Eu acho que a aposentadoria vem no momento ideal. Meus filhos eram jovens, mas adultos, quando me aposentei. Eu acho que era bom estarmos trabalhando no período que eles eram adolescentes, porque eles não me viam dormindo enquanto eles tinham que ir pra escola. Eu digo isso porque eu vejo o caso do meu cunhado, que cresceu com o pai em casa, num ritmo diferente do que a minha mulher viu. Isso tem um lado bom que é o pai ajudar. Mas tem o lado de 'pô, meu pai não trabalha?'. Acordar cedo já é horrível, e acordar e ver o pai dormindo e no inverno, então... (risos). Então eu acho que é nosso compromisso como pais dar o exemplo do trabalho pros filhos (Marido, casal C, 63 anos).

Estes relatos evidenciam que os pais estão atentos aos valores que são repassados aos filhos, por meio de suas atitudes no contexto laboral. No primeiro caso, observa-se que a participante refere ter aprendido com seus pais o que está transmitindo aos filhos e, nessa medida, é importante analisar que o casal é o ponto de encontro no qual se situa o que foi recebido pelas gerações precedentes e o que será comunicado e ensinado para as novas gerações, conforme mencionou Andolfi (2003).

Na mesma linha, no segundo caso, o participante avalia como sendo positiva a efetivação da sua aposentadoria em um momento no qual os filhos já encontravam-se adultos e autônomos. Verifica-se que

essa percepção resulta da experiência do cunhado, o qual, diferentemente da irmã, cresceu tendo seu pai em casa e usufruindo de uma rotina que lhe conferia maior liberdade devido estar aposentado. Desse modo, questiona-se em que medida esta crença sofre a influência da história vivenciada na família de origem da esposa, repercutindo no padrão comportamental do presente.

Além do mais, esse posicionamento desencadeou a reflexão em torno da questão do tempo livre na aposentadoria, sendo este, por vezes, entendido como sinônimo de inatividade, desconsiderando as vivências subjetivas e prazerosas que podem ser realizadas em outros âmbitos além do trabalho. Para tanto, reitera-se o que foi apontando por Soares (2002), sobre a família ser a célula responsável pela transmissão da ideologia dominante, por meio da qual são repassados os valores sociais e culturais, sendo que estes refletem uma estrutura capitalista e, portanto, focada na produção.

Em termos de conclusão desta categoria, a qual apresentou as experiências de aposentadoria na história das famílias de origem dos cônjuges e suas repercussões no relacionamento do casal, considera-se que a intergeracionalidade está presente e influencia de diferentes maneiras a vivência do desligamento laboral dos participantes. Esta situação torna-se evidente por meio dos posicionamentos que refletem tanto ações quanto reações aos modelos visualizados nas gerações passadas.

Verificou-se que nas famílias de origem dos participantes as experiências de aposentadoria estavam interligadas à continuidade da execução de atividades laborais ou, quando ocorreu o cessamento destas, emergiram dificuldades e adoecimento dos indivíduos e conflitos no relacionamento conjugal. Desse modo, reitera-se a necessidade de uma análise contextualizada do fenômeno, pois, novamente, é possível observar que as repercussões vão além do âmbito individual e envolvem diretamente a família.

Constatou-se, também, que alguns participantes avaliam de maneira negativa as vivências de seus familiares neste período da vida, e, dessa maneira, sentem-se incomodados e buscam proceder de maneira diferente. Tal aspecto leva em conta o interesse destes indivíduos em usufruir do tempo livre do trabalho e realizar atividades que estejam relacionadas à satisfação pessoal, reiterando as expectativas e concepções apresentadas na primeira categoria de análise deste trabalho.

No entanto, cabe notar que alguns participantes reproduzem em suas histórias atuais a realidade vivenciada na família de origem. O posicionamento de atenção e de cuidado com os maridos reflete

diretamente a experiência das esposas com seus pais, configurando-se uma transmissão intergeracional dos padrões comportamentais. Essa averiguação corrobora a influência das situações que compuseram a história da família sobre a organização e funcionamento atual dos casais, demonstrando que os vínculos familiares são sustentados por meio da lealdade aos modelos primários do desenvolvimento do indivíduo.

Por meio da análise destes elementos, percebe-se que a intergeracionalidade influencia diretamente na tomada de decisão, bem como nos comportamentos e reações que sucedem a efetivação do desligamento do trabalho. Cabe retomar que, conforme demonstraram Carter e McGoldrick (1995), a aposentadoria se constitui um estressor horizontal no processo desenvolvimental da família; ou seja, sua iminência acarreta mudanças que, embora previsíveis, afetam significativamente os processos vivenciados nesta etapa do ciclo de vida familiar. Entretanto, os resultados desta pesquisa permitem identificar que a aposentadoria é, também, um evento estressor vertical, na medida em que as experiências vivenciadas pelos antepassados podem estabelecer mitos e mandatos familiares que repercutem na dinâmica relacional da família ao longo de diferentes gerações, sendo possível que ocorra um aumento de estresse e ansiedade no período de transição e/ou de adaptação ao novo momento.

5.5 CATEGORIA 5: METÁFORAS RELACIONADAS À APOSENTADORIA

Nesta categoria são discutidas algumas expressões e analogias utilizadas pelos participantes para relatar suas experiências em torno da aposentadoria. Conforme esclarece Madanes (2001), as metáforas são um meio para a apreensão das sequências interacionais, tendo em vista que estas retratam aspectos do interior do indivíduo e do seu contexto relacional. Dessa forma, compreende-se que as metáforas são uma forma de linguagem utilizada no cotidiano, as quais apresentam tanto ideias e sentimentos do indivíduo, como dados concretos da cultura na qual ele está inserido e estabelece suas relações.

Na subcategoria 5.1 “Metáforas expressadas pelas mulheres”, foram evidenciadas duas narrativas que retratam, sobremaneira, a preocupação com o comportamento dos homens após se aposentarem. A primeira delas, diz respeito ao homem de pijama (5.1.1), conforme consta no exemplo abaixo.

Aqui em casa não dou espaço para o ‘homem de pijama’ (risos). Eu trabalho nele (marido) uma relação meio dura pra ele não ficar de ‘nhê, nhê, nhê’. Não dá pra cair nessa coisa de aposentado que é velho e inativo (Esposa, casal F, 59 anos).

Neste relato, nota-se que a analogia do “homem de pijama” está vinculada à um significado depreciativo da condição de aposentado, isto é, a inatividade. Cabe observar como o posicionamento da esposa reflete este aspecto, pois, ao demonstrar-se atenta às atitudes e reações do marido, é possível verificar a sua preocupação em relação ao modo pelo qual ele irá vivenciar esse período. Assim, a reflexão que se apresenta diz respeito à mudança de *status* entre trabalhador e aposentado, cabendo considerar que, especialmente para os homens, pode representar a perda do papel de provedor.

Esta questão corrobora a discussão realizada por Rodrigues (2001), segundo o qual, no imaginário social persiste uma construção que retrata os aposentados como sendo “velhinhos”, sugerindo que recolham-se aos aposentos e “vistam seu pijama”, sendo este um aspecto fortemente veiculado pela mídia. Nesses termos, é importante analisar como a aposentadoria pode assumir diversos significados, dentre os quais está o risco do indivíduo acomodar-se após o rompimento do vínculo laboral. Contudo, ressalta-se que essa concepção pode acarretar dificuldades subjetivas e relacionais na vida do indivíduo, uma vez que é capaz de impedi-lo de vivenciar este período usufruindo, por exemplo, do tempo livre que dispõe.

Por conseguinte, debaixo da figueira (5.1.2), descreve uma conduta típica entre idosos e aposentados de Florianópolis, os quais encontram-se na Praça XV de Novembro, localizada no centro da cidade, para conviver, conversar e jogar cartas.

A gente até brinca que os aposentados tem ponto de encontro nessa cidade. Tu sabes qual é? (risos). Especialmente os homens, ficam todos lá debaixo da Figueira (Esposa, casal A, 62 anos).

Nesta narrativa nota-se que há um reconhecimento da sociedade por um ambiente da cidade que, usualmente, é frequentado por aposentados. Este aspecto desencadeou a reflexão em torno dos lugares disponíveis para o aposentado circular e conviver, e, além disso, questiona-se como a vivência do tempo livre é percebida pelas pessoas, especialmente, aquelas que permanecem trabalhando.

Ao discutirem sobre a relação dos aposentados com os espaços urbanos, Costa e Soares (2013), destacam que este tipo de situação pode ser geradora de conflitos no indivíduo, uma vez que demandam a resignificação dos lugares habitados quando ainda existia o vínculo laboral e após se aposentar. Isto significa que habitar os espaços sociais atrelados à atividade de produção, pode representar um desafio para o aposentado, o qual necessita estabelecer vínculos e rotinas diferentes para este período da vida.

A subcategoria 5.2 “Metáforas expressadas por ambos os cônjuges”, contém a narrativa denominada morreu trabalhando (5.2.1), a qual permite discutir sobre a importância do trabalho na vida humana e as dificuldades que o indivíduo pode apresentar ao efetivar seu desligamento laboral.

Tu percebes como é difícil isso de se aposentar. Por todos os lados temos exemplos de pessoas que morrem trabalhando. É uma dificuldade tremenda pro sujeito deixar seu local de trabalho (Marido, casal A, 60 anos).

Este relato permite analisar que, embora tendo adquirido o direito à se aposentar, alguns indivíduos permanecem vinculados ao trabalho, sendo essa uma reação potencialmente defensiva que visa negar o rompimento e evitar o enfrentamento das dificuldades decorrentes do novo momento de sua vida, conforme já foi apontado por Schein (1993). Desse modo, é possível questionar em que medida os indivíduos se mantêm desempenhando suas atividades profissionais como uma maneira de postergar a aposentadoria e adiar a necessidade de rever outros contextos da vida, dentre os quais se situam seus vínculos familiares.

Considerando os elementos discutidos nesta Categoria, observou-se a existência de um aspecto comum às três metáforas, o qual se refere ao uso do tempo livre na aposentadoria. Conforme foi mencionado por Soares e Sarriera (2011), o tempo de “nada fazer” é um tempo que, acima de tudo, confere liberdade de escolha ao aposentado, no qual o indivíduo pode vivenciar experiências consigo ou com alguém, sendo que estão relacionadas à satisfação e realização pessoal. As questões abordadas por meio das metáforas assinalam que a vivência deste novo momento da vida pode incluir diferentes percepções, seja do próprio indivíduo, dos seus familiares ou da sociedade.

Nesse sentido, a reflexão que se sobressai é em torno do medo que pode emergir mediante à possibilidade de usufruir da liberdade característica da aposentadoria, visto que este é um período no qual os compromissos ou obrigações formais e institucionais diminuem ou são cessados. Salienta-se que esse aspecto pode estar associado à premissas sociais, que supervalorizam a produtividade e, portanto, sobrepõem o exercício profissional aos outros papéis exercidos na vida. Assim, aposentar-se pode representar um desafio, algo a ser construído pelo indivíduo, tendo em vista as repercussões dos padrões estabelecidos histórica e culturalmente.

Diante desse cenário, é pertinente notar que as narrativas demandam uma análise detalhada de seus elementos, pois, em muitos casos, podem conter uma face oculta dos significados que são atribuídos a um determinado fenômeno. Dessa forma, reitera-se o que foi mencionado por Carlsen (1997), segundo a qual, as metáforas apresentam concepções não reveladas dos sistemas conceituais de um indivíduo e são úteis para a compreensão e reestruturação de pontos de vista, bem como para a construção e reconstrução de histórias de vidas. Para tanto, foi nessa perspectiva que optou-se por apresentar em uma categoria as metáforas visualizadas nas narrativas dos participantes. Buscou-se, em certa medida, integralizar os significados que foram sendo construídos ao longo das entrevistas realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão da interface entre aposentadoria e família integra aspectos diversificados que, por sua vez, exigem uma apreensão abrangente da realidade sob a qual este tema de estudo se constituiu. Desse modo, para além de uma análise linear de causa e efeito, esta dissertação foi desenvolvida buscando articular e conectar os diferentes elementos de ordem individual e relacional, bem como do cenário laboral e social, os quais se encontram associados ao processo de desligamento do trabalho.

Acredita-se que a Teoria Sistêmica e o posicionamento epistemológico da complexidade foram fundamentais para a construção de um pensamento que possibilita o reconhecimento dos múltiplos elementos envolvidos nessas tramas relacionais. Nesse sentido, os achados desta pesquisa demonstram que considerar apenas a dimensão individual pode ser uma restrição que não contemple uma série de questões familiares e culturais, cujos fatores influenciam diretamente na vivência e na adaptação à aposentadoria.

Para tanto, a perspectiva do Ciclo de Vida Familiar permitiu o entendimento do fenômeno da aposentadoria num processo dialógico, por meio da inter-relação de aspectos do desenvolvimento humano individual e familiar. Por esse motivo, a análise dos sistemas contextuais envolvidos no objeto de estudo foi essencial e redimensionou a sua compreensão, permitindo o reconhecimento de elementos que interagem e se modificam constantemente. Dessa maneira, não é possível afirmar a existência de fatores principais ou secundários, pois a apreensão decorre de uma postura dialógica estabelecida em um determinado contexto.

A partir da discussão das categorias, é importante enfatizar alguns resultados obtidos nesta pesquisa, como o fato de o contexto de vida dos participantes ter sido decisivo na definição e efetivação da aposentadoria. Algumas das referências por eles apresentadas transitavam pelas experiências de amigos, colegas de trabalho e do cônjuge se aposentando, sendo que este aspecto emergiu como possibilidade dos indivíduos perceberem a iminência desta nova fase da vida. Além disso, a violência social e o cansaço relacionado ao trabalho conduziram para a decisão pelo cessamento do vínculo laboral, a fim de buscar novas perspectivas e projetos para esse período.

Nessa perspectiva, cabe destacar que as concepções sobre a aposentadoria encontravam-se balizadas por diferentes expectativas e ideias. Observou-se que, por um lado, este momento é entendido como

possibilidade para usufruir do tempo livre do trabalho e expandir as redes de contato e convivência familiar e social. Por outro lado, visualizou-se posicionamentos que retratam perdas a partir do desligamento laboral e suas consequências à vida do indivíduo, podendo, inclusive, resultar em sofrimento e/ou adoecimento.

Por conseguinte, ao tomar o conjunto dos resultados obtidos, foi possível verificar a importância da família no processo de aposentadoria, posto que esta se constituiu um elemento que orientou desde as expectativas até a definição pelo desligamento laboral. Por meio do discurso dos participantes, averiguou-se que o relacionamento familiar ocupa um espaço singular na vida do aposentado, de tal maneira que a acolhida e o apoio manifestado pelos demais integrantes deste grupo se caracterizam como um elemento estruturante das ações e projetos que serão executados neste período da vida. Assim, compreende-se que a família é um fator que influencia diretamente no processo de adaptação à aposentadoria e que necessita ser devidamente considerado na apreensão do tema.

Ficou evidente que o contexto familiar sofre desdobramentos a partir da efetivação da aposentadoria de um de seus integrantes, sendo que os papéis e os campos de influência ocupados pelos demais membros são modificados, carecendo que a estrutura e o funcionamento da família sejam ajustados de acordo com as demandas deste período do ciclo de vida. Dentre as mudanças que foram identificadas, destaca-se as percebidas na dinâmica relacional estabelecida entre o casal e, por sua vez, destes com seus filhos, representada pela maior oportunidade de convivência e conseqüente aproximação.

Diante disso, é possível analisar que o sistema conjugal se defronta com a necessidade de rearticular as atividades no ambiente familiar para, com isso, cumprir as tarefas evolutivas que se apresentam nesta etapa do ciclo de vida. Para tanto, são revistos os padrões comportamentais e as regras implícitas e explícitas que foram construídas ao longo dos anos de convívio, cujo movimento se constitui um desafio para a família, especialmente, no caso dos indivíduos que não conseguiram equilibrar satisfatoriamente seu envolvimento entre o trabalho e as demais esferas da vida.

Ainda a esse respeito, cabe analisar que tais modificações ocorreram de maneira processual, levando em conta as particularidades e demandas concernentes à organização de cada família. Todavia, percebeu-se que esse movimento acarretou um período de tensão e crise, de modo a exigir a negociação do funcionamento habitual para abarcar a

nova realidade que resulta da maior presença e participação de ambos os cônjuges no lar.

Aliado a isso, as tarefas relativas ao ciclo de vida familiar no período da aposentadoria apontam que os membros da família extensa podem reivindicar a participação do indivíduo para desempenhar outros papéis. Além da assistência financeira, a preocupação e o cuidado direcionados às outras gerações pode ampliar-se significativamente devido à maior disponibilidade de tempo por parte do aposentado para ocupar-se de tais situações. Portanto, enfatiza-se a necessidade de uma compreensão ampla do contexto familiar, pois, as questões apresentadas demonstram que, ao assumir as novas responsabilidades, é possível que ele sofra a sobrecarga de funções e responsabilidades. Isso pode, inclusive, impossibilitá-lo de usufruir da liberdade característica deste momento da vida.

Outro aspecto discorrido se refere ao fato de a esposa se aposentar antes que seu marido, “preparando o terreno” e, assim, contribuindo no processo de transição para o novo período da vida do cônjuge. Nesse sentido, é pertinente analisar que tal situação, além de uma delimitação legal, parece expressar uma expectativa social, atribuindo à esposa o papel de cuidadora e potencial facilitadora da adaptação do companheiro ao processo. Reforça-se, portanto, a necessidade de uma leitura abrangente do fenômeno, considerando como as questões socioculturais que diferenciam os papéis de gênero podem influenciar nesse cenário, sendo este um elemento a ser explorado por outros estudos.

Acerca dos processos intergeracionais presentes nas experiências de aposentadoria dos participantes, evidenciou-se que as vivências das gerações anteriores exercem influência sobre o comportamento atual, seja pela ação ou pela reação aos modelos visualizados nas famílias de origem. Constatou-se posicionamentos que retratam tanto uma avaliação negativa das vivências dos antepassados e que buscam, assim, proceder de modo diferente, quanto à reprodução da realidade da história do passado repetindo-a por meio do cuidado e da atenção com os maridos.

Tais resultados permitiram identificar que a aposentadoria constitui-se um estressor vertical no processo desenvolvimental da família, além de ser, também, um evento estressor horizontal, conforme já havia sido apontado pela literatura. Isso significa que as experiências vivenciadas pelos antepassados estabelecem mitos, crenças e padrões que orientam e interferem no comportamento dos indivíduos nos diversos momentos do desenvolvimento humano. Consequentemente, esses mandatos familiares repercutem na dinâmica relacional da família

ao longo de diferentes gerações, sendo possível que ocorra um aumento de estresse e ansiedade no período de transição e/ou de adaptação ao novo momento.

Em relação ao método de pesquisa, cabe ressaltar que a abordagem qualitativa permitiu a aproximação com a realidade vivenciada pelos participantes do estudo, tornando possível o reconhecimento de peculiaridades da história e do contexto familiar nos quais se inscrevem suas experiências de aposentadoria. Observou-se que as questões iniciais do roteiro de entrevista possibilitaram os participantes falarem livremente sobre suas experiências, compartilhando as trajetórias e os sentimentos que compuseram o processo de desligamento laboral. Além de favorecer a entrada do pesquisador no campo de pesquisa, esta estratégia oportunizou a escuta das principais vivências correlacionadas ao tema, sendo necessário considerar que alguns participantes não haviam tido acesso a qualquer atividade de preparação para a aposentadoria.

Por esse via, foi possível explorar aspectos de ordem objetiva e emocional que, até então, não haviam sido discutidas por parte dos entrevistados, sendo esta ação necessária para um melhor entendimento dessa nova realidade. Assim sendo, considera-se que tal abordagem auxiliou para responder os objetivos da pesquisa e, desse modo, são apresentadas algumas contribuições para a compreensão do fenômeno em questão.

Apesar disso, é importante destacar que os resultados não podem ser generalizados, tendo em vista que poderiam ser diferentes caso o estudo fosse executado em outro contexto. Está claro que os participantes da pesquisa pertencem a um nível econômico que variou entre as classes sociais média e média alta, uma vez que a aposentadoria é um fenômeno que se apresenta de maneira diferenciada de acordo com o extrato socioeconômico do indivíduo. Mediante este aspecto, sugere-se que novos estudos sobre esta temática específica sejam desenvolvidos levando-se em conta outras realidades, pois, a organização da família adquire diferentes nuances em virtude do extrato socioeconômico.

Nessa mesma linha, entende-se que as principais limitações do estudo residem na diversidade de aspectos que integram a compreensão do fenômeno. Por isso, enfatiza-se a importância de novos estudos que deem continuidade a esta análise e possam aprofundar o entendimento das repercussões da aposentadoria sob a perspectiva de outros membros da família, dentre os quais está o sistema fraternal.

Para finalizar, cabe esclarecer a escolha da primeira parte do título atribuído a esta dissertação (Entre “o mito do pijama” e “o projeto

de ser feliz”), pois, essas expressões parecem representar um dos paradigmas relacionados aos significados atribuídos à aposentadoria. Os conceitos e estigmas histórica e culturalmente estabelecidos em relação a este período da vida, apontam para um sentido depreciativo da experiência de aposentar-se, relacionando-a à inatividade, isolamento e improdutividade. Por sua vez, o pretenso “projeto de ser feliz” potencializa o imaginário de que o ato de se aposentar possibilitaria gozar a vida, distante do trabalho e de outras obrigações. Isso também leva a refletir que este ideal não considera a possibilidade de o indivíduo ter sido feliz durante/com a sua carreira profissional. Assim, entende-se que as repercussões deste evento estão situadas na articulação desse paradigma, o qual é sustentado por meio da história que reflete a subjetividade e a trajetória familiar de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, N. W. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- AMAZONAS, M. C. L. A.; VIEIRA, L. L. F.; PINTO, V. C. Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 31, v. 2, p. 314-327, 2011.
- ANDOLFI, M. **A terapia familiar**. Lisboa: Vega, 1980.
- _____. **A terapia familiar: um enfoque interacional**. Campinas: Workshopsy, 1996.
- _____. **Manual de psicología relacional: la dimension familiar**. Colombia: La Sillueta Ediciones Ltda, 2003.
- ANTON, I. L. C. **A escolha do cônjuge: um entendimento sistêmico e psicodinâmico**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, M. H.; PARIZOTTO, A. P. O Luto pela Aposentadoria. In: ESCUDEIRO, A. **A morte e suas implicações para a vida**. Fortaleza: LC Gráfica e Editora, 2012.
- ANTUNES, M. H.; SOARES, D. H. P.; SILVA, N. Aposentadoria e Contexto Familiar: um estudo sobre as orientações teóricas da produção científica. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, p. 45-56, 2013.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARCURI, I. G. Velhice: da gerontofobia ao desenvolvimento humano: In: CORTE, B.; MERCADANTE, E. F.; ARCURI, I. G. (Orgs.), **Velhice, envelhecimento e complex(idade)**. São Paulo: Vetor, 2005.
- AZEVEDO, R. P. C.; CARVALHO, A. M. A. O lugar da família na

rede social do lazer após a aposentadoria. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 16, n. 3, p. 76-82, 2006.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECKER, P. E.; MOEN, P. Scaling back: Dual-earner couples' work-family strategies. **Journal of Marriage and the Family**, v. 61, p. 995-1007, 1999.

BERTUSSI, L. A. S; TEJADA, C. A. O. Conceito, Estrutura E Evolução Da Previdência Social No Brasil. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 11, n. 20, p. 27-55, 2003.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, n. 2, 1992.

BOING, E.; CREPALDI, M. A.; MORÉ, C. L. O. O. Planejando pesquisa com famílias. **Revista Paidéia**, v. 18, n. 40, p. 251-266, 2008.

_____. A epistemologia sistêmica como substrato à atuação do Psicólogo na Atenção Básica. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 828-845, 2009.

BORGES, C. C.; MAGALHÃES, A. S. Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família. **Psico**, v. 40, n. 1, p. 42-49, 2009.

BOSZORMENYI-NAGY, I.; SPARK, G. M. **Lealtades Invisibles: reciprocidad en terapia familiar intergeneracional**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

BOWEN, M. **De la familia al individuo: la diferenciación del si mismo en el sistema familiar**. Buenos Aires: Paidós, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 05 jan. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm. Acesso em: 12 mai. 2012.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução No. 196 de 10 de

Outubro de 1996. disponível em www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/reso196.doc . Acesso em: 24 mai. 2012.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 03 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 12 mai. 2012.

BRESSAN, M. A. L. C.; MAFRA, S. C. T.; FRANÇA, L. H. P. F.; MELO, M. S. S.; LORETO, M. D. S. Trabalho *versus* aposentadoria: desvendando sentidos e significados. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 23, n.1, p. 226-250, 2012.

BUENO, F. D. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico de Língua Portuguesa**. São Paulo: Lisa, 1988.

CARLSEN, M. B. Construção de significado e envelhecimento criativo. In: NEIMEYER, R. A.; MAHONEY, M. **Construtivismo em Psicoterapia**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

CAMARANO, A. A. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0830.pdf. Acesso em: 20 mai. 2012.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro, IPEA, 2004.

CAMINHA, M. I. **Fissuras e cicatrizes familiares: dinâmica relacional e a rede social significativa de famílias com crianças com fissura labiopalatal**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CANO, D. S.; GABARRA, L. M.; MORÉ, C. L. O.; CREPALDI, M. A. As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 2, 2009.

CARDOSO, V. S. **“Tudo que eu fiz, eu não tenho nada que me**

arrepender”: percepções e vivências do estágio tardio na perspectiva de casais idosos. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CARLOS, S. A.; JACQUES, M. G. C.; LARRATEA, S. V.; HEREDIA, O. C. Identidade, Aposentadoria e Terceira Idade. **Revista Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento**, v. 1, p. 77-88, 1999.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CERVENY, C. M. O. **A família como modelo**: desconstruindo a patologia. 1. ed. São Paulo: Livro Pleno, 2001.

_____. Considerações sobre nossa visita ao ciclo vital. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E.; et al. **Família e Ciclo Vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

CINTRA, T. S.; RIBEIRO, D.F. **Trabalho e aposentadoria**: realidade social de moradores de um bairro periférico de uma cidade do interior de São Paulo. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009, Maceió - AL. Anais de Resumos do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009.

CODO, W. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: TAMAYO, A; BORGES-ANDRADE, J; CODO, W. **Trabalho, Organizações e Cultura**. São Paulo: Autores Associados, 1997, p. 21-40.

COELHO, M. R. M. V. P. Visitando a fase última. In: CERVENY, C.

M. O.; BERTHOUD, C. M. E. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

COSTA, A. B.; SOARES, D. H. P. As relações de aposentados com os espaços urbanos do centro de Florianópolis. In: Colóquio de Orientação Profissional, de Carreira e para a Aposentadoria, 2013, Florianópolis. ANAIS: Instituto do Ser, 2013, v. 1.

COUTINHO, M. C. **Participação no trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, número especial, p. 29-37, 2007.

COUTO, M. C. P. P.; PRATI, L. E.; FALCÃO, D. V. S.; KOLLER, S. H. Terapia Familiar Sistêmica e idosos: contribuições e desafios. **Revista de Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, p. 135-162, 2008.

DEBERT, R. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processo de privatização do envelhecimento**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2004.

DENTON, F. T.; SPENCER, B. G. What is retirement? A review and assessment of alternative concepts and measures. **Canadian Journal on Aging**, v. 28, n. 1, p. 63-76, 2009.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000.

DEVOE, S. E.; PFEFFER, J. Hourly payment and volunteering: The effect of organizational practices on decisions about time use. **Academy of Management Journal**, v. 50, p. 783-798, 2007.

DUARTE, C. M.; MELO-SILVA, L. L. Expectativas diante da aposentadoria: um estudo de acompanhamento em momento de transição. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 10, n. 1, p. 45-54, 2009.

FALCKE, D.; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno de transgeracionalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, A. (Org.) **Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares**.

Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Família: diagnóstico e terapia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1983.

FÉRES-CARNEIRO, T.; CARDOSO, C. L. Sobre a família: com a palavra, a comunidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 523-539, 2008.

FÉRES-CARNEIRO, T.; ZIVIANI, C. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e Família: Permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

FIGUEIREDO, N. C. M. **Interfaces do trabalho voluntário na aposentadoria**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FIGUEIREDO, M. H. J. S.; MARTINS, M. M. F. P. S.; SILVA, L. W. S.; OLIVEIRA, P. C. M.; Ciclo vital da família e envelhecimento: contextos e desafios. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, v. 14, n. 3, p. 11-22, 2011.

FRANÇA, L. H. F. P. Preparação para a aposentadoria: Desafios a enfrentar. In.: VERAS, R. P. (Org.). **Terceira idade: Alternativas para uma sociedade em transição**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

_____. **Repensando a aposentadoria com qualidade: um manual para facilitadores de programas de educação para aposentadoria em comunidades**. Rio de Janeiro: CRDE UNATI UERJ, 2002.

_____. **O desafio da aposentadoria: o exemplo dos executivos do Brasil e da Nova Zelândia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

_____. Influências sociais nas atitudes dos 'Top' executivos em face da aposentadoria: um estudo transcultural. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 17-35, 2009.

_____. **Atitudes dos gestores de recursos humanos frente ao envelhecimento dos trabalhadores nas organizações**. Rio de Janeiro,

UNIVERSO, 2010. Projeto FAPERJ APQ-1.

FRANÇA, L. H. F. P.; SOARES, D. H. P. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, n. 4, p. 738-751, 2009.

FRANÇA, L. H. F. P.; MENEZES, G. S.; SIQUEIRA, A. R. Planejamento para aposentadoria: a visão dos garis. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 15, n. 4, p. 733-745, 2012.

FRIEDMAN, E. H. Sistemas e cerimônias: uma visão familiar dos ritos de passagem. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GROISMAN, M.; LOBO, M. V.; CAVOUR, R. M. A. **Histórias dramáticas**: terapia breve para famílias e terapeutas. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2003.

HALEY, J. **Psicoterapia Familiar**: um enfoque centrado no problema. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

HENRIQUES, C. R.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão. **Paidéia**, v. 16, n. 35, p. 327-336, 2006.

HENRIQUES, C. R.; FÉRES-CARNEIRO, T.; RAMOS, E. Ajustes entre pais e filhos adultos coabitantes: limite e transgressão. **Psicologia em estudo**, v. 16, n. 4, p. 531-539, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Preliminares_Amostra/tabelas_de_resultados.zip>. Acesso em: 10 mai. 2012.

JOHNSON, R. W. Family, Public Policy, and Retirement Decisions: Introduction to the Special Issue. **Research on Aging**, v. 31, 2009.

KIM, J. E. K.; MOEN, P. Is Retirement Good or Bad for Subjective

Well-Being? **Current Directions in Psychological Science**, v. 10, 2001.

KIM, J. E.; MOEN, P. Retirement Transitions, Gender, and Psychological Well-Being: A Life-Course, Ecological Model. **Journal of Gerontology: Psychological Sciences**, v. 57B, n. 3, p. 212-222, 2002.

KRAWULSKI, E. A Orientação Profissional e o Significado do Trabalho. **Revista da ABOP**, v. 2, n. 1, 1998.

_____. **Construção da identidade profissional do psicólogo: vivendo as “metamorfozes do caminho” no exercício cotidiano do trabalho.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.: **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEÓN, L. M. Pensando na qualidade de vida ao aposentar. In: GUIMARÃES, L. A. M.; GRUBITS, S. (Orgs.). **Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

LIMA, M. **Aposentadoria e tempo livre: um estudo com policiais federais.** Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LISBOA, M. D. Ser quando crescer... A Formação da Identidade Profissional. In: LEVENFUS, R. S., et al. **Psicodinâmica da Escolha Profissional**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LUDKE, M.; ANDRÉ, E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MADANES, C. **Terapia Familiar Estratégica.** Buenos Aires: Amorrortu, 2001.

MAGALHÃES, M. O.; KRIEGER, D. V.; VIVIAN, A. G.; STRALIOTO, M. C. S.; POETA, M. P. Padrões de Ajustamento na Aposentadoria. **Aletheia**, n. 19, p. 57-68, 2004.

- MAGNANI, L. A. C. **Programas de Preparo para a Aposentadoria (PPA):** sua importância e necessidade na sociedade brasileira contemporânea. Curitiba: Faculdade de Direito de Curitiba, 1993.
- MARQUES, F.; SOUSA, L. Agregado familiar de casais idosos: estrutura, dinâmicas e valores. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, v. 15, n. 1, p. 177-198, 2012.
- MARX, K. **O capital:** crítica de economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MCCULLOUGH, P.; RUTENBERG, S. Lançando os filhos e seguindo em frente. In: CARTER, B. MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar:** uma estrutura para terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- MCGOLDRICK, M. As mulheres e o Ciclo de Vida Familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar:** uma estrutura para terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MINUCHIN, S. **Famílias:** funcionamento & tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- MINUCHIN, S.; FISHMAN, C. **Técnicas de terapia familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **O desafio de trabalhar com Famílias de Alto Risco Social:** uma abordagem sistêmica. São Paulo: Roca, 2011.
- MOSCOVICI, F. **Renascença Organizacional:** a revalorização do homem frente à tecnologia para o sucesso da nova empresa. São Paulo: José Olympio, 2000.
- MORIN, E. Epistemologia da complexidade. In: Schinitman, D. F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MUNIZ, J. A. PPA: Programa de Preparação para o Amanhã. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 198-204, 1996.

NAHUM-SHANI, I; BAMBERGER, P. A. Work hours, retirement, and supportive relations among older adults. **Journal of Organizational Behavior**, v. 32, p. 345-369, 2011.

NAJBERG, S.; IKEDA, M. Previdência no Brasil: Desafios e Limites. In: GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M. M. (Orgs.) **A Economia Brasileira nos Anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

NICHOLS, M.; SCHWARTZ, R. **Terapia Familiar: conceitos e métodos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLABUÉNAGA, J. I. R. **Metodología de la Investigación Cualitativa**. 4. ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 2009.

OLIVEIRA, C.; TORRES, A. R. R.; ALBUQUERQUE, E. S. Análise do bem estar psicossocial de aposentados de Goiânia. **Psicologia em estudo**, v. 14, n. 4, p. 749-757, 2009.

OLIVEIRA, A. L.; CERVENY, C. M. O. Visitando a família madura. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

PEDRO, F. D. L. **Dinâmica relacional familiar e desnutrição na infância em contexto de vulnerabilidade social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PILATTI, L. A. Qualidade de vida e trabalho: perspectivas na Sociedade do Conhecimento. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L.; CARVALHO, T. H. P. F. de; GONÇALVES A. (Org.). **Qualidade de vida e novas tecnologias**. 1.ed. Campinas: IPES Editorial, 2007.

PIRES, A. S. R. **Estudo da conjugalidade e da parentalidade através da satisfação conjugal e da aliança parental**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de Lisboa, 2008.

POCHMANN, M.; ANTUNES, R. O novo mundo do trabalho. O

trabalho no novo mundo. **Jornal da UNICAMP**, ano XXI, n. 354, p. 6-8, 2007.

QUICK, H. E.; MOEN, P. Gender, employment, and retirement quality: A life course approach to the differential experiences of men and women. **Journal of Occupational Health Psychology**, v. 1, n. 3, p. 44-64, 1998.

RICHARDSON, R. (org.) **Pesquisa Social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS FILHO, A. M. de los. **O Rio de Janeiro Imperial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

RODRIGUES, C. L. Homem de pijama: o imaginário masculino em relação à aposentadoria. **Revista Kairós**, v. 4, n. 2, p. 69-82, 2001.

ROSSET, S. M. **Pais e filhos: uma relação delicada**. Curitiba: Editora Sol, 2003.

SALGADO, M. A. **Velhice uma questão social**. São Paulo, Sesc-Cetti, 1980.

_____. Mitos e preconceitos sócio-culturais com a velhice: Responsabilidades do trabalho social. In: **Anais** do Seminário Nacional de Especialistas Multidisciplinares em Terceira Idade. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1992.

SANTOS, M. F. S. **Identidade e Aposentadoria**. São Paulo: EPU, 1990.

SANTOS, I. E.; DIAS, C. M. S. B. Homem idoso: vivência de papéis desempenhados ao longo do ciclo vital da família. **Aletheia**, v. 27, n. 1, p. 98-110, 2008.

SCHEIN, E. H. **Psicologia Organizacional**. Rio de Janeiro: Editora

Prentice-Hall do Brasil Ltda, 1982.

_____. **Carrer Anchors: Discovering Your Real Values.** São Diego, CA: Pfeiffer & Company, 1993.

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil** – evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. Rio de Janeiro: IPEA, 2000

SELIG, G. A.; VALORE, L. A. Imagens da aposentadoria no discurso de pré-aposentados: subsídios para a orientação profissional. **Cadernos de psicologia social e do trabalho**, v. 13, n. 1, p. 73-87, 2010.

SILVA, M. G. S. Idosos aposentados: Representações do cotidiano. **Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento**, v. 1, p. 91-104, 1999.

SILVA, A. A. Segurança social do idoso: a relação entre Previdência e Assistência Social. **Revista Kairós**, v. 9, n. 1, p. 123-148, 2006.

SILVA, J. L.; ALVES, L. F.; COELHO, M. R. M. A família em fase última. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SILVA, N.; TOLFO, S. R. Trabalho Significativo e Felicidade Humana: explorando aproximações. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 3, 341-354, 2012.

SILVEIRA, P. G.; WAGNER, A. Ninho cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. **Estudos de Psicologia**, v. 23, p. 441-453, 2006.

SINÉSIOS, N. B. O. **Universidade da melhor idade: uma proposta salesiana para idosos.** Campo Grande: UCDB, 1999, p. 60-73.

SKINNER, B.F.; VAUGHAN, M.E. **Viva bem a velhice: aprendendo a programar a sua vida.** São Paulo: Sumus, 1985.

SOARES, D. H. P. **A escolha profissional – do jovem ao adulto.** 2. ed. São Paulo: Summus, 2002.

SOARES, D. H. P.; COSTA, A. B.; ROSA, A. M.; OLIVEIRA, M. L. Programa de Preparação para Aposentadoria Aposent-Ação. **Revista Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 12, p. 143-161, 2007.

SOARES, D. H. P.; COSTA A. B. Projetos de Futuro na Aposentadoria: uma discussão fundamentada pela Orientação Profissional em Psicologia. **Revista Perspectivas em Psicologia y Ciencias Afines**, v. 5, p. 37-46, 2008.

SOARES, D. H. P.; COSTA A. B. **Aposent-Ação: Aposentadoria para Ação**. São Paulo: Vetor, 2011.

SOARES, D. H. P.; LUNA, I. N.; LIMA, M. B. F. A arte de aposentar-se: programa de preparação para aposentadoria com policiais federais. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 15, n. 2, p. 293-313, 2010.

SOARES, D. H. P. SARRIERA, J. C. Tempo livre na aposentadoria. In: **I Jornada Internacional de práticas clínicas no campo social**, 2010, Maringá. ANAIS: Editora da Universidade de Maringá, 2010. v. 1.

SOARES, D. H. P. SARRIERA, J. C. O tempo livre na aposentadoria: uma experiência no Aposent-Ação. In: SANTOS, S. S.; CARLOS, S. A. **Envelhecendo com apetite pela vida: interlocuções psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STEPANSKY, D. V.; FRANÇA, L. H. P. F. Trabalho e Vida Pessoal: o equilíbrio necessário. **Boletim Técnico do Senac**, v. 34, n. 1, 2008.

STRAUSS, A.; CORBIN, K. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STUCCHI, D. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In: BARROS, M. M. L. **Velhice ou Terceira idade?**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SZINOVACZ, M. E.; DEVINEY, S.; DAVEY, A. Influences of Family Obligations and Relationships on Retirement: Variations by Gender, Race, and Marital Status. **Journal of Gerontology: Social Sciences**, v. 56B, n. 1, p. 20–27, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED NATIONS. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs. **World Population Ageing 2009**. New York, 2009. 82 p. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/WPA2009/WPA2009_WorkingPaper.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2012.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas: Papirus, 2002.

VELOZ, M. C. T.; SHULZE-NASCIMENTO, C. M.; CAMARGO B. V. Representações sociais do envelhecimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 12, n. 2, p. 479-501, 1999.

VERAS, R. P.; RAMOS, L. R.; KALACHE, A. Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade. **Revista de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 225-233, 1987.

WAGNER, A. Possibilidades e potencialidades da família: A construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: WAGNER, A. (Org.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WALSH, F. A família no estágio tardio da vida. In: CARTER, B. MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Fortalecendo a resiliência familiar**. São Paulo: Roca, 2005.

WANG, M. Profiling Retirees in the Retirement Transition and Adjustment Process: Examining the Longitudinal Change Patterns of Retirees Psychological Well-Being. **Journal of Applied Psychology**, v. 92, n. 2, p. 455-474, 2007.

WENDT, N. C.; CREPALDI, M. A. A utilização do Genograma Familiar como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, p. 302-310, 2008.

WILLIAM, A.; GUENDOUZI, J. Constructing family relationships: Intimacy, harmony and social value in accounts of sheltered retirement community residents. **Journal of Aging Studies**, v. 19, p. 453-470, 2005.

ZANELLI, J. C. O programa de preparação para aposentadoria como um processo de intervenção ao final de uma carreira. **Revista de Ciências Humanas**, edição especial, p. 157-176, 2000.

_____. Processos Psicossociais, bem-estar e estresse na aposentadoria. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 3, 329-340, 2012.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N. **Programa de Preparação para Aposentadoria**. Florianópolis: Insular, 1996.

_____. **Interação humana e gestão**: a construção psicossocial das organizações de trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; SOARES, D. H. P. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho**: construção de projetos para o pós-carreira. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZANELLI, J. C. et al. **Estresse nas organizações de trabalho**: compreensão e intervenção baseadas em evidências. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; TONDERA, N. Orientação para aposentadoria e Gestão de Pessoas nas Organizações. In: BORGES, L. O.; MOURÃO, L. **O trabalho e as organizações**: atuações a partir da Psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2013.

ZYLBERSTAJN, H.; AFONSO, L. E.; SOUZA, A. P. Reforma Da Previdência Social E Custo De Transição: Simulando Um Sistema Universal Para O Brasil. **Revista de Contabilidade Financeira**, Especial Atuária, p. 56 – 74, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Bloco 1 - Dados de identificação:

Nome:

Idade:

Sexo:

Estado Civil:

Escolaridade:

Religião:

Idade com que se aposentou?

Tempo em que está aposentado:

Profissão e/ou função ocupadas enquanto trabalhava:

Possui filhos?

(Caso a resposta anterior seja afirmativa): Quantos? Idade de cada um deles? Onde residem? Trabalham? Qual sua ocupação?

Bloco 2 – A experiência da aposentadoria:

1. Para iniciar, gostaria que você me contasse como foi a sua experiência de aposentadoria.
2. O que você pensava sobre a aposentadoria antes dela acontecer?
3. Quais eram as suas expectativas a respeito da aposentadoria?
4. Como você compreende ou define a aposentadoria?
5. Como você avalia a experiência de se aposentar?

Bloco 3 – A família e a aposentadoria:

1. Como era a organização cotidiana da sua família antes da aposentadoria?
2. Houve mudanças na rotina, nos hábitos e na forma como a família se organizava e se relacionava antes da aposentadoria e como o fazem atualmente?
3. *(Caso a resposta anterior seja afirmativa)* Quais?
4. *(Caso o sujeito identifique que houve mudanças e quais foram)* Como foi a adaptação da vida familiar às modificações decorrentes da aposentadoria?
5. Como é a organização cotidiana da família atualmente?
6. Qual a maior preocupação da família hoje?
7. Quando você pensa na aposentadoria e na forma como ela foi vivenciada pela família de vocês, o que mais lhe chama a atenção?
8. Houve algum acontecimento importante ou marcante ocorrido com a família após a sua aposentadoria?

9. *(Caso a resposta anterior seja afirmativa)* Qual foi? E como foi vivenciado pela família?

10. Gostaria de saber se você verifica qual é o papel da família no processo de aposentadoria?

11. Vocês receberam alguma forma de preparação para aposentadoria ou tiveram que buscar algum auxílio?

12. *(Caso a resposta anterior seja afirmativa)* Qual? Você acredita que contribuiu?

Encerramento da entrevista:

1. Antes de encerrar, gostaria de saber se há algo que eu não tenha perguntado e você gostaria de comentar ou, ainda, fazer alguma acrescimo em relação ao que já falou?

2. Para encerrar, gostaria de saber como você se sente ao final desta entrevista.

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES DO GENOGRAMA FAMILIAR

O segundo instrumento que irei utilizar se chama Genograma Familiar. Ele permite conhecer as histórias de cada família por meio de um mapeamento gráfico. No caso desta pesquisa, farei algumas perguntas específicas, pois desejamos conhecer as experiências de aposentadoria na família de origem de vocês.

Primeiramente, gostaria que você me dissesse quais são as pessoas que compõem a sua família, tais como avós, tios, pais e irmãos.

Agora, farei algumas perguntas em relação à cada uma dessas pessoas que você referiu e que estão dispostas no papel por meio dos símbolos.

- 1) Está vivo?
- 2) (*Caso a resposta anterior seja afirmativa*) Que idade possui?
- 3) Está aposentado?
- 4) Com qual idade, aproximadamente, se aposentou?
- 5) Qual era a profissão ocupada enquanto estava em atividade?
- 6) Conte-me como ela está vivenciando sua aposentadoria?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Marcos Henrique Antunes, sou aluno de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e estou desenvolvendo a pesquisa intitulada “**Sobre a aposentadoria: com a palavra, a família**”, sob a orientação da Prof. Dra. Dulce Helena Penna Soares e co-orientação da Prof. Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré.

Esta pesquisa tem como objetivo **compreender as repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal**. Para tanto, realizarei entrevistas com perguntas relativas a aposentadoria e as relações familiares, e utilizarei algumas informações para elaborar o Genograma Familiar. Para maior compreensão do conteúdo nas entrevistas, utilizarei o gravador e, por isso, se você tiver interesse, trarei o material transcrito para você ler e corrigir o que achar necessário.

É possível que, ao compartilhar suas experiências relacionadas à aposentadoria, ocorra uma mobilização emocional em virtude de lembranças e vivências sobre o tema. No entanto, se isso ocorrer, você será acolhido pelo pesquisador, o qual tomará cuidado para que estas questões não ofereçam nenhum desconforto à você. Caso seja necessário, você poderá ainda ser encaminhado a um serviço de Psicologia de uma Universidade do município para obter atendimento.

Se você estiver de acordo em participar, posso garantir que as informações fornecidas serão confidenciais, o resultado da pesquisa somente será divulgado com o objetivo científico, também manteremos a sua identidade em sigilo, tal como a identidade da instituição profissional na qual você trabalhou.

Lembramos que a sua participação nesta pesquisa não é obrigatória e você pode manifestar a intenção de não continuar participando, sem qualquer prejuízo a sua pessoa. Se você tiver dúvidas em relação à pesquisa ou não quiser mais seus dados utilizados, entre em contato pelo telefone (48) 9956-4072.

Assinaturas:

Pesquisador: _____

Pesquisador responsável: _____

Eu, _____, fui esclarecido (a) sobre a pesquisa “**Sobre a aposentadoria: com a palavra, a família**” e concordo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

Local e data:

Assinatura: _____

RG: _____